

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO

FERNANDO CIBELLI DE CASTRO

**A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA COMO
ESTRATÉGIA DE CONTROLE DA
MEMÓRIA COLETIVA**

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg

Orientador

Porto Alegre
2010

FERNANDO CIBELLI DE CASTRO

**A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA COMO ESTRATÉGIA
DE CONTROLE DA MEMÓRIA COLETIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C355c Castro, Fernando Cibelli de
A comunicação persuasiva como estratégia de controle da memória coletiva / Fernando Cibelli de Castro. – Porto Alegre, 2010.
159 f.

Diss. (Mestrado) – Fac. de Comunicação Social, PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg.

1. Comunicação. 2. Persuasão. 3. Memória.
4. Holocausto. 5. Ditadura Militar – Brasil. I. Wainberg, Jacques Alkalai. II. Título.

CDD 301.1543

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

FERNANDO CIBELLI DE CASTRO

**A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA COMO ESTRATÉGIA
DE CONTROLE DA MEMÓRIA COLETIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Aprovada em ____ de _____ de 2010

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg

Profa. Dra. Neusa Demartini Gomes

Prof. Dr. Jorge Campos

Àqueles que pereceram e perecem
em razão do ódio e da intolerância, dedico
humildemente este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é resultado de três décadas e meia de inquietação e angústia. Foi a partir de 1974, com dez anos de idade, que passei a me preocupar com o tema do Holocausto. Naquele ano, a Rede Globo de Televisão levou ao ar uma série documental intitulada “O Mundo em Guerra”, uma narrativa de todas as fases da Segunda Guerra Mundial contadas pelo ator Walmor Chagas, o qual percorreu os principais cenários do teatro de guerra. As imagens do programa eram enriquecidas com um vastíssimo material de arquivo cinematográfico adquirido pelo Centro de Documentação (Cedoc) da Rede Globo de Televisão. Ainda assim, continuo a me perguntar por que razão a humanidade se entrega a períodos históricos de irracionalidade, ódio e violência, que se replicam e perduram.

Meu primeiro agradecimento é dirigido ao professor Jacques Alkalai Wainberg. Na pessoa do professor Jacques, homenageio os demais integrantes da banca examinadora. Agradeço ainda àqueles que de uma forma ou de outra acompanharam de perto os dias e noites de dedicação e busca de respostas ao desafio proposto. Especialmente minha mulher, Charlotte, que compartilhou esses meses de angústia. Agradeço igualmente a Fernanda, minha filha. Meu muito obrigado especial para Naná e Fernando, meus pais.

Meus cumprimentos também aos integrantes da banca avaliadora, ao corpo de mestres, aos colegas, funcionários e funcionárias do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que também contribuíram em favor da realização deste trabalho. Não poderia deixar de lembrar os jovens e as jovens com quem conversei em Berlim, na passagem de 2006 para 2007. Pela dificuldade que percebi neles em entender o passado, fui instado a tentar ajudar a pesquisar as razões que levam homens e mulheres a esquecerem os eventos traumáticos coletivos pelo simples decurso de prazo, ou por meio da ação imposta pelos subterrâneos misteriosos da mente humana.

*mundo mundo mundo
não chorei o bastante
meu peito pesará
até a morte das cidades
são espectros das roldanas
da guerra
as cidades são
trabalho & tijolo & ferro &
fumaça da fornalha
que deixa os olhos
sem lágrimas vermelhos.
nenhum olho encontra o sol*

(Allen Ginsberg)

RESUMO

O presente estudo tem como proposta apontar a conexão entre história, memória e comunicação a partir de dois objetos de estudo, a Memória Traumática do Holocausto e da Ditadura Militar no Brasil, por meio de pesquisa qualitativa, com uso da técnica de análise de discurso. A memória tem dois campos de estudos básicos: sua vertente biológica é objeto de pesquisa no panorama das neurociências. No terreno das humanidades é motivo de preocupação da psicologia, da filosofia e das ciências sociais. Entretanto, o termo memória coletiva, a partir do começo do século XX foi apropriado pelas Ciências Sociais da Psicologia Social. Com efeito, grupos antagônicos tiram proveito dos meios de comunicação, sejam os mass media, seja a mídia segmentada, para travarem suas batalhas pelas versões dos fatos. Em suma pelo controle da memória coletiva.

Palavras-chave: Memória, Comunicação Persuasiva, Holocausto, Ditadura Militar.

ABSTRACT

This study aimed at pointing out the connection between history, memory and communication from two objects of study, the traumatic memory of the Holocaust and the Military Dictatorship in Brazil, through qualitative research, using the technique of discourse analysis. The memory has two basic fields of study: his case is the subject of biological research in the panorama of neuroscience. In the field of humanities is a concern of psychology, philosophy and social sciences. However, the term collective memory, from the beginning of the twentieth century was owned by the Social Sciences, Social Psychology. Indeed, antagonistic groups take advantage of the media, be the mass media or the segmented media, to wage their battles with the versions of events. In short the control of collective memory.

Keywords: Memory, Persuasive Communication, Holocaust, Dictatorship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS TEORIAS DA MEMÓRIA E DA COMUNICAÇÃO	13
2.1 AS ORIGENS E AS VERTENTES DE ESTUDO DA MEMÓRIA.....	13
2.2 A MEMÓRIA À LUZ DAS NEUROCIÊNCIAS.....	13
2.3 A MEMÓRIA COLETIVA	15
2.3.1 A memória coletiva na sociologia contemporânea	17
2.4 A MEMÓRIA DISSONANTE E TRAUMÁTICA	18
2.5 MEMÓRIAS DISSONANTES E ATROCIDADES	19
2.6 COMUNICAÇÃO COLETIVA	21
2.7 DISSONÂNCIA E TEORIA DA COMUNICAÇÃO	22
2.8 UMA TEORIA CIRCULAR PARA A COBERTURA NO VIETNÃ	26
2.9 OS SIMULACROS DA TV DO JAPÃO	30
2.10 A INTOLERÂNCIA DO ORIENTE PARA O OCIDENTE	35
2.11 A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA	37
2.12 A PERSUASÃO COGNITIVA	39
2.13 O EMPREGO DO ESTEREÓTIPO	42
2.14 A CONSOLIDAÇÃO DA GUERRA PSICOLÓGICA	45
3 UM MÉTODO PARA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO PERSUASIVA E DA PERSUASÃO COGNITIVA	47
3.1 OS PROCEDIMENTOS.....	49
4 A ANÁLISE DE DISCURSO PELO MÉTODO DA COMUNICAÇÃO PERSUASIVA OU PERSUASÃO COGNITIVA	53
4.1 SEGUNDA GUERRA, VIOLÊNCIA E HOLOCAUSTO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO	54
4.2 A HISTÓRIA DO HOLOCAUSTO DO PROJETO ARARIBÁ.....	55
4.3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL DE “HISTÓRIA HOJE”	61
4.4 MEMÓRIA TRAUMÁTICA E A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA DOS TEMPOS DO HOLOCAUSTO.....	65
4.4.1 A Memória Traumática do Holocausto em “A Marca dos Genocídios”	66
4.4.2 A Memória Traumática do Holocausto em “A Marca dos Genocídios” pelo segundo quadro de análise.....	70
4.4.3 “Testemunho dos justos”: homenagem aos solidários	79
4.4.4 As memórias dissonantes contadas por um negacionista do Holocausto.....	83
4.4.5 Ellwanger exige “SOS para a Alemanha”	92
5 COMUNISTAS X MILITARES E A LUTA PELA MEMÓRIA PÓS-64	97
5.1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL PELA PERSUASÃO COGNITIVA.....	97
5.2 A DITADURA MILITAR AOS OLHOS DE “HISTÓRIA HOJE”	101

5.3 AS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE FREI BETTO EM “BATISMO DE SANGUE”	107
5.4 AS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE “COMBATE NAS TREVAS”	116
5.5 AS MEMÓRIAS DISSONANTES DE UM ANTICOMUNISTA	122
5.6 “A VERDADE SUFOCADA” DO CORONEL USTRA	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISCUSSÃO	138
REFERÊNCIAS.....	146
ANEXOS	149

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência de um evento traumático, a comunicação persuasiva é convertida numa guerra de versões entre as partes envolvidas, porque através das narrativas espelhadas os atores lutam pelo monopólio da memória. Esse ambiente belicoso acirra-se com frequência, pois envolve duas ocorrências. Tal disputa de ideias ocorre todo o dia e a cada momento nas páginas dos jornais, nas emissoras de rádio, na televisão, na Internet, na produção de livros e na cinematografia, entre outros meios de comunicação.

Acabam envolvidos na polêmica grupos interessados em fazer prevalecer esta ou aquela interpretação dos fatos. Aparentemente, o que está em jogo é a identidade das novas gerações, fustigadas e atormentadas pelo passado. À medida que o tempo decorre e se distancia dos eventos históricos, cresce o choque entre as imagens dissonantes. A memória já não é fruto do testemunho, mas da pregação e da persuasão, que abrem espaço a todo o tipo de argumentação dissonante. Dessa maneira, memória e comunicação formam um binômio estratégico.

Dito de outra forma, os eventos dolorosos da História costumam produzir uma batalha pelo controle da memória, e seus intérpretes travam um embate por meio de discursos em que o terreno de combate é a mídia. O que está em jogo é a maneira como os vivos cultivam e reproduzem os fatos sobre a vida dos mortos. Nos casos mais graves predominam as memórias traumáticas. Elas produzem culpa e dor, o que explica o engajamento de grupos na sua descrição. A luta sobre o significado do passado converte-se num evento político com finalidade persuasiva. Tal disputa cresce com o tempo, à medida que a experiência lúdica da ocorrência se apaga, com o desaparecimento do testemunho dos envolvidos.

Restam documentos, relatos, palavras. Como as ideias sob exame não morrem, a posição minoritária, sufocada pela versão triunfante, espera por melhores dias. Ressurge alimentada por contestações e pregações. Os atores animam-se para fazer valer as velhas ideias e concepções.

Dito isto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel que a memória exerce na comunicação. Para tanto, empregamos os conceitos de memória, memória coletiva, memória traumática e memórias dissonantes. Percorremos a teoria da comunicação tendo como base a Espiral do Silêncio, de Elizabeth Noele-Neumann. Analisamos algumas variações dessa teoria, aplicadas nos últimos anos para estudar os fenômenos da mídia. A luta pelo controle da opinião pública e a construção de novas versões partem da discussão teórica e nos permitem lembrar fatos que continuam a gerar polêmica, como a dificuldade do Japão em digerir seu papel na Segunda Guerra Mundial e o debate sobre o papel da cobertura jornalística da mídia dos Estados Unidos sobre a Guerra do Vietnã.

Com efeito, discutimos a forma pela qual a comunicação persuasiva é empregada por intérpretes políticos e sociais para a difusão das memórias dissonantes a partir de dois estudos de caso: o genocídio praticado contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial; e o confronto ocorrido no Brasil entre os simpatizantes da causa comunista e os militares, favoráveis à consolidação do projeto capitalista-liberal. Com base na propor'ta metodológica construída a partir dos conceitos de **comunicação persuasiva** e **persuasão cognitiva**, realizamos pesquisa qualitativa, por meio da técnica da análise de discurso de publicações escritas por porta-vozes de grupos judaicos, de revisionistas do Holocausto, de antigos militantes da guerrilha no Brasil e de representantes do regime militar instaurado no país.

No último capítulo, dedicado à conclusão e à discussão, atualizamos o trabalho a partir de duas informações, as quais tomaram conta da mídia nos primeiros dias de 2010. A tentativa de aprovação de um Plano Nacional de Direitos Humanos no Brasil reabriu as feridas do período da ditadura militar. Grupos de oficiais da reserva criticam a proposta e afirmam que, com ela, seus autores pretendem promover a perseguição aos militares que estiveram envolvidos na repressão à guerrilha.

Do outro lado do Atlântico, mais precisamente em Roma, o Papa Bento XVI tentava convencer as lideranças judaicas da Itália sobre a inexistência de fatos desabonadores contra o Papa Pio XII, o chefe da Igreja Católica durante a Segunda

Guerra Mundial, visto que a Santa Sé tenciona encaminhar a sua santificação. Os principais líderes judeus de Roma não pensam assim. Entendem que Pio XII silenciou diante da deportação dos judeus da Itália e da Europa durante o Holocausto. Reafirmamos assim, que a luta pelo controle da memória é incessante. Renasce todos os dias, reanimando atores, em nome de novas e de velhas versões.

2 AS TEORIAS DA MEMÓRIA E DA COMUNICAÇÃO

2.1 AS ORIGENS E AS VERTENTES DE ESTUDO DA MEMÓRIA

Ao refletir sobre memória, encontramos uma significativa variedade de definições. Delimitar esse volume de informações é sobremaneira desafiador. Em linhas gerais, a memória é a capacidade de retenção das ideias ou a lembrança de fatos de um tempo passado. É o conjunto das reminiscências e das recordações dos momentos que se foram. Neste trabalho, abordamos conceitos da memória estudados na Biologia e nas Ciências Sociais, e sua interdisciplinaridade com a comunicação.

2.2 A MEMÓRIA À LUZ DAS NEUROCIÊNCIAS

Biologicamente, a memória é estudada no campo das Neurociências como a faculdade mental relacionada com a aquisição, a formação, a evocação e a manutenção das informações. A evocação pode ser definida ainda como recordação, lembrança e recuperação. Os povos constroem suas diversas identidades por meio de sua memória. É por essa faculdade que se ergueram as civilizações. A França é a França porque a identidade dos franceses contempla Carlos Magno, Napoleão, Vitor Hugo, Voltaire, Pasteur. Assim como a civilização ocidental espelha e constrói seu imaginário a partir de Moisés, Jesus Cristo, Colombo, Martinho Lutero, Michelangelo, Leonardo Da Vinci (IZQUIERDO, 2002).

Segundo Izquierdo (2002), a memória se divide quanto ao conteúdo e quanto à função. Com relação à função, existe uma memória extremamente fugaz e passageira. Ela tem a finalidade de gerenciar a realidade e definir o contexto em que os eventos ocorrem, armazenando as informações de uso cotidiano e imediato, sendo denominada cientificamente de memória de trabalho. Numa analogia, assemelha-se à memória RAM do computador. Portanto, é volátil e evapora assim que perde a serventia. A memória de trabalho se diferencia das demais porque não

deixa traços e não produz arquivos. É processada, sobretudo, no córtex central, e acompanhada de alterações bioquímicas inexpressivas.

Para algumas correntes científicas, nem se trata de memória, mas um gerenciador central de informações. Basicamente, sua função é determinar se as informações são úteis ao organismo. Se for o caso, a memória de trabalho envia os dados para a memória de longa duração. Caso contrário, o registro é apagado.

Izquierdo (2002) explica que são denominadas memórias declarativas ou de conteúdo aquelas relacionadas com o registro de fatos, eventos e conhecimentos, porque o ser humano tem a faculdade de declarar sua existência e relatar suas demandas. As memórias declarativas relacionadas com eventos e fatos são consideradas episódicas. As que guardam o conhecimento são memórias semânticas, ou memórias de procedimento. Cientistas da atualidade dividem as memórias declarativas em explícitas e implícitas. As memórias de procedimento são adquiridas de maneira implícita, as semânticas são explícitas, como, por exemplo, as faculdades mentais que utilizamos para aprendermos a andar de bicicleta. Em outras palavras, as explícitas formam a memória que nos faz entender as etapas de um processo. Por outro lado, aquelas que adquirimos de maneira inconsciente, como a língua materna, são as implícitas (IZQUIERDO, 2002).

Como assinala o pesquisador, as memórias também recebem classificação por duração. Assim, as memórias declarativas correspondem às memórias de longa duração. Essa faculdade mental está sujeita a agentes provocados por fenômenos originários do mundo exterior ao cérebro, notadamente traumatismos cranianos, eletrochoques convulsivos e uma variedade de drogas. Segundo Izquierdo, a exposição a um ambiente novo dentro da primeira hora pode deturpar seriamente ou até cancelar a formação definitiva de uma memória de longa duração.

Já as memórias de trabalho corresponderiam às de curta duração, como mencionado anteriormente. A memória de trabalho é completamente diferente das outras. Ela é *on-line* e varia de instante em instante, utilizando-se de poucas vias nervosas e mantendo as informações por alguns segundos. As descobertas científicas relacionadas com os mecanismos fisiológicos e moleculares de formação

da memória ou de sua consolidação conheceram e, possivelmente, constituíram os principais avanços das neurociências nos dez últimos anos do século XX. Uma descoberta recente mostra que as memórias não são adquiridas em um só tempo na sua formatação terminal, mas sim nos primeiros minutos após a entrada da informação no cérebro. Até mesmo algumas horas depois, as memórias são suscetíveis a interferências de outras memórias ou drogas. E dependem de uma série de fenômenos metabólicos, os quais ocorrem em diversas regiões do cérebro (IZQUIERDO, 2002).

2.3 A MEMÓRIA COLETIVA

Mas a memória não é somente um sistema biológico. Ela despertou a curiosidade também ao final do século XIX, dentro do campo das Ciências Sociais, a partir da perspectiva de memória coletiva, descrita por Maurice Halbwachs, aluno de Émile Durkheim. Para Durkheim (1975), as leis das Ciências Sociais adquirem a mesma importância que as leis das Ciências Naturais, pois, em seu entendimento, invariavelmente, qualquer sociedade comunga de ideias e sentimentos comuns, os quais são transmitidos entre as diversas gerações e garantem a continuidade da vida coletiva. Ele afirma que o objeto do estudo da Sociologia são os fatos sociais, a partir de duas ramificações básicas, a morfologia social e a fisiologia social.

Há em toda a sociedade certo número de ideias e de sentimentos comuns que as gerações transmitem umas às outras e que asseguram, ao mesmo tempo, a unidade e a continuidade da vida coletiva. São as lendas populares, as tradições religiosas, as crenças, as linguagens, etc. (DÜRKHEIM, 1975, p. 95).

Maurice Halbwachs (2006) construiu os pilares do estudo da memória no campo das Ciências Sociais ao pontuar a memória coletiva como um aspecto essencial à compreensão do comportamento, do desenvolvimento ou do surgimento de anomalias no seio de uma determinada sociedade. Para justificar sua afirmação, ele recorda eventos registrados em sua memória e observa que, em 1877, ano de

seu nascimento, Broglie estava no poder e Gambetta declarava que era preciso se rebelar ou se demitir. No mesmo ano morria o pintor Couber. Simultaneamente, Vitor Hugo publicava o segundo volume da obra “A Lenda dos Séculos”. Impressionou substancialmente a Halbwachs, o enterro de Vitor Hugo, ao qual compareceu ainda menino, conduzido por seu pai.

Parece-me que o primeiro acontecimento nacional que penetrou na trama das minhas impressões de criança foi o enterro de Vitor Hugo (eu tinha oito anos). Eu me vejo ao lado do meu pai, subindo na véspera até o Arco do Triunfo. A História contemporânea frequentemente se reduz a uma série de idéias abstratas demais – mas posso completá-las, posso trocá-las pelas ideias de imagens e impressões, quando olho os quadros, os retratos, as gravuras daqueles tempos, quando sonho com os livros (HALBWACHS, 2006, p. 77)

Para Halbwachs (2006), os elementos da memória coletiva não conduzem a datas, a nomes ou fórmulas – eles representam correntes de pensamento e de experiências em que nos reencontramos com o passado e resultam da transmissão das memórias de cada indivíduo acerca de um mesmo evento para todo um grupo. Trata-se de uma reinvenção subjetiva da realidade. Dito de outra maneira, a memória coletiva, na visão de Halbwachs, não pode ser confundida com a História, pois ao lado de uma História escrita existe uma História viva, que se perpetua ou se renova na linha do tempo e pode produzir futuramente novas interpretações, justamente pela existência de uma memória coletiva, que ele define como um sistema de lembranças sobre fatos ocorridos. Esses eventos dizem respeito a nós e aos outros. Isto é: a História é contada na terceira pessoa e a memória é uma narrativa na primeira pessoa.

Grupos recorrem a testemunhos para reforçar ou enfraquecer seus pontos de vista sobre eventos com os quais estão diretamente vinculados. Dentro da visão de memória coletiva, no momento em que um grupo garante não acreditar em algo que testemunhou, coabitam nele dois seres: o ser sensível, o qual testemunhou um evento traumático, e outro, atormentado pela negação. Mesmo assim, a memória coletiva é uma faculdade exclusiva daqueles que presenciaram os eventos (HALBWACHS, 2006).

Se a geração seguinte não se interessa por determinado evento, não é ela que apaga a memória desse evento, mas os grupos que a sucedem. Em outras palavras, a memória é etérea e desaparece em função de sua própria volatilidade. Os eventos enfraquecem, perdem força e evaporam. As novas imagens recobrem as antigas, e podemos nos mover pela crença de que fatos traumáticos nunca existiram.

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma sensível. Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças podem descrever com exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras em circunstâncias definidas (HALBWACHS, 2006, p. 31).

2.3.1 A memória coletiva na sociologia contemporânea

O tema da memória coletiva readquiriu importância dentro do campo das Ciências Sociais nos últimos 20 anos. A afirmação é do sociólogo Ross Poole (2008). Ele atribui o fenômeno ao crescimento do interesse pela pesquisa relacionada com o trinômio memória social, memória política e estudos culturais. Com isso, a pesquisa da memória coletiva valoriza o cientista político, adquire contornos de uma visão multidisciplinar envolta em espírito crítico. Conforme Poole, o conceito de memória coletiva no aspecto sociológico remonta a um período relacionado com as sociedades alfabetizadas, que evocam as práticas de acesso ao seu passado.

Com o desenvolvimento da alfabetização, as práticas foram deslocadas para a disciplina de História. Ainda assim, Poole reforça as teses de Halbwachs ao reafirmar a importância dos estudos da memória coletiva e ao enfatizar que ela é também um somatório de informações contidas nas memórias individuais. Nesse aspecto, a compreensão de Poole avança sobre o pensamento de Maurice Halbwachs ao sinalizar que, sem a compreensão da memória individual, não é impossível entendermos a existência da memória coletiva.

Ao compararmos as anotações de Halbwachs e Poole, podemos constatar a interconexão e a complementaridade entre as duas visões, as quais formam uma pista de ida e outra de volta. A memória coletiva é também uma representação do passado e a forma como ele é reconstituído. Se a memória coletiva é a soma das memórias individuais – e, portanto, navega na subjetividade e no imaginário – é certo que corremos o risco de negar a realidade, por meio de um processo de desconstrução do passado, como ocorre em situações traumáticas.

2.4 A MEMÓRIA DISSONANTE E TRAUMÁTICA

A memória coletiva em casos de luto e dor se associa ao trauma. Este, por sua vez, é definido pela psicanálise como um momento de desorganização que coloca o indivíduo diante da impossibilidade de responder ao mundo exterior de maneira orientada. O trauma dilacera o sistema psíquico. Ele foi citado primeiramente por Freud. O fundador da psicanálise descreveu o fenômeno como neuroses traumáticas, as quais podem indicar com precisão a origem e o momento do acidente traumático.

Freud fez uma analogia entre o aparelho mental e uma vesícula indiferenciada e sensível a estímulos. Esta vesícula poderia ser destruída por uma energia violenta, de origem externa, caso não fosse protegida por uma espécie de escudo imaginário. Todo estímulo capaz de furar o bloqueio do escudo é um trauma.

Pressionados por tal angústia em busca de significado, as visitas ao local do holocausto se sucedem... Os adolescentes, como já haviam feito com o local onde a bomba caíra, visitam o lugar do novo sinistro. Tudo passa a ser fantasmagórico. A avó recebe visitas de amigas que sofreram o mesmo horror da bomba (CONTEMPORÂNEA - PSICANÁLISE E TRANSDISCIPLINARIDADE, 2007).

2.5 MEMÓRIAS DISSONANTES E ATROCIDADES

Na sociologia contemporânea, pelo menos dois pesquisadores tratam o trauma a partir da terminologia “memórias dissonantes” associada a fatos traumáticos de interesse coletivo, os quais geram versões divergentes. Em um livro editado nos anos 90 sob o título “*Dissonant Heritage: The Management of the past as resource in conflict*”, J. E. Tunbridge e G. J. Ashworth defendem a idéia de que a memória só pode ser contada pelas testemunhas oculares, pois o que definimos como memória não passa de narrativas de representações análogas.

Uma questão importante, segundo os autores, é que o relato de atrocidades é igualmente intenso para as vítimas e para seus agressores. Dessa complexidade, originam-se interpretações e releituras diversas, opostas e conflitantes. Além disso, o abismo entre as sensações produzidas nas vítimas e nos algozes cria uma dicotomia interpretativa. Daí, qualquer tentativa de resolver a controvérsia pode ser profundamente inquietante, se não perigosa. Por essas variáveis, a interpretação das memórias dissonantes é apontada na ótica de Tunbridge e Ashworth (1996) como extremamente difícil de ser realizada.

Qualquer análise de atrocidades enfrenta enormes obstáculos. Preocupados com essa questão, os dois pesquisadores dividiram as memórias dissonantes no campo das atrocidades em cinco categorias: 1) atrocidades decorrentes de catástrofes naturais, como furacões, terremotos, inundações, desabamentos e incêndios de grandes proporções, e que podem ocorrer por fatalidade ou negligência; 2) atrocidades decorrentes de sistemas judiciais; por exemplo, os tribunais de inquisição; 3) atrocidades associadas com as intolerâncias religiosas e étnicas, como, por exemplo, o *apartheid* na África do Sul e o conflito entre árabes e judeus no Oriente Médio; 4) atrocidades decorrentes de massacres em grande escala, genocídios; 5) atrocidades de guerra.

Assim, dentro da visão dos dois pesquisadores, a guerra é raramente considerada atrocidade em si, mas é provavelmente a principal fonte dos mais diversos tipos específicos de atrocidade. Eles defendem a tese de que nem mesmo

as milhares de baixas decorrentes dos combates, ou a tortura e execução de inimigos são vinculadas a atrocidades. Uma guerra somente é tratada como atrocidade em si no momento em que algum massacre paralelo ao conflito é detectado e comprovado, principalmente em larga escala, como os genocídios.

Mas uma atrocidade de guerra pode, dependendo do contexto, produzir uma leitura positiva e outra negativa. Se a bomba V2 simboliza a devastação de Londres nos estertores da Segunda Guerra Mundial, uma parte da comunidade científica comemora a invenção do artefato como o alvorecer da indústria aeroespacial. Em outras palavras, o trauma das V2 sobre Londres deve causar pesadelos nos homens e mulheres ainda vivos que presenciaram a ação devastadora desses equipamentos como castigo de Hitler. Em compensação, os cientistas da pesquisa aeroespacial usaram a mesma tecnologia para levar o homem ao espaço.

Além disso, uma atrocidade depois de um grande evento traumático pode não ser percebida. Diante dos crimes cometidos pelo nazismo, a perseguição aos sudetos¹ pelos soviéticos não teve repercussão num período em que a Europa começava a contabilizar os horrores do Holocausto. Ainda mais que o governo da antiga Tchecoslováquia, em 1938, havia capitulado ao nazismo. Após a guerra, sob domínio soviético, ocorreu o acerto de contas da população nativa contra a porção alemã, minoritária. Logicamente, os sudetos passaram ser relacionados com as atrocidades cometidas durante o Holocausto e pagaram caro por isto. Em passado recente, com a unificação da Europa, a questão dessa minoria tem recebido maior atenção.

Diante da controvérsia em torno das memórias dissonantes, alguns países oficializaram suas versões sobre eventos traumáticos. Em 1983, a Inglaterra passou a denominar de *English Heritage* (memória inglesa) o conjunto de monumentos sob custódia da Coroa ou mantido pelo Estado, como resultado da Lei de Memória

¹ Sudetos são cidadãos de origem alemã nascidos em países eslavos, especialmente tchecos e poloneses, que ficaram no meio do fogo cruzado da Segunda Guerra Mundial. Sob o pretexto de sua existência os alemães tentaram legitimar a invasão da antiga Tchecoslováquia nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente da Polônia; no pós-guerra foram perseguidos pelo exército soviético, justamente por serem alemães. Atualmente, estes grupos buscam reparação moral contra atrocidades que julgam ter sofrido durante os dois regimes totalitários, o nazismo e o comunismo. (N.A.)

Nacional. Da mesma forma, em 1993, o Canadá criou um organismo federal para administrar a preservação de parques nacionais e defender a memória intercultural. Ao mesmo tempo, o país reconheceu seu compromisso com a conservação de locais sagrados transmitidos pela História oral.

Tunbridge e Ashworth (1996) ressaltam ainda que a Polônia pós-1945, no âmbito das suas novas fronteiras, tem sido justamente elogiada por sua meticulosa reconstrução da memória. Porém, a lentidão na aplicação de recursos e competências para as cidades da Prússia Oriental pode ser explicada pela origem alemã dos habitantes daquela região.

2.6 COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA COLETIVA

Tunbridge e Ashworth (1996) observam que quase todas as cidades e vilarejos da Europa estão repletos de museus, monumentos e outros equipamentos erguidos ou conservados como elementos de comunicação da memória coletiva. Porém, nada no mundo mereceu um volume tão expressivo de memoriais como a Segunda Guerra Mundial. Um exemplo é a transformação do campo de extermínio de Auschwitz em memorial-museu. O fato se repete com dezenas de campos de concentração, como o de Sachsenhausen, onde estão preservados as celas, o patíbulo, o crematório e a câmara de gás. Os autores recordam ainda o Museu Judaico, em Terezin (1996), e o caminho da memória que percorre os traçados do Gueto de Varsóvia. Citam ainda obras recentes com finalidade de lembrar o passado, como o Memorial do Holocausto, erguido no centro da denominada Nova Berlim; o Museu da Memória Judaica de Berlim antes da Segunda Guerra Mundial; e os Caminhos do Reich, roteiro turístico com passagem pelas ruínas do prédio que abrigou a Gestapo.

Outro ícone da memória coletiva europeia é o Muro de Berlim. Símbolo maior e abjeto da Guerra Fria, a construção foi derrubada em 1989 para permitir a integração geopolítica da capital da Alemanha Unificada e simbolizou o enterro do denominado socialismo real. Em alguns pontos da cidade, trechos da edificação são

mantidos como forma de preservar a memória desse período obscuro da História para o conhecimento das gerações futuras.

Tunbridge e Ashworth (1996) afirmam que as memórias dissonantes criam ferramentas de comunicação em espaços geográficos, inclusive em regiões distantes do conflito. Este é o caso do *Memorial Museum* do Holocausto, criado na década de 1990 em Washington. O objetivo (segundo pesquisa realizada entre os guias) é informar os americanos a respeito das atrocidades cometidas pelos nazistas contra judeus, ciganos, homossexuais, populações de hospícios e os opositores do regime, de maneira geral. Outra instalação semelhante foi erguida na Costa Oeste dos Estados Unidos. Trata-se do *Los Angeles Museum of Tolerance*, criado por decreto oficial na Califórnia.

Mais recentemente, o governo de São Paulo decidiu montar o Museu da Tolerância na Universidade de São Paulo, incorporado ao Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. O memorial ganhou formatação temática. O objetivo é promover o conhecimento como forma de combater o preconceito originário das contradições interculturais.

2.7 DISSONÂNCIA E TEORIA DA COMUNICAÇÃO

Em teoria da comunicação é possível produzir o diagnóstico acerca da incidência das memórias dissonantes. Escolhemos a Teoria da Espiral do Silêncio, concebida pela pesquisadora Elisabeth Noelle-Neumann. Nascida na Alemanha, ela se viu forçada a buscar asilo político nos Estados Unidos em consequência da ascensão do nazismo. De acordo com Neumann (1995), a manifestação da opinião pública trafega em espiral. No momento em que os atores sociais encontram-se no núcleo da figura geométrica, o cenário é de silêncio. No movimento circular para fora se desenvolve o processo comunicacional em que o emissor começa a transmitir a mensagem e recebe a adesão de novos agrupamentos dispostos a produzir ressonância em relação a seus pontos de vista.

Em sua elaboração teórica, Neumann (1995) utilizou algumas fontes básicas, como Rousseau, John Locke, W. Phillips Devison e Kant. Porém, seu referencial teórico central partiu dos conceitos de Aléxis de Tocqueville. Para a pesquisadora alemã, o pensador francês do século XIX produziu a primeira observação consciente de uma opinião pública. Foi Tocqueville, recorda Neumann, quem percebeu que o medo de conduzir ao isolamento leva o homem a silenciar. Tocqueville foi, sobretudo, um sociólogo, lembra a autora. Nunca escreveu um texto sobre opinião pública, até porque essa área do conhecimento foi sistematizada nas primeiras décadas do século XX. No entanto, ela assinala que, em sua passagem pelos Estados Unidos, onde viveu durante alguns anos, Tocqueville povoou seus textos descritivos com valores inegavelmente identificados com a opinião pública.

Esto no sucede en los países democráticos. En éstos el favor público parece tan necesario como el aire que respiramos y discrepar de la muchedumbre es como no vivir. La muchedumbre no necesita leyes para coaccionar a los que no piensan como ella. Le basta la desaprobación pública. La sensación de soledad e impotencia los sobrecoge y les hace despresar (1948, 2:263). No conozco ningún país en que haya tan poca independencia mental y verdadera libertad de discusión como en América (1:263) (apud NEUMANN, 1995, p. 122).

Para Neumann (1995), Tocqueville demonstra com exatidão como a opinião pública exerce poder sobre os indivíduos e sobremaneira cria influência sobre o poder público. Como, por exemplo, abrir a mente dos homens para novas ideias. No sentido contrário, a opinião pública estimulada em meio a uma ebulição social pode gerar conflitos espontâneos e reações de intolerância a partir de um consenso produzido pela soma da manifestação de um conjunto de indivíduos. Foi o caso dos movimentos xenófobos deflagrados na França em 1926. Naquele ano, a população nativa francesa promoveu dezenas de ataques contra estrangeiros com requintes de brutalidade. Passado um período de calma, outro evento foi registrado e necessitou da intervenção da polícia para atender um distúrbio provocado a partir de um incêndio em um ônibus ocupado por um grupo de trabalhadores estrangeiros.

Parece que la magnitud creyó que los extranjeros habían ido a ver el fuego e inmediatamente los atacó... Antes que la policia pudiera impedirlo, una buena lluvia de piedras dió la bienvenida a los pasajeros del autobús, y muchos resultaron heridos. Sólo la enérgica intervención de los guardias permitió liberar a los extranjeros. Entre los arrestados se encontraba un conocido pintor francés que decía había participado activamente en el apedreamiento del autobús... Habia una masa abstracta antes del incidente? Ciertamente. La comunidad clandestina de todos los que se sentían ultrajados por la explotación extranjera de su inflación monetaria. Era la masa desorganizada e innumerable de todos los que odiaban a los extranjeros. (WIESE apud NEUMANN, 1995, p. 151).

Respaldada no pensamento de Tocqueville, Neumann (1995) verifica que uma sociedade em crise é mais suscetível a ceder às pressão da opinião pública. Ela observa que, em seus estudos, Tocqueville chegou a qualificar de tirana a opinião pública dos Estados Unidos. Para sua surpresa, ele admitia que, naquele país, motivados pela enorme influência multicultural, os governos eram obrigados a responder rapidamente ao clamor popular para manter o reconhecimento da figura da autoridade. Tal fenômeno poderia desencadear, inclusive, processos revolucionários ou insurrecionais, independente da modalidade ideológica, como é mencionado anteriormente com relação aos eventos protagonizados em solo francês.

Para reforçar, a Espiral do Silêncio é um conceito que serve tanto para quem teme o isolamento como para aqueles que o superaram. Ou seja, assim como um grupo se esconde no centro da espiral, outro, na medida em que supera seus traumas ou conflitos interiores, pode se movimentar para fora da espiral na direção da sociedade como forma de produzir uma nova opinião pública a respeito de determinado evento. Para montar a teoria da existência de uma Espiral do Silêncio, ela formulou hipóteses a partir das seguintes respostas: o conhecimento sofre atraso em relação às medições; toda a investigação é revestida por um enigma; o clima de opinião depende de quem fala e de quem permanece em silêncio; os que se unem no último minuto definem o resultado de um processo (NEUMANN, 1995).

Os fenômenos sociais aparecem, desaparecem e podem reaparecer à luz do dia, influenciados justamente por essa minoria adesista de última hora. Para reafirmar suas hipóteses, Neumann produziu uma série de pesquisas qualitativas e quantitativas ao longo de praticamente dez anos. Por meio do instituto de pesquisas

que matinha na Alemanha Ocidental, o Allembach, conseguiu montar alguns instrumentos de sustentação para essas hipóteses (NEUMANN, 1995).

Neumann (1995) demonstrou as flutuações comportamentais da opinião pública sobre política em temas como intenção de votos, reconhecimento e relacionamento amistoso com a República Democrática da Alemanha (RDA), pertencente ao extinto bloco soviético. Produziu estudos sobre temas absolutamente controversos na Alemanha pós-nazismo, como a aprovação da pena de morte. Na visão da pesquisadora, a opinião pública pode se manifestar ainda com base na maneira como os indivíduos se percebem como afirma Walter Lippmann.

Lippmann, um dos precursores dos estudos de opinião pública no começo do século XX, autor do livro *Public Opinion*, como examinamos mais adiante, criticava o excesso de racionalismo que permeava as Ciências Sociais da época. Ele alerta sobre a existência de sentimentos e mecanismos psicológicos arraigados nos indivíduos e no sistema social, capazes de direcionar comportamentos e ações muitas vezes influenciados pelos meios de comunicação. Conforme sua análise, a psicologia social e a investigação no campo da comunicação social tardaram demasiadamente a perceber tal fenômeno.

Para Lipmann (2008), os estereótipos são eficazes para formação da opinião pública, tanto no aspecto positivo quanto no negativo. Sua principal contribuição foi entender a ascendência das emoções coletivas no contexto da formação da opinião pública a partir do conteúdo recebido por intermédio dos *mass media* e a capacidade desse mesmo coletivo em influenciar o comportamento dos meios num sistema de retroalimentação.

Assim Neumann (1995) conclui que o medo do isolamento conduz os indivíduos a mudanças constantes de opinião. Os resultados de tal avaliação influenciam a maneira como esses públicos se comportam. Na primeira vez em que falou a respeito da Espiral do Silêncio, Neumann participava de um congresso internacional de Psicologia em Tóquio. O estudo foi divulgado num *paper* intitulado “*Return to the concept of powerful mass media*”. A pesquisadora começava a chamar a atenção para o poder da mídia possuía em influenciar o pensamento dos

receptores. Com isso, revisou a tese de que existiria uma pré-disposição dos jornalistas em distorcer o conteúdo da mensagem, o que era denominado sob o ponto de vista acadêmico à época de “consonância irreal”². Esta influência, ao contrário do que se dissera nas últimas décadas, não se limitava apenas ao que pensar, mas também atingia o que dizer. Num de seus estudos, realizado entre 1966 e 1967, Neumann concluiu que o interesse pelas questões políticas na Alemanha crescera de 36 % a 44 % naqueles lares equipados com aparelhos de televisão.

2.8 UMA TEORIA CIRCULAR PARA A COBERTURA NO VIETNÃ

A teoria da comunicação como ciência social aplicada é um campo aberto à complementaridade e novas abordagens. No começo da Guerra do Vietnam, o cientista político norte-americano Daniel Hallin observou o comportamento e a cobertura dos meios de comunicação com relação ao conflito. Intrigado com a dinâmica da mídia, Hallin produziu um estudo intitulado “*The Uncensored War*”, publicado pela primeira vez em 1986. O autor comparou a estratégia dos jornais e das principais redes nacionais de televisão na cobertura noticiosa a partir de 1965, período em que o governo dos Estados Unidos, nos bastidores, já havia decidido aprofundar o conflito com todas as repercussões devidamente conhecidas.

Hallin (1986) montou uma base de dados com o conteúdo produzido pela televisão dia após dia, de 1961 até 1968, assim como o material dos jornais e das revistas. Ele relata ter se preocupado, a princípio, em examinar as reportagens exibidas nos meios eletrônicos de acordo com a cronologia dos fatos. A primeira constatação é que até 1965 a cobertura da TV era praticamente inexistente. As informações giravam em torno do aumento de tropas em volume cada vez maior.

A primeira etapa da movimentação de efetivos, ao final da primeira metade da década de 60, previa o envio de 175 mil homens. A segunda, marcada para

² Temor ao isolamento é o princípio central da Teoria da Espiral do Silêncio. Diante do temor de se manifestar sozinho e produzir um pensamento isolado os homens se calam. Mas ao perceberem que outros grupos comungam de seu ponto de vista encorajam-se e passam a se manifestar. Quando vários grupos percebem que não estão sozinhos, a informação começa a trafegar em espiral.

1966, incluía mais 112 mil homens. Mas devido à movimentação intensa dos *vietcongs* (inimigos dos EUA), a Casa Branca reprogramou rapidamente a estratégia de confronto e aumentou o efetivo para 400 mil homens.

Neste primeiro momento, sublinha Hallin, a cobertura de guerra na televisão estava dividida entre a movimentação de tropas e o debate político em Washington e na Organização das Nações Unidas. Numa cobertura em menor escala, quase inexistente, ocorria a repercussão do agravamento do confronto, principalmente na Europa. A prioridade era interagir com a opinião pública interna acompanhando a política da Casa Branca que arquitetava o confronto bélico nos bastidores e produzia uma pantomima diplomática, pois acenava com uma “Ofensiva para a Paz” para a opinião pública e acelerava a mobilização da máquina de guerra, nos bastidores. Como Hallin faz questão de ressaltar, as duas principais *broadcasts*, a NBC e a CBS, captaram como ninguém a estratégia montada pelo governo e apoiaram essa política na forma de reportagens, aderindo assim ao discurso oficial.

Neste período, em que os EUA aprofundavam a “Ofensiva para a Paz”, as duas maiores redes de TV acobertaram o simulacro sobre a ocorrência de negociações diplomáticas na Birmânia. Enquanto isso, Hanói (centro político de resistência aos EUA no Sudeste Asiático) contestava essa versão dos fatos. Da Europa chegavam notícias de que os bombardeios norte-americanos continuavam, ainda que em menor intensidade.

O ditador da Coreia do Norte desmentia o armistício. Porém, esses fatos não eram narrados pela TV aberta dos EUA. Segundo relata Hallin, apesar dos inúmeros esforços empreendidos pela Casa Branca para fazer passar a ideia da “Ofensiva da Paz”, nem mesmo o presidente da Comissão de Relações Externas do Senado, James William Fulbright, deu crédito ao discurso do Departamento de Estado. O debate acalorado ocorria dentro do Capitólio, mesmo assim, as principais redes de TV noticiavam que a “Ofensiva para a Paz” caminhava para uma solução positiva. O modelo de jornalismo objetivo não se aplica ao jornalista de televisão. O profissional imparcial e desinteressado foi substituído pela figura do patriota, um *partisan* (HALLIN, 1986).

Daí, Hallin produziu sua modelagem teórica focado na cobertura da guerra de 1961 a 1968. Na sua linha de raciocínio, a cobertura passou a ser representada por uma figura esférica correspondente a três etapas. A primeira fase, em que predominava a estratégia da televisão foi denominada *Sphere of Devience* e estava relacionada com o período em que as notícias eram veiculadas sob forte comoção da opinião pública, sendo denominada cobertura-militante, na qual o comportamento da mídia oscilava de acordo com as necessidades de interferir na tomada de posição da audiência. Nesta fase, a cobertura era marcada pela subjetividade e pela manipulação da informação.

Hallin detectou um segundo fenômeno denominado esfera da controvérsia na medida em que o debate atingiu todas as camadas da sociedade. O Congresso exigia uma posição dos meios de comunicação de massa. Enquanto a televisão insistia em manter sua postura subjetiva, os jornais e as revistas incorporaram a reportagem objetiva, procurando reproduzir os diversos pontos de vista das partes envolvidas. A partir da mobilização de suas sucursais na Europa, o New York Times, e a Time, traziam a repercussão detalhada do processo de deflagração da guerra. Mantinham correspondentes em Moscou e Pequim como analisa Hallin.

Assim, a cobertura da mídia impressa foi colocada numa área intermediária da circunferência, representando o período de cobertura de validação e de controvérsia, justamente por garantir a ampla exposição dos fatos, principalmente o debate travado no âmbito do Congresso por republicanos e democratas. Mais adiante, Hallin descreve o surgimento de um terceiro fenômeno colocado no centro da esfera e denominado “posição de consenso”, em que a cobertura não gera mais controvérsia. Neste caso, os jornalistas e *publishers* sentem-se totalmente descompromissados em apresentar todos os ângulos do fato. O ambiente é de permissividade com relação a um lado único. É a etapa do processo comunicacional, assinala o pesquisador, em que a atividade jornalística cede lugar à advocacia. O papel do jornalista é servir como um advogado ou celebrante de consenso dos valores. (HALLIN, 1986).

Mas a teoria de Hallin não é estanque. Ele reconhece os limites das estratégias de cobertura. Enquanto a televisão atingia a área de consenso, a

imprensa permanecia na área de controvérsia. Às vezes uma se aproximava da outra. Em outros momentos se distanciavam. No âmbito das controvérsias, por exemplo, a prática do jornalismo objetivo era e o é preponderante. Quanto mais controvérsia e objetividade se contrapondo, menor é a chance de ocorrer uma situação cristalizada de consenso. Os diversos modelos de jornalismo prevalecem conforme o momento e dependem da política e do ambiente no país como um todo. Por esse processo contraditório, no começo de 1966, ocorria um visível contraste entre a linha editorial da televisão e a linha editorial dos jornais e revistas. As pesquisas apontavam confiança maior da população nos meios de comunicação impressos.

Com relação à cobertura do Vietnam, mesmo num cenário de consenso, as declarações oficiais estampadas na mídia impressa conquistaram muito mais crédito junto à opinião pública interna, até porque os relatórios do Congresso e os discursos da Casa Branca foram reproduzidos com maior exatidão nos jornais e revistas. Na televisão, por outro lado, a paz parecia ofensiva, como uma espécie de moralidade em jogo. Enquanto a cobertura do Times teve um tom seco, a televisão apresentou um contraste entre o bem, representado pela “Ofensiva para a Paz”, e o mal, representado pela intransigência de Hanói.

A própria insurgência da população norte-americana contra a guerra, nos anos 70, demonstra que apesar da tentativa de domesticação da opinião pública por meio da televisão, o consenso tão almejado nunca existiu. Pressionado pela força dessa mesma opinião pública, com forte repercussão inclusive na televisão, o governo dos Estados Unidos retirou-se do Vietnã em 1975 com todas as implicações negativas e prejuízos políticos ocasionados pela derrota (HALLIN, 1986). Ver figura abaixo.

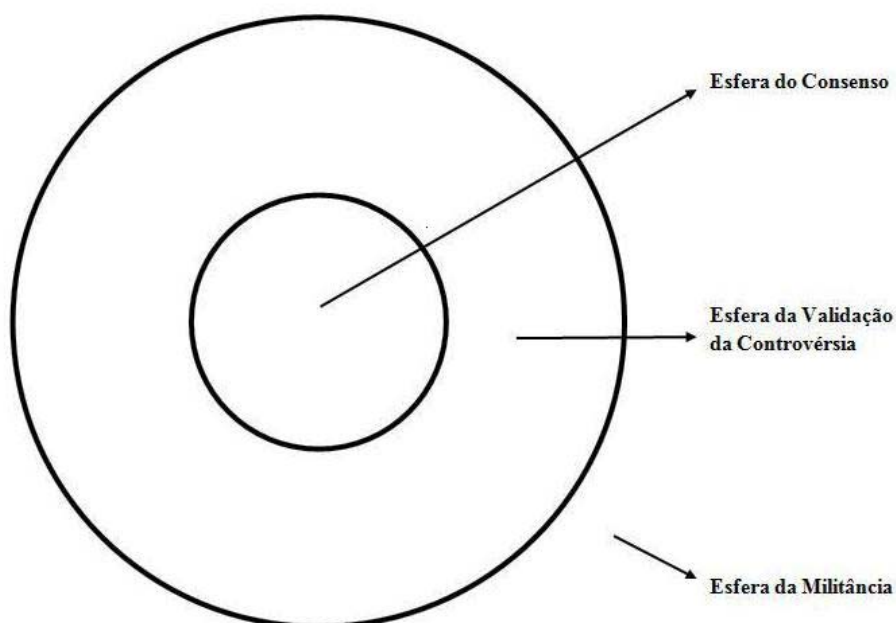


Figura 1 – Esferas
Fonte: Hallin, 1986

2.9 OS SIMULACROS DA TV DO JAPÃO

Na busca do consenso em opinião pública, a mídia pode construir simulacros. Quem denuncia essa estratégia de manipulação é o pesquisador Mamoru Ito, ao analisar programas de televisão no trabalho acadêmico intitulado *Television and Violence in the Economy of Memory*. Ito esquadrinha a estratégia da televisão japonesa para criar uma memória coletiva a partir de abordagem autoritária, construída com artifícios, tais como releituras pseudocientíficas, falsificação histórica, hipervalorização da produção tecnológica do país e ambientada numa atmosfera ufanista.

O trabalho do pesquisador se ateve a dois programas analisados a partir das técnicas de produção e posteriormente confrontados com estudos de recepção. Um deles é o *Project X: The Challengers*, veiculado em março de 2000. O segundo programa foi denominado *Nippon Hoso Kyokai: Special Edition Judgin War*. Ito parte do princípio de que a retórica política adotada pelo Japão no pós-guerra consiste em

supervalorizar o modelo desenvolvimentista como artifício para tentar fazer o país esquecer a humilhação sofrida na Segunda Guerra Mundial. A abordagem dos programas analisados por Ito estava perfeitamente alinhada com a política interna de recriar este novo Japão. Como se existisse um país capaz de sair de um confronto com a magnitude destrutiva da Segunda Guerra Mundial sem sequelas, ainda mais com as bombas atômicas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki (ITO, 2002).

Ito (2002) tomou como base as transmissões do *Project X* a partir de outubro 2001 em cima de três episódios específicos de um universo de 70 capítulos. Ele observou que os temas do *Project X* estavam relacionados com eventos ocorridos entre 1955 e 1974 e ressaltou que 50% dos programas tinham o foco nesse período. O objetivo era conquistar a atenção de quem “chegou aos 70 anos”, ao focar imagens e experiências relacionadas com a labuta dos antigos e ao criar um nexo causal com os avanços do Japão. A primeira característica do programa era recheiar os episódios com depoimentos do cidadão anônimo, de maneira a torná-lo o principal personagem.

Uma segunda característica diz respeito ao conteúdo em que predominavam notícias das dificuldades enfrentadas por engenheiros e técnicos responsáveis pelo desenvolvimento de novas tecnologias, com as quais o Japão conheceu as décadas de ascensão econômica. Para esquentar a audiência, a retórica de dramaticidade e melodrama tomava conta da cena. Saúde e meio ambiente recebiam um tratamento menos importante. Apesar da proposta de privilegiar o anonimato, ganharam destaque os relatos de jovens que se transformaram em proeminentes engenheiros e técnicos.

Outro aspecto é o fato de que sete ou oito pessoas apareceram na maioria dos 70 episódios. É o caso de Washizuka Wada. Ele teve mais visibilidade por ter desenvolvido, a partir de 1964, as tecnologias de uma nova geração de telas de *liquid crystal* (cristal líquido), com a qual o Japão venceu uma batalha tecnológica, industrial e comercial contra os Estados Unidos. A tecnologia de Wada culminou com o surgimento das primeiras calculadoras com tela de cristal líquido e, a

posteriori, originou os monitores de computador e as telas de TV LCD. No *Project X*, Wada foi alçado ao papel de herói nacional.

Mais adiante, Ito comenta o episódio intitulado “A conquista mundial do quartzo”. A série de reportagens contemplou a história da introdução do quartzo no relógio, comercializado pela primeira vez em 1969. Neste caso, do outro lado da trincheira estavam os suíços, e o programa perguntava quem detinha a liderança mundial de relógios eletrônicos.

Ao mesmo tempo *Project X* respondia ao questionamento e alçava os japoneses como campeões mundiais em comercialização de relógios eletrônicos de primeira linha. O episódio 68, *The Piano Richter Loved*, bate na tecla do piano de cauda Yamaha, e o objetivo era mostrar como os técnicos responsáveis pela fabricação do instrumento trabalharam para reverter a avaliação ocidental de que essa marca de piano, apresentada ao mundo em 1950, era imprópria para as grandes salas de concerto, por sua afinação soar imperfeita aos ouvidos dos concertistas de renome internacional, detentores de ouvidos absolutos.

Entretanto, o episódio revaloriza o piano de cauda Yamaha e lhe confere a qualidade de fazer frente aos similares de marcas tradicionais, como, por exemplo, os pianos da marca Steinway & Sons, considerados como uma espécie de Ferrari dos pianos e que são fabricados artesanalmente há mais de um século. Mais adiante, aparece o estudo de recepção com os telespectadores. O objetivo era verificar como a audiência assimilou a emissão dos programas. Um telespectador disse que as cenas externas eram a principal atração. Quando as imagens migravam para o estúdio, a tendência era a família se retirar da sala. Mas o pai ficava em frente à telinha até o fim. Para Ito, *Project X* conseguia atrair a atenção de pessoas de diversas gerações, as quais recebiam as informações de maneira diferenciada.

Um número expressivo de jovens em idade escolar ficou impressionado com o prestígio internacional das corporações japonesas para enfrentar a competição tecnológica na arena mundial. Outro grupo de jovens de ambos os sexos ressaltou o aspecto humano das relações de trabalho e demonstrou especial interesse na

capacidade do Japão em conciliar a atividade laboral com as relações humanas e com a produção tecnológica.

Algumas respostas destacadas pelo pesquisador a partir de suas entrevistas com o público jovem: “1) Fez-me consciente de mim como um japonês; 2) Isso me fez perceber os japoneses são muito grandes, também; 3) A coisa que mais me impressionou foi a dedicação dos engenheiros japoneses; 4) Incentivou-me a ver que japoneses são capazes de grandes coisas”.

Ito (2002) considera essas séries de programas como uma espécie de gatilho capaz de fazer disparar no imaginário do público jovem a sensação de que o sucesso está ao alcance de todos. Segundo Ito, a linguagem dos programas foi inspirada numa campanha publicitária governamental dos anos 70, denominada "Descubra o Japão". A ideia era conduzir o espectador a um consenso nostálgico, mas usando signos do presente, calcados nas proezas tecnológicas do país. Ito detecta na própria concepção de *Project X* a intenção manifesta de estabelecer um ambiente sociopolítico favorável à visão oficial sobre a reconstrução do Japão do pós-guerra. Analisadas as características, Ito alerta: a série foi concebida numa tênue fronteira entre o documentário convencional e o folhetim, em que as conversas de estúdio eram ilustradas com fotografias antigas dos entrevistados. Havia ainda uma variedade de imagens de vídeo em que os textos se assemelhavam aos dos roteiros de teatro (ITO, 2002).

O segundo objeto dos estudos de Ito se refere ao programa ETV 2001 Series “*Special Edition: Judging War*” (Julgando a Guerra). Tratava-se novamente de reintroduzir na memória coletiva do Japão o debate sobre a Segunda Guerra Mundial. Os programas estavam centralizados no julgamento realizado anos antes sobre os crimes sexuais cometidos pelos militares japoneses contra as populações de mulheres de países ocupados, sobretudo na Coreia, onde até hoje, grupos de vítimas estão organizados e exigem reparações e pedidos formais de desculpa por parte do governo japonês.

No Japão, a historiografia minimiza as causas e consequências da participação do país na Segunda Guerra Mundial. De acordo com o pesquisador, o

programa foi mais uma tentativa de retomar o tema "crimes contra a humanidade", um conceito importante no direito internacional, que recebeu atenção renovada em países envolvidos com crimes de guerra, como a Alemanha e a França. A série foi produzida, a princípio, com o propósito de demarcar o papel de cada nação no conflito e apontar as responsabilidades de cada um. Dentro desse espírito, *Judging War*, abordou os julgamentos do Tribunal Internacional Penal para crimes contra mulheres, de Haia.

Contudo, na véspera da transmissão, a versão do programa, que já tinha sido aprovada pelas autoridades do tribunal, foi sumariamente reeditada pela TV estatal do Japão, a NHK. "O que foi alterado?", indaga Ito. Em primeiro lugar, a violência sexual atribuída diretamente às unidades japonesas não foi apresentada como um fato sistemático, mas sim como atitude isolada praticada por alguns militares. Ito critica o programa de TV ao comentar que a Corte de Haia responsabilizou o estado japonês por esses crimes de guerra.

As alterações no conteúdo de *Judging War* incluíram a supressão completa do acórdão por meio do qual o Japão é incriminado formalmente. Os editores retiraram também as expressões "exército japonês" e "imperador". Na carona da supressão do conteúdo do acórdão, o programa promoveu toda a sorte de revisões. Foram cortadas as entrevistas concedidas por ex-combatentes, confirmando a prática de crimes.

Os editores supervalorizaram os comentários dos especialistas, os quais davam conta de que a decisão do tribunal não produzia efeitos jurídicos imediatos e não havia necessidade de reparação. Na ótica do pesquisador, essa estratégia deu certo porque os estudos de recepção revelaram que a parcela jovem da audiência entendeu ser essa a forma correta de o Japão tratar as feridas da Segunda Guerra Mundial.

2.10 A INTOLERÂNCIA DO ORIENTE PARA O OCIDENTE

Os professores Ian Buruma e Avishai Margalit levantam uma série de razões históricas bem anteriores e que desvelam as dificuldades dos japoneses em produzir um entendimento ou consenso com as nações ocidentais. Em “Ocidentalismo” (2006), eles citam o termo “traíçoeiro” como uma adjetivação largamente empregada em Kioto (Japão), em 1942, ou em Cabul (Afeganistão), em 2001, para se referir à civilização ocidental. Constatam que o ódio anti-Occidente, faz parte da cultura do Japão, mas foi aprofundado pelo pensamento do filósofo Nishitani Keiji, um intelectual de grande prestígio em Kioto nos anos 40.

Buruma e Magalit (2006) afirmam que Keiji costumava afirmar que a principal diferenciação entre o Occidente Moderno e o Islamismo era a separação entre a Igreja e o Estado, pois, para um islamita devotado, as questões da política, da economia e da sociedade jamais podem ser separadas da adoração a Maomé. Os pesquisadores caracterizam Keiji como um nostálgico do mundo muçulmano, pois ele apregoava a união entre Estado e religião aos moldes do islamismo fundamentalista.

No caso do Japão, foi criado o xintoísmo, uma adaptação do ritual cristão à tradição cultural japonesa, em que o estatuto religioso atrelou a religião ao Estado. Tal visão do mundo, no entendimento de Buruma e Margalit, serviu igualmente à Alemanha nazista, à União Soviética estalinista e à China de Mao.

Outros membros da intelectualidade de Kioto insurgiram-se contra o iluminismo europeu e, com base em estereótipos, referiam-se à revolução industrial europeia como a civilização-máquina e americanista. Esse discurso encontrou solo fértil em algumas partes da Europa. Hitler, em conversas de salão, acusava a cultura norte-americana de ser puramente mecanizada. E afirmava que, sem essa mecanização, a América se desintegraria mais rapidamente do que a Índia (BURUMA e MARGALIT, 2006, p. 13).

Buruma e Margalit sugerem que a aversão do Japão ao Ocidente foi fator de dificuldades até mesmo durante a formação do Eixo, a aliança firmada entre o império japonês, a Itália de Benito Mussolini e a Alemanha de Adolf Hitler, por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Os dois pesquisadores lembram ainda que a maioria dos voluntários da frota de kamikazes – os suicidas do Pacífico – era formada por estudantes dos cursos de Ciências Humanas das principais universidades do Japão, leitores assíduos de Kant, Nietzsche, Fichte, Hegel, Gide, Romain, Balzac, Mopassant, Goethe, Thomas Mann, Herman Hesse e Schiller. Vários deles tomaram a decisão de entregar suas vidas pela pátria ao lerem Sócrates e Kierkegaard, os quais produziram ensaios sobre as atitudes desesperadas do ser humano, capazes de conduzi-lo ao suicídio como decisão extremada.

Segundo Buruma e Margalit (2006), poucos eram cristãos, mas um número surpreendente mantinha intacta a fé no marxismo. De maneira geral, eram críticos da propaganda militarista, embora, contraditoriamente, exibissem forte convicção patriótica e tivessem aderido à guerra. Esses intelectuais passaram a encarar sua bandeira de luta como uma disputa ideológica e filosófica entre o Ocidente mecanizado e desumano e um Oriente lúdico e humanizado pela fé e pela força do pensamento.

É de fácil saber em que medida as emoções expressas anteriormente foram feitas para se conformar a uma fórmula esperada. Há muitos clichês nessas asserções para que sejam totalmente verossímeis. Cartas pessoais de pilotos kamikazes para familiares e amigos eram frequentemente mais reflexivas e angustiadas, e muito menos inclinadas a aceitar conceitos pré-concebidos, tais como cair como flores de cerejeira ou seguir o caminho do samurai. (BURUMA e MARGALIT, 2006, p. 13).

Para Jacques Wainberg (2007), as divergências entre Ocidente e Oriente podem ser explicadas por outras razões. Em sua opinião, os movimentos exploratórios em favor das conquistas do Novo Mundo pelo Velho Mundo produziram um imaginário de fantasias e engendraram a discórdia, estimulando visões distorcidas do Oriente em relação ao Ocidente e vice-versa, assim como do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul e do Sul para o Norte.

Irrita ao nativo, qualquer nativo, sempre, a estereotipia que lhe faz o estrangeiro. Tão pobre e tão incapaz de focar o olhar sobre o relevante, tão insuficiente para valorizar o que lhe é sagrado, decisivo e grave. O observador passa por ignorante. Nas palavras, nas gravuras, nas narrativas através das quais se descreve o visto e o imaginado há sempre esta tensão entre o que pensamos de nós mesmos e a leitura do estrangeiro, entre a minha autoestima e a dos outros. (WAINBERG, 2007, p. 65).

2.11 A COMUNICAÇÃO PERSUASIVA

Inspirado em Domenach, Miguel Celix (1996) defende que o debate sobre questões políticas e ideológicas seja travado na mídia através do conceito de comunicação persuasiva. Pois, a princípio, existe um senso comum de que toda a forma de comunicação política tem uma intenção manifesta, com o objetivo de construir ou desconstruir uma interpretação em favor de um determinado ponto de vista. Ou, simplesmente, de angariar parcelas da opinião pública ou sua totalidade para abraçar uma causa.

Dito de outra maneira, a comunicação persuasiva se caracteriza pela intenção manifesta e proposital de influenciar a forma de pensar do receptor, induzir ao consumo, à participação política, favorecer uma marca, uma corrente ideológica, por meio de uma argumentação claramente objetiva e aberta. Essas são características intrínsecas à comunicação persuasiva.

Basicamente, criar confiança num partido político, promover a crença numa religião, construir a credibilidade de um dirigente político também se constituem em atribuições da comunicação persuasiva, que é militante, propagandística e claramente subjetiva. Qualquer fonte da informação tem em sua conduta alguma intenção de causar efeito no receptor. Se não houver uma intenção clara, a comunicação perde sentido (CELIX, 1996).

Na comunicação persuasiva, esse fato é deliberado, porque é também intenção clara do emissor montar e desmontar atitudes, criar novas opiniões,

desfazer outras e reelaborar juízo de valor, e com isso exercer influência direta no comportamento econômico, político e cultural de uma sociedade. Celix afirma que a comunicação persuasiva visa a modificar as atitudes do receptor de acordo com a intenção manifesta da fonte. Dentre os fatores relacionados com a troca de atitude, destacam-se as condições físicas, sociais e superficiais, que alteram as disposições psicológicas capazes de modificar a personalidade, as crenças e os sistemas de valores.

O modelo teórico-comunicacional de Celix também trafega em movimento circular e, segundo o pesquisador, sem esta compreensão de que a comunicação se movimenta geometricamente dentro de uma perspectiva esférica, circular ou espiralada, é impossível promover a reflexão sobre as modernas técnicas de comunicação persuasiva e seus reflexos psicológicos, sociais e culturais. Atualmente, a Teoria Matemática da Comunicação deve ser observada, porque assim explica a forma como ocorre a interação entre emissor e receptor em um tráfego de ida e volta (CELIX, 1996).

A comunicação persuasiva ocorre também por modelos retóricos que dependem das convicções do emissor que incidem diretamente na ênfase e na qualidade da mensagem. Esses recursos retóricos acionam as representações prévias dos receptores e podem modificar o conteúdo no todo ou em parte, ou até reforçar a proposta do persuasor. De outra maneira, a persuasão incide diretamente nos fatores psicológicos, por desencadear um processo de sugestão.

Para alguns teóricos, os aspectos sugestivos formam o pilar básico da comunicação persuasiva. A efetividade da sugestão tem eficácia somente quando o persuasor-emissor é capaz de passar a impressão de que as propostas contidas na mensagem (argumentos, valores e juízo de valor) vão ao encontro das ideias e crenças dos receptores. É preciso construir por meio da comunicação uma memória coletiva aliada às crenças, convicções religiosas e culturais arraigadas numa determinada comunidade. Outro aspecto definido por Celix é que os mecanismos da persuasão se apoiam em atitudes pré-concebidas produzidas sobre situações cotidianas, a partir de preconceitos de idade, gênero, orientação sexual, etnia, classe social, construção de grupos inimigos por meio de conjecturas.

Todos esses elementos, juntos, separados, produzidos com grande ênfase, emitidos em cadeia, irão exercer influência sobre os receptores, para explorar as frustrações coletivas como forma de integrar um determinado grupo. Manipular significa tergiversar, modificar ou trocar o eixo de um sentimento antes existente, seguindo uma orientação pré-estabelecida com o propósito de controlar comportamentos (CELIX, 1996).

2.12 A PERSUASÃO COGNITIVA

Celix (1996) aponta fatores vinculados ao êxito da persuasão. Por sua natureza sócio comunicativa, a persuasão está vinculada a instrumentos de ação sobre o psiquismo, às questões de psicologia social, sociológicas, linguísticas e semânticas. O pesquisador destaca ainda três aspectos relacionados à sua proposta teórica: os estímulos da comunicação persuasiva partem do conceito básico de acordo com a angulação definida pela mídia, o papel do canal e o conteúdo da mensagem. Essas características levam em conta a capacidade de compreensão do grupo de recepção e suas peculiaridades de personalidade, comuns dentro de um determinado espectro social.

O conteúdo da mensagem torna-se expressivo no exato momento em que consegue promover a exploração dos sentimentos, a simplificação das ideias contidas na mensagem, a exploração emotiva, a individualização e a personificação do adversário. A partir da visão de Celix, a eficácia da comunicação persuasiva ocorre por intermédio de três processos psicológicos paralelos. No primeiro, a mensagem deve estar em conformidade com a capacidade de recepção do público-alvo em receber ou ser influenciado. Na segunda, a mensagem deve promover um efeito social satisfatório. Na terceira, a mensagem deve exercer caráter pedagógico. Neste caso, é denominada persuasão cognitiva. Celix cita Pierre Bourdieu e J. C. Passaron como precursores dos estudos do caráter persuasivo do sistema pedagógico. Em 1973, eles apresentaram o conceito de poder simbólico em conferência universitária em Chicago. Bourdieu se reportou a Dürkheim para explicar que o poder simbólico é construído pela manipulação manifesta dos signos como

forma de construção da realidade. Ele enxerga no poder simbólico a faculdade de fazer crer e fazer ver com tamanha magnitude que, em sua reflexão, confere à comunicação uma força somente comparável à força física. E compara esse poder aos modelos impostos pela força cibernética, dizendo que a comunicação produz efeitos reais sem uso aparente de energia física. O estado da arte em ciências sociais diz respeito à sua capacidade de exercer pressão e questionar as “coisas retóricas” para o exame dos objetos “ditos empíricos” (BOURDIEU, 2001).

No mesmo raciocínio de Bourdieu, Celix (1996) chama atenção para a importância dos textos narrativos que devem ser analisados como foco principal do processo de comunicação e relacionados diretamente com os objetivos de construir a identidade entre o emissor e o receptor. Em contrapartida, os textos argumentativos têm a intenção de fazer o receptor aceitar o conteúdo da mensagem a partir da imposição do emissor, sem que, necessariamente, haja identidade emocional ou psicológica entre quem recebe a informação e quem a constrói. Para ele, os textos narrativos produzem a persuasão pela ilusão.

Isto quer dizer que a formação pedagógica ocorre a partir da violência simbólica e pode empregar signos pré-definidos, de forma a criar o significado desejado no imaginário do receptor. Parte-se do princípio de que o homem é alçado ao *status* de “animal simbólico”, porque se comunica pelo uso de signos pragmáticos. A violência simbólica também é denominada pressão institucional, se exercida sobre um pequeno grupo de pessoas e se expressa principalmente na comunicação comercial e na propaganda político-ideológica. Os meios de comunicação de massa (rádio, jornal e televisão) são os principais canais de difusão da violência simbólica.

Quanto à persuasão cognitiva, Celix (1996) anota como característica primordial a intenção manifesta de fazer a mensagem chegar a todas as pessoas. Explica-se: seu objetivo é exercer controle e forçar a tomada de decisões. A persuasão cognitiva de um modelo comunicacional está envolta em dados de referência confiáveis. Porém, toda a informação é intermediada por atores sociais, e, de toda maneira, as empresas de comunicação estão suscetíveis às manipulações. O fenômeno da destruição do conteúdo é claramente percebido sempre que ocorre

a partidarização política, religiosa ou de outra natureza de uma rede de comunicação.

Os veículos passam a levantar bandeiras e invertem o sentido objetivo da comunicação para uma vertente subjetiva. A persuasão cognitiva é exemplificada por meio da informação do dia a dia, porque o tratamento das reportagens sobre a vida em sociedade, a superexposição das celebridades, desde cientistas até apresentadores de televisão, ocorre a partir dos mais variados estratagemas: resenhas de publicações, críticas dirigidas a espetáculos culturais de teatro, cinema ou, ainda, telenovelas.

Para Celix (1996), o processo de seleção da notícia constitui por si só uma atitude manipuladora, pois ocorre dentro de um “magma informativo”, do qual podem resultar, inclusive, atitudes positivas. Retirar uma reportagem de mau gosto de um telejornal dirigido às classes A e B é absolutamente coerente com a linha editorial do programa, ainda que a discussão entre o bom gosto e o mau gosto seja de natureza subjetiva. A subjetividade em favor de produtos de qualidade se justifica sobremaneira em programas de conteúdo didático-educativo. A abordagem oferece representações palatáveis ao senso comum, perfis físicos e psicológicos e favorece o surgimento de estereótipos.

Como complementa Johnni Langer (2005), os estereótipos são a representação visual da realidade, pois a gravação de cenas na memória exerce uma força poderosa sobre o imaginário. Na medida em que os fatos se distanciam no tempo, as culturas tendem a se apoiar em estereótipos. Para o pesquisador, os estereótipos normalmente se moldam por meio da descrição de etnias exóticas, ou por ideais patrióticos, e o primeiro registro histórico de um estereótipo ganha exemplo em Heródoto (V a. C.), ao descrever a forma como o povo “cita usavam os crânios dos inimigos para consumir bebida, pois era importante enaltecer os gregos, contrastando-os com a barbárie dos primitivos.

Conforme Langer, o mesmo estereótipo foi renovado pelo cristianismo, com Jordanes descrevendo os hunos (VI d. C.) e cronistas da Baixa Idade Média, na caracterização dos vikings como bárbaros (XIV d.C.). “O uso político das imagens

históricas também produziu muitos estereótipos, alguns sem conotação detratadora. A moda do celtismo, a partir do século XVIII, almejava recuperar as raízes das nações européias, e os escolhidos foram os celtas” (LANGER, 2005).

2.13 O EMPREGO DO ESTEREÓTIPO

Walter Lippmann (2008) pontua que o emprego dos estereótipos em comunicação é comum porque nenhum testemunho tem condições de descrever a cena real como de fato ocorreu. Toda a memória é reconstituída por algum grau de distorção durante a produção da mensagem, por obra da subjetividade do emissor. “O interiorano numa rua abarrotada, um marinheiro de água doce no mar, um ignorante em esporte numa competição entre os especialistas de um jogo complicado, são outros exemplos. Ponha um homem inexperiente numa fábrica, e num primeiro momento o trabalho lhe parecerá uma confusão sem sentido” (LIPPMANN, 2008, p. 84).

Pois Lippmann verifica que, se um forasteiro desembarca em um local estranho, todas as pessoas lhe parecerão iguais. Ele somente terá condições de diferenciar uma ou outra por características grosseiras como tamanho e cor da pele. Esses caracteres são facilmente perceptíveis³. Segundo ele, o problema está em definir uma situação antes de enxergá-la. Na maior parte das vezes, chega-se a uma conclusão antes de enxergar o fato, ou sem nunca tê-lo presenciado como testemunha. Somos campeões em tirar conclusões por informação repassada (DEWEY, s.d., p. 488. *apud* LIPPMANN, 2008, p. 84).

Para Lippmann, o senso comum que leva o grupo a interpretar as situações de uma nova maneira é desgastante. A tendência do consenso humano é oferecer afetos a partir da construção de identidades pré-determinadas, ou produzir desafetos a partir do mesmo artifício de simplificação por meio de imagens adquiridas e subjetivadas. “Ele é um estrangeiro. É um plutocrata. Ele é um intelectual de

³ Opinião pública: Walter Lippmann foi um pioneiro nos estudos de opinião pública que inspiraram posteriormente as pesquisas de Elizabeth Neumann.

Harvard. É um europeu do sul, um estrangeiro.” O grupo constrói suas identidades, sua forma de interpretação dos signos (LIPPMANN, 2008, p. 91).

Na visão de Lippmann, a caracterização unificada e simplificada acerca de uma cena por um determinado grupo, com base em caracteres pré-concebidos, cria os estereótipos, muito empregados por políticos, historiadores e publicitários, os quais costumam produzir textos capazes de promover simulacros e representações falsificadas da cena.

Por exemplo: existe um discurso promovido por revisionistas do Holocausto que qualifica os judeus como “judiaria organizada”. Isto é, utilizam-se de um dos estratagemas montados por ocasião do surgimento do nazismo, de que uma das razões para a derrocada da sociedade alemã “ariana” era a união da população de origem judaica para construir uma economia paralela dentro do país em detrimento do restante da sociedade, “genuinamente germânica e pura”. Trata-se de buscar apoio no estereótipo de raça para construir uma opinião pública favorável.

De volta a Miguel Celix (1996), dessa forma, a persuasão cognição e a comunicação persuasiva promovem o convencimento de seus públicos, previamente, porque entre a fonte e o receptor existe um canal e a mensagem. A carga de novos significados inevitavelmente contém determinado nível de persuasão ideológica, concepções sociológicas e abordagens sensacionalistas da informação. Quanto à persuasão ideológica, ou comunicação de propaganda, percebe-se a forte influência dessa categoria de comunicação sobre a sociedade moderna.

O fenômeno ocorre porque a persuasão ideológica exerceu alto grau de envolvimento grupal ao articular-se com os sistemas de comunicação de massa, notadamente o rádio, o jornal e a televisão, os quais funcionam como instituições comunicativas em favor dos agentes persuasores, tais como governos, partidos políticos, sindicatos patronais e de trabalhadores, igrejas e seitas. Essas instituições classificadas pela ciência social como superestrutura de poder, sustentam-se na exacerbação das emoções, da exploração do imaginário coletivo. O patriotismo, o nacionalismo, a fé em Cristo ou Maomé, são alguns desses sentimentos notoriamente explorados pela manipulação midiática. A injeção de significados em

um imaginário coletivo ajuda a promover difamações entre grupos, estimula o ódio, enaltece ou corrói instituições, destrói ou constrói personalidades. Afunda as reputações ilibadas e santifica a memória de tiranos. Tecnicamente toda a propaganda é um processo manipulador da opinião pública. Seu estágio embrionário surge a partir da guerra psicológica adotada como estratégia para produzir conflitos adicionais a enfrentamentos bélicos de larga escala.

Esse gênero de comunicação remonta ao século XVIII e à primeira metade do século XIX no continente europeu. Foi empregado pela Holanda contra Luís XIV e pela França revolucionária contra os países vizinhos, principalmente no período denominado império napoleônico.

O moderno conceito de guerra psicológica é atribuído ao estrategista militar britânico J. F. C. Fuller, que recorreu a esse recurso para desmoralizar as tropas alemãs no *front* da Primeira Guerra Mundial, por entender que a guerra convencional deveria ser reforçada por uma guerra de informações com o intuito de enfraquecer o adversário. A comunicação definitivamente se torna um personagem relevante em tempos de guerra.

Foi justamente na Primeira Guerra Mundial que os governos entenderam a importância da guerra psicológica como recurso colateral para garantir conquistas geopolíticas nas frentes de batalha. Pela convicção formada, o governo norte-americano criou, em 1917, “O Comitê de Informação Pública”. A Inglaterra oficializou, em 1918, a formação do Departamento de Propaganda Inimiga, direcionado a produzir contrapropaganda dirigida às tropas germânicas.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a guerra psicológica entre os países aliados e os formadores do Eixo, adquiriu caráter científico. Ganham destaque as campanhas elaboradas por Joseph Goebbels, com propósito de fazer destruir o moral das tropas inimigas da Alemanha, por meio de transmissão de rádio. Objetivava também enfraquecer a confiança da população da Inglaterra na capacidade de seu governo em livrá-la do domínio nazista. Da mesma forma, o Japão criou campanhas de desmoralização das tropas norte-americanas

estacionadas no Pacífico.

2.14 A CONSOLIDAÇÃO DA GUERRA PSICOLÓGICA

A guerra psicológica consolidou-se a partir dos anos 50 a partir do surgimento da Guerra Fria, entre o Bloco Capitalista e o Bloco Comunista. Foi muito empregada durante a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã, e durante o cerco de Berlim, que perdurou por aproximadamente 50 anos.

Sinaliza Celix (1996) que durante a Primeira Guerra Mundial, a guerra virtual ocorria por material impresso dirigido, tais como panfletos, cartazes e artigos de imprensa. Na Segunda Guerra Mundial, ocorria pelas ondas do rádio sofisticaram o sistema de comunicação. Impressoras *off-set* e rotativas permitiram massificar a informação. Na Guerra Fria a agilidade do rádio foi enriquecida pelo impacto quase mágico que o cinema passou a exercer na opinião pública. Assim como, mais tarde, a televisão foi largamente empregada para aprofundar a guerra ideológica, com todas as vantagens da combinação entre som, imagem e transmissões ao vivo.

O pesquisador lembra ainda que a partir da Guerra da Coreia, Mao Tsé Tung e Josef Stalin introduziram a mais cruel das guerras psicológicas: a lavagem cerebral. Essa técnica se baseava na introdução de métodos de indução de modificações comportamentais em prisioneiros de guerra. Eram empregados artifícios de convivência social entre esses prisioneiros e agentes de serviço secreto cuidadosamente treinados para provocar sentimentos favoráveis em relação ao que comunicavam, notadamente informações de caráter educativo-indutivo e de alcance coletivo (CELIX, 1996).

Eles produziam novas atitudes e modificavam traços de personalidade em um ou mais grupos de soldados mantidos no cativeiro. De acordo com o estudioso espanhol, algumas mensagens publicitárias adquirem caráter político e ideológico se estão vinculadas à intenção de criar novos valores e estabelecer paradigmas ainda desconhecidos na cultura popular. Celix lembra que sociólogos da comunicação,

como Packard e McLuhan, consideravam a publicidade como um sistema de controle comunicativo expressivamente complexo e profundo por buscar a satisfação das necessidades cotidianas a partir do controle tecnológico e político dos meios de comunicação.

3 UM MÉTODO PARA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO PERSUASIVA E DA PERSUASÃO COGNITIVA

Segundo Miguel Celix, se a comunicação é persuasiva, pressupõe seis categorias metodológicas, enumeradas a seguir.

1) A **exploração dos sentimentos** é uma das classificações mais estudadas por persuasores. Intercala informações de alto nível, bem formuladas por um grupo para empregá-las na direção de um segundo, mal informado sobre determinado tema, porque os grupos sociais vivem sob dependência quase absoluta de informações e igualmente da interpretação dos significados das mensagens provenientes de fontes exteriores a eles (grupos sociais). Além disso, a **exploração dos sentimentos** lança mão do artifício de manter distância entre os dois grupos envolvidos, os emissores e os receptores da mensagem. É uma comunicação de domínio exclusivo do emissor. O objetivo é sempre obter a aprovação dos receptores em favor da mensagem, ou conseguir sua adesão a uma causa. A exploração dos sentimentos é largamente empregada na propaganda política e religiosa.

2) A outra categoria desenvolvida por Miguel Celix, a **simplificação** parte do princípio de que os indivíduos preferem entender os fatos a partir de soluções que exijam um nível pobre de elaboração mental. Verifica-se uma tendência em captar a parte mais visível do tema e esquecer a importância da sua totalidade. Para promover a **simplificação** na propaganda empregam-se também textos distorcidos, mensagem depauperada, vinculação de aspectos comuns ao grupo, aflições e angústias por este compartilhadas, principalmente quanto às crenças; concentração de informações antagônicas em que transparecem antagonismos como bom ou mau, positivo ou negativo, ordem e desordem, maravilhoso, horrível. Celix cita a **simplificação** como uma necessidade de transformação da mensagem em verdade absoluta, a partir de conclusões completas, na tentativa de obter uma recepção pronta sem capacidade de gerar pontos de interrogação. Na simplificação o objetivo fundamental é produzir uma comunicação capaz de fazer o receptor se sentir identificado com o emissor e a tomar decisões atomizadas de tal maneira a reduzir

conflitos. O persuasor eficaz une uma série de informações limitadoras capaz de expressar uma argumentação igualmente limitada para a análise do decodificador.

3) O **exagero e o desvirtuamento da mensagem** pode ocorrer por meio da supervalorização dos dados de referência ou de atores e personagens envolvidos. É largamente empregado em propaganda ideológica e religiosa, mas segundo Celix (1996), aparece no conteúdo das notícias veiculadas em rádio, jornal, televisão, revistas e outras mídias, como livros. Neste caso, o emissor seleciona aqueles pontos da informação que se moldem à sua intenção de manipular o conteúdo. A manobra comunicacional, neste caso, permite a seleção de recursos semânticos, capazes de construir uma dimensão muito maior para detalhes que passariam despercebidos, os quais adquirem dimensão de conteúdo essencial por parte do receptor. Detalhes mais perceptíveis são suprimidos caso possam conduzir o receptor a uma opinião contrária às intenções do emissor, selecionando os dados que favoreçam o persuasor.

4) A **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** consiste na exacerbação sistemática da informação, com o cuidado de evitar a fadiga do receptor, por meio de um planejamento da estrutura textual. A recodificação de juízos de valor por meio de novas expressões e a adoção de artifícios – como a combinação de textos, imagens, música, hinos, palavras de ordem e *slogans* – são recursos usuais. As campanhas orquestradas atingem suas metas no momento em que são absorvidas pelo receptor em suas diversas rotinas, lugar de moradia, ambiente de trabalho, de ócio, salas de estudo.

A intenção é justamente fazer o receptor pensar no tema o tempo todo. A campanha orquestrada bem sucedida consegue inclusive promover a retroalimentação da informação independente do envio de novas mensagens por um período determinado. Existem maneiras de testar essa virtude por meio de estudos de recepção.

5) A **exploração do contágio psíquico** parte de conceitos básicos da psicologia social, visando a conquistar o conformismo dos receptores. Para tanto, os persuasores buscam conhecer sentimentos comuns do consciente ou do

inconsciente coletivo do grupo, de maneira a mantê-lo em estado hipnótico diante da mensagem. A intenção é conseguir uma reação em cadeia entre os membros do sistema social com o objetivo de colocá-los em uma espécie de catarse.

A divulgação do estilo de vida, o modo de ser, o pensamento político e filosófico de celebridades é um mecanismo de contágio psíquico. O apelo por elementos simbólicos, como hinos e adoração a bandeiras, também funcionam como forma de produzir comunicação persuasiva. Englobam a produção de mensagens apoiadas em conceitos, ações e atitudes já adotadas por outros grupos, celebridades, atores sociais, personagens da ficção, as quais permeiam o imaginário coletivo.

6) Sobre o conceito de **apoio a atitudes pré-existentes**, Celix cita os conceitos de Carl Jung como forte referência para os persuasores empenhados em difundir as técnicas de comunicação a partir de uma construção com base no inconsciente coletivo. Ou seja, existem acontecimentos na vida, os quais tomam conta do inconsciente de todos os seres humanos. Normalmente, são sentimentos como paixão religiosa, nacionalismo, devoção patriótica e estão relacionados com essa estratégia de linguagem.

3.1 OS PROCEDIMENTOS

Essas seis categorias metodológicas devem ainda ser subdivididas em três procedimentos principais: psicológico; argumentativo; e linguístico-semiológico. Em sendo assim, a **exploração dos sentimentos**, reproduzida aqui como categoria **número 1**, em sua leitura **psicológica** está ligada a: **1-A)** sentimentos e emoções relativamente superficiais e, sobretudo, aqueles escondidos no subconsciente; **1-B)** sentimentos manifestos, tais como patriotismo, sexismo, racismo, identidade social, interesses de classe e religiosos; **1-C)** sentimentos ocultos, notadamente, mórbidos, como fantasias, desejos, obsessões e medo de consequências negativas em outra vida. No plano **argumentativo**, a exploração dos sentimentos apresenta três variáveis: **1-D)** descrição de emoções apoiadas nas intenções de persuasão; **1-E)**

criação de argumentos emotivos, enganosos e falsos; **1-F)** apoio em meias verdades. Já na variável **linguística-semiológica** os procedimentos são dois: **1-G)** omissão de determinada informação considerada desinteressante à finalidade de convencimento; **1-H)** narrativa enfática em favor daquela informação considerada muito interessante aos fins de persuasão (CELIX, 1996).

A **simplificação**, descrita como categoria **número 2**, apresenta quatro procedimentos possíveis no campo **psicológico**: **2-A)** fixar na mente receptora a opinião simplificadora da fonte da informação; **2-B)** construir um processo de simplificação capaz de conduzir o receptor diretamente para uma ação, **2-C)** associar determinados traços da estrutura ou da forma de simplificação com as preocupações gerais das pessoas, principalmente os valores largamente arraigados, como os sentimentos patrióticos, sexistas, entre outros; **2-D)** obrigar o receptor a se posicionar a respeito de uma informação dentro de uma perspectiva de verdade ou mentira, isto é, induzir a uma atitude maniqueísta.

O procedimento **argumentativo** apresenta quatro variáveis: **2-E)** concentração dos significados para centralizar cada ponto do argumento; **2-F)** construção de explicações com um suposto tom de clareza para passar a sensação de que o tema é destituído de qualquer problema; redução das alternativas de orientação moral direcionadas ao contexto, fatos ou acontecimentos a uma só argumentação; **2-G)** redução das alternativas de orientação moral; **2-H)** produção de contextualização absolutista para demonstrar que as posições divergentes são irreconciliáveis (CELIX, 1996).

No procedimento linguístico-semiológico são descritas seis possibilidades de simplificação: **2-I)** distorção dos significados originais dos fatos e substituição por uma versão favorável aos objetivos persuasivos; **2-J)** ênfase dos aspectos significativos capazes de conduzir à simplificação; **2-K)** estruturação dos fatos de forma simplificada; **2-L)** divisão das questões problemáticas e de seus conteúdos, de acordo com fatos, argumentos, estatísticas, juízos e demonstrações, dentro de um contexto de maior limitação como forma de construir uma persuasão irrefutável; **2-M)** inclusão de frases e *slogans* que resumam a ideia central da intenção persuasiva; **2-N)** colocação de anagramas, siglas, signos não linguísticos ou da imagem de uma

marca, assim como de elementos sonoros (canções, hinos, música) ao mesmo tempo simplificadores e identificadores (CELIX, 1996).

Quanto ao **exagero e desvirtuamento da informação**, assinalados na **categoria 3**, Celix (1996) aponta os seguintes procedimentos: no **plano psicológico**, **3-A)** convencimento promovido pela força dos fatos centrais deliberadamente distorcidos e adulterados; **3-B)** tratamento atraente e parcial da realidade; **3-C)** acompanhamento da descrição de opiniões favoráveis capazes de convergir para a intenção persuasiva no plano linguístico-semiológico; **3-D)** desvirtuamento da semântica original do fato, que é substituída pelo sentido favorável à capacidade persuasiva do emissor; **3-E)** exagero de alguns ou de todos os detalhes por meio de códigos convergentes e ocasionalmente contrastados (CELIX, 1996).

Igualmente, a **categoria 4**, definida por Celix (1996) como a **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada**, apresenta três procedimentos-padrão. No aspecto **psicológico**, verificamos: **4-A)** convencimento conquistado pela repetição sistemática de temas e ideias de maneira inteligível para que os receptores decodifiquem e armazenem facilmente; **4-B)** produção de reverberação da informação no espaço público de forma a prover contágio psicológico coletivo favorável às intenções persuasivas. No procedimento **argumentativo**: **4-C)** seleção cuidadosa dos temas imprescindíveis da campanha; **4-D)** adaptação de variáveis argumentativas colocadas dentro de uma estratégia capaz de atingir diversos públicos de acordo com o nível educativo e seus gostos.

No processo linguístico-semiológico: **E)** repetição dos temas e das idéias, vinculados a juízo de valor, mas codificados com força expressiva, adaptados aos diferentes níveis educativos, gostos e preferências, de acordo com as peculiaridades dos públicos – jovens, donas-de-casa, idosos, entre outros. Ou ainda, **4-F)** repetição de frase ou *slogan* ao final da mensagem; e **4-G)** emissão precisa de um modelo estilístico adequado ao grupo receptor (CELIX, 1996).

S **categoria 5**, denominada **exploração do contágio psíquico**, no item procedimento psicológico, Celix (1996) propõe: **5-A)** determinação de posições

majoritárias ou minoritárias nos grupos de permanência que produzem contágio psíquico de fundamento hipnótico; **5-B)** contágio psíquico que requer uma natureza totalmente irracional; **5-C)** contágio psíquico que produz tomada de posição radical sobre indivíduos com juízo de valor claramente favorável aos persuasores. Quanto ao processo argumentativo: **5-D)** criar uma ilusão de que existe unanimidade positiva capaz de rebater qualquer manifestação contrária; ou ainda, **5-E)** produzir contágio psíquico por modelos de êxito – sensação de bem-estar, vida eterna – com base em mensagens de celebridades do mundo artístico, desportivo ou religioso, as quais criam modelos simbólicos a serem seguidos. E no sistema linguístico-semântico: **5-F)** o persuasor pode lançar mão de formas de expressão literária, tais como poemas, canções e apelos com a finalidade de promover comunhão mística; e **5-G)** comunicação de massa de fácil assimilação de conteúdo, amplificação da mensagem de contágio psíquico, já realizada por meio de outras estratégias (CELIX, 1996).

O **apoio a atitudes pré-existentes**, exposto como **categoria 6**, contempla dois procedimentos: **6-A)** localização de atitudes sociais coerentes com a finalidade persuasiva e que sirvam de apoio aos argumentos; **6-B)** exploração dos gostos e desejos dos receptores a partir de investigação motivacional; e no terreno **argumentativo**; **6-C)** construção de argumentos coerentes com as atitudes pré-existentes; **6-D)** emprego de argumentos capazes de apropriar preconceitos arraigados com sentimentos tais como patriotismo, etnia, sexo, raça, credos religiosos.

4 A ANÁLISE DE DISCURSO PELO MÉTODO DA COMUNICAÇÃO PERSUASIVA OU PERSUASÃO COGNITIVA

Diante do exposto chegamos ao ponto em que estabelecemos o marco analítico deste trabalho dissertativo. Aqui apresentamos uma pesquisa qualitativa e exploratória inspirada no método de análise de discurso elaborado por Miguel Roiz Celix. A primeira constatação é que as narrativas sobre temas sociais controversos e traumáticos devem ser analisadas no campo da persuasão cognitiva ou da comunicação persuasiva, e que para tanto devemos usar as seis categorias contidas no capítulo metodológico: 1) a exploração dos sentimentos; 2) a simplificação; 3) o exagero com o desvirtuamento do sentido objetivo da informação; 4) a repetição de temas e ideias de maneira orquestrada; 5) a exploração do contágio psíquico; 6) o apoio a atitudes pré-existentes.

Os dois objetos de análise estão relacionados com a ocorrência de memórias dissonantes em textos que tratam do Holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial e os crimes atribuídos aos dois lados em conflito no período repressivo da ditadura militar no Brasil. Sobre esses dois temas, pesquisamos dez livros: 1. “*Projeto Araribá: História*” (oitava série); 2. “*História Hoje*” (oitava série). Ambos são oferecidos na rede pública de ensino do município de Porto Alegre e distribuídos gratuitamente pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) do Ministério da Educação. Igualmente, analisaremos livros não didáticos que tratam dos dois temas que estabelecem memórias dissonantes entre si: genocídio judeu e negacionismo do nazismo, representados por 3. “*A Marca dos Genocídios*” e 4. “*Testemunha dos Justos*”. Dentro da vertente revisionista do Holocausto, serão analisados dois livros, 5. “*Holocausto Judeu ou Alemão?*” e 6. “*SOS Alemanha*”.

Sobre a ditadura militar no Brasil, estudamos os livros 7. “*Batismo de Sangue*” e 8. “*O Combate nas Trevas*”. No contraponto, a memória dissonante produzida pelos militares e seus apoiadores, serão analisadas as seguintes obras: 9. “*A Guerrilha do Araguaia – Relato de um combatente*” e 10. “*A verdade sufocada*”. Na análise da ditadura voltamos a abordar os livros “*Projeto Araribá:*

História” (oitava série); 2. “*História Hoje*” (oitava série), pois contemplam o mesmo conteúdo. Com isso, totalizamos doze análises de discurso.

4.1 SEGUNDA GUERRA, VIOLÊNCIA E HOLOCAUSTO: UMA ANÁLISE DE DISCURSO

Em 2009 – quando o mundo lembrou os 70 anos da invasão da Polônia, evento considerado como marco zero da Segunda Guerra Mundial – ocorreram diversas celebrações promovidas pelas partes interessadas, principalmente os países aliados, identificados como vitoriosos, notadamente os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. Foram exibidos programas especiais produzidos na mídia de massa, porque o debate sobre a Segunda Guerra Mundial permanece atual.

Entretanto, a dor sofrida por aqueles que enfrentaram a barbárie do Holocausto permanece viva na forma de memória traumática. Dito isto, é importante discutir a maneira como a comunicação de um evento de tamanha magnitude é tratada no panorama contemporâneo. Na sociedade brasileira, de acordo com os parâmetros curriculares atuais, o primeiro contato da cidadania com a matéria da Segunda Guerra Mundial ocorre com jovens entre doze e treze anos, na oitava série do Ensino Fundamental. Os professores de História, certamente, têm condições de emprestar sua objetividade e inteligência para explicar a gravidade do tema, e levam em conta, sobretudo, a faixa etária do grupo receptor da mensagem.

Para tanto, os alunos e educadores contam com um volume expressivo de livros didáticos, os quais funcionam como material de apoio. Esses livros empregam uma metodologia de comunicação em que o conteúdo está alinhado à faixa de idade e ao grau de distanciamento dessas crianças, quase adolescentes, sobre um fato ocorrido há sete décadas. Trata-se de construir, em princípio, uma comunicação objetiva no sentido de mostrar para essas crianças os reflexos da intolerância levada ao extremo. Neste caso, são textos de persuasão cognitiva, por

se tratar de produção de natureza didática, ou seja, convencer através do conhecimento.

Ao examinar duas edições diferentes de livros de oitava série, percebe-se que os autores buscam atrair a atenção dos leitores com uma linguagem comunicacional com proposta discursiva e telegráfica. O autor de livros didáticos, de certa forma, é um cidadão privilegiado, porque a ele foi conferida a tarefa de contar a História da Humanidade para nossos filhos. Reafirmamos, assim, que a análise de livros didáticos enquadra-se aqui como persuasão cognitiva e utiliza-se da violência simbólica.

4.2 A HISTÓRIA DO HOLOCAUSTO DO PROJETO ARARIBÁ

A história específica do Holocausto é contada em escolas de primeiro grau através de uma estratégia comunicacional calcada em um sistema de informações básicas distribuídas em cadeia, com uma sequência lógica. À primeira vista, visa à objetividade construída com base em ideias centrais e secundárias, denominações, definições e acontecimentos.

“Projeto Araribá: História” revela aos jovens leitores que, em cinquenta anos, 60 milhões de pessoas perderam a vida em guerras ao redor do mundo. O número corresponde às populações dos estados de São Paulo, Bahia e Paraná somadas. “Hoje, enquanto você lê este texto, jovens da sua idade, crianças e adultos estão morrendo no fogo cruzado das guerras civis e militares ocorridas que mancham de sangue nosso planeta” (MELANI, 2006, p. 103).

O livro conta que o *crash* da bolsa de Nova York, em 1929, repercutiu na Europa, desencadeando uma grande cisão na sociedade da época. Com a tentativa de implantação de regimes socialistas além das fronteiras da União Soviética, governos ditatoriais de direita tomaram o poder e impuseram regimes repressivos. Entre a revolução comunista e a visão liberal e totalitária, triunfou a segunda opção.

Os autores indicam ainda a definição sociologicamente correta do que seja regime totalitário e regime autoritário. A característica básica do regime autoritário é o abuso de poder, enquanto no totalitarismo as decisões são mais radicais, pois permitem a intervenção do estado no cotidiano das pessoas através de propaganda ideológica intensa, intervenção direta na atividade de imprensa, na cultura e no sistema educacional. Quem discorda dessas decisões é execrado como traidor. O “Projeto Araribá: História” cita como exemplos de totalitarismo, o fascismo, na Itália; o nazismo, na Alemanha; e o estalinismo, na União Soviética. Recorda ainda que outros países também empregaram essa forma de regime: Portugal, Espanha, Polônia, Áustria e Hungria (MELANI, 2006).

Melani (2006) volta a relacionar o *crash* da bolsa, em 1929, como forma de explicar a derrocada das *commodities* da Alemanha e a retirada desses papéis do mercado de capitais norte-americano. Com isso, muitas indústrias do país europeu fecharam suas portas, gerando desemprego em massa. Nesse período, os movimentos socialistas e populares ganharam força. Do outro lado, também crescia o movimento nazista, com o discurso nacionalista, a rejeição ao Tratado de Versalhes e defendendo sua proposta particular de unidade nacional. Explica assim como surgiu o partido nazista e as suas tropas paramilitares de assalto, as SA.

“Projeto Araribá: História” afirma ainda que os nazistas lançaram mão de propostas econômicas sedutoras aos olhos de uma população humilhada pela derrota na Primeira Guerra Mundial, afundada em dívidas e destruída em sua autoestima. Os alemães receberam promessas de realização de uma ampla reforma agrária sem indenização, nacionalização dos “trustes” – multinacionais –, participação dos trabalhadores no lucro das empresas, anulação das dívidas dos agricultores, remuneração justa para a massa operária e estímulo à retomada dos negócios e das exportações.

Como estratégia de embate ideológico, o livro explica que judeus e comunistas foram responsabilizados, junto com o governo liberal de Weimar, pela desestabilização da Alemanha. Seis anos antes, em 1923, Hitler havia tentado tomar de assalto o poder central via golpe militar e menciona o livro considerado a obra-prima de Hitler, *Mein Kampf*. Segundo os autores de “Projeto Araribá:

História”, esse livro demarca as duas propostas centrais da ideologia nazista, um estado baseado no racismo, na intolerância e no fanatismo, sob comando de um governo com poder sem limites. Poder este conquistado de fato em 1932, ano em que Hitler vence as eleições.

O incêndio do *Reichstag*⁴, o começo da perseguição sem tréguas aos opositores e a escalada de violência racial são relatados como consequência inevitável de um processo político com desfecho previsível. A necessidade da demarcação de um perímetro geopolítico ideal para a expansão das fronteiras alemãs foi denominada de espaço vital e se resolveria por intermédio do pangermanismo. Com esse pretexto, Hitler começou a produzir a máquina de guerra em três frentes: construção de aviões caça e bombardeiros de última geração e submarinos, além da mobilização de mais de três milhões de homens, sob comando de oficiais altamente treinados (MELANI, 2006).

Sobre a importância da Itália e do Japão na Segunda Guerra Mundial, Melani (2006) afirma: Mussolini queria erguer uma grande Itália junto ao Mar Adriático. O Japão, que saiu da Primeira Guerra Mundial fortalecido como potência militar, sonhava em anexar a Manchúria e a China, país detentor de jazidas de óleo, carvão e minério de ferro. A outra pretensão japonesa era criar uma zona de livre comércio para promover a venda de seus manufaturados produzidos com os recursos naturais das nações conquistadas.

Num segundo momento, “Projeto Araribá: História” mostra uma vitória política de Hitler no campo diplomático, ao conquistar o direito de ocupar a região carbonífera da Tchecoslováquia pelo tratado de Munique, em 1938, sob concordância da Inglaterra, da França e da Itália, visto que Londres, Paris e Roma acreditavam que essa concessão evitaria a invasão da Polônia (MELANI, 2006).

Outra passagem do livro conta a forma como Hitler viria a ocupar os países da Europa Ocidental, desde a Escandinávia até a Grécia, e seu momento de glória

⁴ O incêndio do *Reichstag*, parlamento em língua alemã, com sede em Berlim, foi considerado o momento histórico que abriu caminho para Hitler estabelecer o regramento jurídico do regime nazista e desencadear a perseguição aos inimigos.

ao fazer marchar sobre Paris todo o seu poderio militar, que incluía a artilharia e as divisões Panzer – grupo de elite da infantaria tática do exército que se movia sob a proteção de veículos blindados, de artilharia pesada e pela Luftwaffe, a força aérea alemã. A simbologia maior de uma Europa ajoelhada diante do nazismo é narrada a partir da colocação da bandeira com a suástica na cúpula da Torre Eiffel.

A última fase da guerra é contada com atenção especial para o Dia D, o fim do Reich, a configuração geopolítica planetária pós-Segunda Guerra Mundial, com a divisão do mundo em dois blocos, os quais perduraram até o fim da Guerra Fria, no final da década de 80 do século XX. A análise textual do discurso sobre o Holocausto nos remete à extração de algumas passagens do texto como forma de aplicação do método proposto no capítulo anterior, por se tratar do que Miguel Celix define como **persuasão cognitiva**.

PROJETO ARARIBÁ Capítulo 4, p. 102

“A crise do Capitalismo e a Segunda Guerra Mundial”

Passagem 1

“Do número de mortes em guerras havidas no mundo entre 1940 e 1996, mais de 60% ocorreram em único conflito, a Segunda Guerra Mundial: a guerra de Hitler, a guerra do nazismo, a guerra da resistência soviética e dos aliados, a guerra dos campos de concentração, a guerra da bomba atômica, a guerra dos escombros e dos crimes contra a humanidade” (MELANI, 2006, p. 103).

Passagem 2 - Os regimes autoritários tomam conta da Europa

Entre a revolução e o nazi-fascismo: A catástrofe econômica de 1929 atingiu todo o mundo capitalista. A mais grave consequência da crise foi a catástrofe do desemprego, que atingiu níveis sem precedentes. Nos três primeiros anos da década de 1930, a força de trabalho desocupada chegou a 23% na Grã-Bretanha, 29% na Áustria e 44% na Alemanha (MELANI, , 2006, p. 107).

Passagem 3 - Uma experiência dolorosa: o nazismo alemão

Tópico 1. O saldo da guerra para a Alemanha: Ao final da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi declarada responsável pelos danos causados aos vencedores. Pelo **Tratado de Versalhes**, os alemães foram proibidos de investir nas forças armadas e na indústria bélica, e foram obrigados a indenizar os países vencedores pelos prejuízos da guerra... A crise do pós-guerra criou um terreno propício para o fortalecimento do nazismo

(MELANI, 2006, p. 109).

Tópico 2. Uma “solução” extrema: o partido nazista: A doutrina nazista proclamava a superioridade da raça ariana... expandir a supremacia ariana exigia a destruição dos principais inimigos da Alemanha: externamente as potências estrangeiras que impuseram o **Tratado de Versalhes**; e internamente os judeus, acusados de conspirar contra os interesses do povo alemão. A ideologia nazista articulou-se politicamente em torno do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Partido Nazista, fundado em 1919... procurava explorar o sentimento nacionalista do povo alemão (MELANI, 2006, p. 109 e 110).

Tópico 3. Os nazistas tomam o poder

A partir de 1930, o apoio dos grandes industriais e do exército foi decisivo. Além disso, a popularidade do nazismo era cada vez maior. Em julho de 1932, o Partido Nazista conseguiu vencer as eleições para o Parlamento (*Reishtag*). Em janeiro de 1933, Hitler foi convidado a assumir a chefia do governo alemão... (MELANI, Maria Raquel Apolinário – São Paulo, 2006, p. 111). **A expansão alemã:** Ao mesmo tempo em que reprimia toda a manifestação opositora, o regime nazista implementava diferentes políticas para estender sua popularidade. A mais importante foi colocar em marcha um ideal guerreiro expansionista, que se baseava nas teses do pangermanismo e do espaço vital... (MELANI, 2006, p. 111).

Passagem 4. A Segunda Guerra Mundial: antecedentes

Intertítulo *A década de 1930 foi marcada pela expansão territorial dos países do Eixo, liderados pela Alemanha, favorecida pela política de apaziguamento da Grã-Bretanha e França.*

Tópico 1. A Alemanha de Hitler: As imposições do **Tratado de Versalhes**, que proibiam a Alemanha de fabricar tanques, aviões e submarinos, de manter artilharia pesada, e que restringiam suas tropas a apenas 100 mil homens, fragilizavam militarmente o país. Com a vitória do nazismo na Alemanha, Hitler rompeu com o Tratado de Versalhes: reaparelhou o Exército, ampliou o efetivo militar de 100 mil para 3 milhões de homens e fomentou a indústria bélica alemã. Em 1939, às vésperas da guerra, a Alemanha, contava com aviões de guerra, caças, submarinos e bombardeiros de última geração, comandados por oficiais disciplinados e bem treinados (MELANI, 2006, p. 116).

Passagem 5. A eclosão da guerra: o avanço do Eixo

Intertítulo *A invasão da Polônia pelas tropas alemãs marcou o início da Segunda Guerra Mundial. Em dois anos, os nazistas conquistaram a maior parte da Europa. Aos olhos do mundo a Alemanha parecia imbatível.*

Tópico 1. A invasão da Polônia: o início da guerra: O passo seguinte de Hitler foi decisivo. Confiante de que a França e a Grã-Bretanha não iriam à guerra e tranquilizado pelo acordo com a União Soviética, ele acreditava que recuperaria os territórios perdidos ao final da Primeira Guerra (MELANI, 2006, p. 118).

Tópico 2. A guerra em compasso de espera... A ocupação nazista na Polônia foi devastadora. Em um ano, cerca de 400 mil poloneses foram levados à Alemanha para trabalhar em regime de semi-escravidão. Foi na Polônia ocupada que os alemães aplicaram com mais ferocidade a política da **“solução final”**, ou seja, construíram os campos de concentração, onde os prisioneiros poloneses, em grande parte judeus,

comunistas, ciganos, homossexuais, eram tratados como escravos e executados. Nos campos de Auschwitz e de Treblinka, construídos depois de 1940, morreram cerca de 2 milhões de judeus, que viviam na Polônia ou foram trazidos de outros países ocupados pelo Reich (MELANI, 2006, p. 119).

Texto de apoio

Suástica: O nome suástica deriva do sânscrito, língua falada na antiga Índia e significa boa sorte. As primeiras suásticas conhecidas apareceram na Índia, por volta de 3000 a.C. De lá, a suástica foi levada para outras regiões da Ásia e Europa, e foi amplamente usada como símbolo da sorte ao longo da história. Com Hitler, a suástica foi apropriada pelo nazismo. Depois disso, tornou-se símbolo de intolerância e autoritarismo (MELANI, 2006, p. 119).

Tópico 4. A França e a República de Vichy

No comando da situação, Hitler exigiu que o acordo de paz com a França fosse assinado no mesmo vagão em que os alemães tiveram que aceitar o **Tratado de Versalhes**... Na zona desmilitarizada pela França, assumiu o general Henry Pétain, que implantou um regime bastante alinhado com as ideias de Hitler... Pétain passou a adotar a mesma política antisemita dos nazistas... (MELANI, 2006, p. 120).

Análise do discurso do livro “Projeto Araribá: História”

Como afirmamos anteriormente, o texto didático classifica-se como **persuasão cognitiva**. Na primeira parte, predomina a categoria **Repetição de Temas e Ideias de Maneira Orquestrada**, na medida em que o termo guerra é aplicado em todos os períodos para demarcar a ocorrência do conflito. A guerra pode ser percebida pelo receptor nesses vários ângulos. É uma estratégia de fazê-lo guardar informações-chave para a construção de massa crítica. Procura-se introduzir a informação no receptor pelo **procedimento psicológico**, pelo fato de que o termo **guerra** tem uma força persuasiva por sua natureza substantiva. Mas empregar **guerra**, num segundo momento, pode ter uma conotação **argumentativa**, se a intenção dos autores é criar uma retórica capaz de comunicar o caráter violento de um enfrentamento bélico.

A **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** se contextualiza em diversas passagens destacadas dos trechos extraídos de “Projeto Araribá: História” em que os autores narram por meio do conceito de violência simbólica a ascensão de regimes autoritários e a experiência dolorida do nazismo. Recorrem

igualmente a essa categoria ao insistirem na existência de um nexos causal entre a humilhação da Alemanha em Versalhes e a vingança de Hitler ao expandir o império nazista por toda a Europa, regiões da África e da Ásia. Neste contexto, o procedimento é **argumentativo**, pois a narrativa recorre a uma sucessão de fatos com relação direta entre si. A insistência na importância do Tratado pode ser confirmada por sua citação novamente dentro da passagem 4. O mesmo ocorre no tópico seguinte.

Ainda pela **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** pelo procedimento **argumentativo**, os autores narram a invasão da Polônia, a ocupação da França e a humilhação imposta por Hitler ao obrigar os franceses a assinarem os termos da rendição no mesmo vagão de trem em que os alemães se renderam em Versalhes.

Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que existe um procedimento que toma conta de toda a narrativa, que é o procedimento **linguístico-semiológico**, pois a linguagem aplicada leva em conta a faixa etária do público, isto é, jovens entre 12 e 14 anos, alunos da oitava série do ensino fundamental. Trata-se de aplicar linguagem simples, informações de fácil cognição, sem produzir juízo de valor como estratégia ou contextualização.

4.3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL DE “HISTÓRIA HOJE”

O outro livro didático da oitava série do ensino fundamental sobre a Segunda Guerra Mundial contado pela via da persuasão cognitiva é “História Hoje”, de Odimar Pontes Cardoso. O autor, aparentemente, não se preocupa com possíveis avaliações sobre suas preferências ideológicas ao impor um estilo mais adjetivado para narrar os fatos. Para isso analisamos o capítulo 8 do livro.

Capítulo 8 de a História Hoje A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Passagem 1

Guerra total

Eu tinha 15 anos quando a bomba caiu. Trabalhava numa fábrica de espoletas e bombas navais, a três quilômetros do centro de Hiroshima [...] lembro-me da hora do estouro [...] fui arremessado a vários metros, mas só percebi isso ao acordar, tempos depois [...] Eu e meu irmão não queríamos abandonar a cidade sem saber o que acontecera a nossos pais e decidimos tentar chegar a nossa casa. Mas quase três quilômetros do local da explosão, compreendi que não havia esperanças: num raio de dois quilômetros do local da explosão encontrei milhares de corpos, todos carbonizados... (Depoimento de Shinji Mukai, sobrevivente do bombardeio da cidade de Hiroshima. Revista Veja, 13/8/1975, apud Cardoso, 2006, p. 88).

Passagem 2

França nazista

O principal alvo dos nazistas era a França, país rival da Alemanha desde o século XIX. Essa rivalidade se intensificou ao final da Primeira Guerra Mundial, quando a França retomou regiões da Alsácia e da Lorena, que haviam pertencido à Alemanha, entre 1870 e 1918. Os franceses já esperavam uma invasão alemã antes mesmo de os nazistas chegarem ao poder. Por isso, em 1930 começaram a construir a **Linha Maginot**, um conjunto de fortificações defensivas que se estendia pela fronteira franco-alemã. Porém, a linha Maginot não ia até a fronteira da França com a Bélgica. Isso permitiu, que em 1940, as tropas alemãs conseguissem invadir a França depois de passar pelo interior da Bélgica. O território francês foi dividido em dois, inutilizando os milhares de soldados estabelecidos na linha Maginot. Como as defesas da França estavam concentradas principalmente nessa linha, a maior parte de seu território foi tomada rapidamente pelos alemães. Em junho de 1940, o marechal francês Philippe Pétain aliou-se aos nazistas adotando um governo nos seus moldes. No fim da guerra, Pétain foi processado por sua colaboração com os nazistas e cumpriu prisão perpétua. (CARDOSO, 2006, p. 90-91).

Passagem 3

Os campos de concentração

A Segunda Guerra Mundial afetou a população civil de forma brutal porque cidades foram os alvos preferidos para os ataques... Além disso, milhares de civis foram vítimas de campos de concentração, onde eram alojados todos os considerados inimigos potenciais... Os prisioneiros dos campos de concentração eram obrigados a trabalhos forçados, eram utilizados como cobaias em experiências científicas... e assassinados em massa... Durante a guerra, houve campos de concentração nos Estados Unidos, de eslavos, judeus e ciganos nos territórios europeus ocupados pelos alemães e de chineses nos territórios ocupados pelos japoneses (CARDOSO, 2006, p. 93).

Passagem 4

Guerra biológica

A partir de 1932, o Japão desenvolveu uma tecnologia avançadíssima de guerra biológica. Após a invasão da China, em 1937, o exército japonês instalou, perto da cidade de Harbin, no nordeste da China, a chamada unidade 731, onde eram criados e produzidos diversos tipos de armas biológicas, usando as bactérias que provocam antraz (*B. anthracis*), meningite (*Neisseria meningitidis*)... Os numerosos campos de concentração para chineses foram utilizados como áreas de testes dessas armas... (CARDOSO, 2006, p 94).

Passagem 5

A verdade sobre o Dia D

Hoje os governos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos estão fazendo uma grande festa para comemorar os 60 anos do desembarque aliado na Normandia. Uma operação militar que ficou conhecida como Dia D. O **imperialismo** norte-americano procurará se utilizar deste dia para reforçar mais uma falsificação histórica. Alardeará aos quatro ventos que foi graças a ele, com o apoio dos ingleses, que foi possível derrotar os alemães e libertar a Europa do **nazifascismo** [...] O presidente dos EUA George W. Bush não cansou de bater nesta tecla ao exigir solidariedade dos países europeus na sua guerra **infinita**... Na verdade, o destino do nazifascismo começou a ser decidido ainda em dezembro de 1942, quando os exércitos soviéticos impuseram [aos alemães] a primeira grande derrota [...] Durante o auge da guerra a URSS insistiu para que os aliados cumprissem o prometido e abrissem uma segunda frente na Europa, com objetivo de aliviar a pressão nazista sobre os exércitos soviéticos que resistiam em Stalingrado e em outras regiões... Suspeitava-se que alguns “aliados” desejavam ver a Alemanha e a URSS se desgastarem ao máximo para intervirem... Afinal Harry Truman, futuro presidente dos EUA, havia declarado ao New York Times em 24 de julho de 1941...”Se virmos a Alemanha ganhar, devemos ajudar os russos. Se a Rússia estiver por cima devemos ajudar os alemães, de modo que eles matem uns aos outros ao máximo” [...]. Somente em junho de 1944, quando estava claro que os exércitos soviéticos poderiam vencer a guerra sozinhos, e já caminhavam triunfantes para Berlim, foi que os exércitos anglo-americanos desembarcaram no norte da França (CARDOSO, 2006, p. 100).

Passagem 6

A verdade de Bush

O presidente dos EUA, George W. Bush pediu aos americanos que perseverem no Iraque em seu programa de rádio e rendeu homenagem aos veteranos ao inaugurar o Memorial da Segunda Guerra Mundial (1939-45), em Washington... (CARDOSO, 2006, p. 100).

Análise do livro “História Hoje”

O desejo manifesto de vincular a percepção do receptor ao sentimento do emissor por meio da mensagem didática varia conforme a subjetividade do autor do livro didático. É o que definimos como violência simbólica, ao empregarmos o pensamento de Pierre Bourdieu corroborado por Miguel Celix. Numa visão geral, o livro “História Hoje”, de Odimar Pontes Cardoso, é objetivo em seu contexto discursivo. Porém, se analisarmos algumas passagens referentes ao Holocausto, perceberemos que ele se aproveita de seu conhecimento histórico para produzir propaganda ideológica dentro das classificações da **persuasão cognitiva**.

O autor fez uso do **desvirtuamento do sentido objetivo da informação** na parte introdutória ao repassar a ideia de que a principal catástrofe da Segunda Guerra Mundial foram os 100 mil mortos em Hiroshima e Nagasaki em contraposição aos 50 milhões de civis mortos no conflito. Ainda que o tema das armas nucleares seja aterrorizante, é inegável que o somatório das atrocidades cometidas durante toda a guerra expõe uma gravidade infinitamente superior em termos de vítimas.

Entretanto, “História Hoje”, pela **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** em **procedimento argumentativo**, mostra que as técnicas de destruição em massa já haviam sido empregadas pelo Japão em 1932 ao acionar armas biológicas contra as populações do Extremo Oriente. Essa iniciativa funcionou como uma espécie de laboratório do morticínio proporcionado pela máquina de extermínio montada pela Alemanha dez anos depois. E mostra com clareza que, sob ocupação nazista, o governo francês de Vichy aplicou as técnicas de perseguição e extermínio de judeus e inimigos do nazismo. No ponto de discussão sobre campos de concentração, Odimar Pontes Cardoso utiliza a **repetição de temas e idéias de maneira orquestrada** em **procedimento argumentativo** para completar as informações sobre o extermínio em massa de judeus.

Mais adiante, utiliza o **desvirtuamento do sentido objetivo da informação** como estratégia narrativa em sua versão do Dia D, como é conhecido

o dia do desembarque das tropas aliadas na Normandia, que culminou com a libertação da França. Pelo **procedimento argumentativo**, o autor subestima esse fato histórico, supervalorizando as conquistas do exército soviético, como a tomada de Berlim ou a resistência em Stalingrado.

Além disso, Odimar Pontes Cardoso coloca a Segunda Guerra Mundial (evento dos anos 40 do século passado) e a invasão do Iraque (fato vinculado aos conflitos da geopolítica da primeira década do século XXI) no mesmo caldo de cultura, sem qualquer contextualização histórica, recorrendo novamente ao **desvirtuamento da informação** pelo procedimento **semiológico** por promover o desvio do sentido semântico do contexto histórico. Como se os conflitos atuais travados no Golfo Pérsico e a Segunda Guerra Mundial fizessem parte de um mesmo contexto histórico.

4.4 MEMÓRIA TRAUMÁTICA E COMUNICAÇÃO PERSUASIVA DOS TEMPOS DO HOLOCAUSTO

A história da Segunda Guerra Mundial é convertida em memória traumática no momento em que a análise do discurso sai do plano didático-pedagógico, sendo conhecida através da narrativa de uma testemunha do Holocausto. Dessa forma, a **comunicação persuasiva** assume contornos de produção textual militante. O contador de história precisa fazer valer a sua verdade, e a condução do texto ganha contornos de uma destilaria de angústias de almas acossadas por um movimento constante de recordações perturbadoras.

As imagens registradas pela retina foram armazenadas nas regiões remotas da mente e promovem emoções assustadoras. O homem guarda dentro de si a soma das experiências lúdicas e das atrocidades pelas quais passou e enxergou em um caminho tortuoso de um período de sua vida. Cinco anos de eventos adquirem a amplitude de séculos diante da força atomizadora dos fatos presenciados.

Reconstruir esses fatos e organizá-los cronologicamente é sempre um desafio dolorido. É nesta perspectiva que Zuenir Ventura prefacia o livro “A Marca dos Genocídios”. Segundo o jornalista e escritor, o autor principal desta narrativa das memórias do Holocausto, Michael Stivelman, se constitui em “sobrevivente de uma das mais cruéis e abjetas atrocidades cometidas pelos nazistas”. Para Ventura, a experiência de Stivelman remete às trajetórias descritas na obra de escritores como Primo Levi e Jorge Semprun, ambos sobreviventes do genocídio contra os judeus. É um discurso a brotar de pesadelos e alucinações (STIVELMAN, Michael & Rachel – Rio de Janeiro, 2001, p. 9).

“Com Stivelman aconteceu o mesmo. A dor da lembrança foi superada pela necessidade de gritar, de alertar, de manifestar o luto pelo extermínio de dois terços de toda a população judaica da Europa. Produto de uma exaustiva e profunda pesquisa histórica”, afirma Zuenir Ventura (STIVELMAN, 2001, p. 9).

Como verifica Ventura, a narrativa está comprometida com a objetividade e a elucidação dos fatos, mas decorre de encontros e desencontros com afetos e desafetos, pois desenterra ódios, saudade e dor. A construção pode ser objetiva e lúcida, mas adquire-se caracteriza pela defesa intransigente de um ponto de vista. Coloca em prática um plano de resgate do passado. Mais uma vez, nos deparamos com a produção manifesta do emissor, com o seu desejo de fazer justiça. Sua arma são as letras, palavras e frases.

4.4.1 A Memória Traumática do Holocausto em “A Marca dos Genocídios”

Em virtude do que foi dito, é pertinente decodificar a estratégia de discurso de “A Marca dos Genocídios” num cenário de **comunicação persuasiva**, a partir dos capítulos, partes e passagens analisados. A análise de discurso foi dividida em duas grades de passagens literais descritas por Michael e sua esposa Rachel, que assinam o livro. Até porque, preliminarmente, dentro das seis categorias de **comunicação persuasiva**, em “A Marca dos Genocídios” existem duas que predominam. Como veremos logo adiante.

Capítulo 1 O Ovo e a Serpente – Parte 1

Passagem 1

Oito séculos de perseguições

Antissemitismo é um termo relativamente recente; foi cunhado pelo agitador alemão Wilhelm Marr em 1879, para designar as ideias e os movimentos antijudaicos que grassavam na Europa. Mas ideias, movimentos, políticas e ações antijudaicos são tão antigos quanto a história do povo judeu e de sua determinação de preservar sua identidade... Essa revolta chegou aos extremos da luta armada: contra o helenismo no século II a.E.C, com a revolta dos Macabeus, e contra os romanos, nos séculos I e II E.C, que resultou na perda da soberania e num exílio de 2.000 anos... No início do cristianismo, no século I, os cristãos constituíam na verdade uma facção do judaísmo. Mas a difusão do cristianismo exigia a sua 'desjudaização'... A partir da adoção do cristianismo como religião de Roma, sob Constantino, no início do século IV, os judeus e o judaísmo começaram a sofrer restrições legais... (STIVELMAN, Michael & Rachel – Rio de Janeiro, 2001, p. 17).

Passagem 2 do Capítulo 1 As cruzadas e os massacres de judeus

Desde o século IV as disposições das leis canônicas discriminavam os judeus, e, embora a Igreja não adotasse uma atitude antijudaica oficial, a pregação dos clérigos e as incitações locais haviam criado uma atitude básica de rejeição e ódio... Na Renânia franco-alemã o massacre foi avassalador... Parte dos judeus conseguiu fugir, outros “beijaram a cruz”... Os massacres de judeus não tiveram apoio unânime das autoridades cristãs... (STIVELMAN, Michael & Rachel– Rio de Janeiro, 2001, p. 19-20).

Passagem 3 do Capítulo 1

Libelo de Sangue: judeus acusados de assassinio ritual

As acusações de que os judeus cometem crimes rituais cujas vítimas são os cristãos remontam à própria origem da demonização primordial, pela entrega de Jesus ao julgamento, sentença e execução romanos. Só por esse crime, cuja verdade histórica parece tão mitológica quanto seus corolários medievais, os judeus já estariam condenados a párias da Humanidade... (STIVELMAN, Michael & Rachel – Rio de Janeiro, 2001, p. 22).

Passagem 4 do Capítulo 1 A peste negra e o “envenenamento dos poços”

No século XIV, a peste bubônica espalhou-se pela Europa e dizimou multidões. Há quem estime que um terço da população europeia sucumbiu à peste, e suas imagens dramáticas foram recriadas pela literatura, pela pintura e pelo cinema. Não tardou muito, e o bode expiatório em plantão permanente foi convocado a assumir a culpa pela epidemia: os judeus. O método usado para provocar e disseminar a peste seria tão demoníaco quanto sua gente: o envenenamento de poços de água, nos quais os judeus despejavam despojos humanos e de animais, misturados com hóstias profanadas. “Confissões de judeus obtidas sob tortura” confirmaram as suspeitas. Entre 1348 e 1349 os judeus pagaram caro por seu crime imaginário. Foram massacrados por hordas vingativas ao longo da Europa ocidental e central, a partir do sul da França, avançando pela França,

Bélgica, Alemanha, Hungria, Suíça e outros países... (STIVELMAN, Michael & Rachel – Rio de Janeiro, 2001, p. 26-27).

Capítulo 2 As leis canônicas e as leis nazistas

Passagem 5

Os missionários do cristianismo haviam clamado durante séculos que os judeus não tinham o direito de conviver com os cristãos e que a única solução seria a sua conversão ou a sua expulsão... Em 1543 Martin Luther, o fundador do protestantismo, explica no seu “Aviso honesto” como os judeus deveriam ser tratados: Primeiro, as suas sinagogas devem ser queimadas e as pedras que não e queimarem devem ser cobertas, para que não permaneça nenhum vestígio. As casas dos judeus devem ser quebradas e destruídas e eles devem ser reunidos sob um único telhado, em estábulos, como os ciganos... (STIVELMAN, Michael & Rachel – Rio de Janeiro, 2001, p. 37).

Não por acaso essa estrutura conceitual, que ganhou novas formas e argumentos ao longo de mais de quinze séculos, através do Renascimento, da Emancipação, do Iluminismo e da Modernidade, veio alimentar novas ideologias – com um novo nome para velhas posturas: antissemitismo – e o processo de destruição total dos judeus – A Solução Final... (STIVELMAN, Michael & Rachel – Rio de Janeiro, 2001, p. 38).

Resumo de quadro comparativo (passagem 2 do capítulo 2)

MEDIDAS ANTIJUDAICAS CANÔNICAS E NAZISTAS* *O quadro original descrito pelo casal Stivelman apresenta mais de vinte leis canônicas incorporadas pelo nazismo. Vamos enumerar aqui apenas seis que julgamos pertinentes para a análise de discurso.*

Lei Canônica	Medida Nazista
Proibição do casamento e de relações sexuais entre cristãos e judeus, Sínodo Elvira, 306	Lei para a proteção do Sangue e Honra Alemães, 15 de setembro, 1935 (RGB I, 1146)
Judeus proibidos de construir novas sinagogas, Sínodo Viena, 1267	Destruição das sinagogas em todo o Reich, 10 de novembro, 1938 (Heydrich para Göring, 11 de novembro 1939, OS-3058)
Judeus confinados em guetos, Sínodo de Breslau, 1267	Ordem de Heydrich, 21 de setembro, 1939 (OS-3363)
Considerada heresia a adoção da religião judaica por um cristão, ou retorno de judeu batizado ao judaísmo, Sínodo de Mogúncia, 1310	A adoção da religião judaica por um cristão o coloca na posição de ser tratado como um judeu (<i>Decisão do Oberlandesgericht de Königsberg, 4º Zivilsenat, 26 de junho, 1942. (Die Jundefrage Vertrauliche Beilage, 1º de novembro, 1942, p. 82-83)</i>)
<i>Judeus proibidos de atuar como intermediários na conclusão de contratos entre cristãos, especialmente de casamento, Concílio da Basileia, 1434, Sessão XIX</i>	Decreto de 6 de julho de 1938, determina a liquidação de agências imobiliárias, de corretagem e de casamento, pertencentes a judeus, transferindo-as a não judeus (RGB I, 225)
<i>Judeus proibidos de obter diplomas acadêmicos, Concílio de Basileia, 1434, Sessão XIX</i>	Lei contra Superlotação de Escolas e Universidades Alemãs, 25 de abril, 1933 (RGB I, 225)

Resumo de quadro comparativo (passagem 3 do Capítulo2)

MEDIDAS ANTIJUDAICAS PRÉ-NAZISTAS E NAZISTAS* O quadro original descrito pelo casal Stivelman apresenta oito exemplos. Copiei três do quadro original em que identifiquei maior pertinência para análise.

Desenvolvimento do Estado Pré-nazista	Medida Nazista
As propriedades de judeus em cidades alemãs são consideradas propriedades públicas “porque os judeus e suas posses pertencem ao Reich”, código do séc. XIV... (<i>Jews in Medieval Germany</i> , p. 360-61)	13ª Ordenação para a lei de Cidadania do Reich sobre o confisco das propriedades dos judeus após sua morte. 1º de julho de 1943 (RGB1 I, 372)
Confisco de cobranças de judeus contra devedores cristãos no final do século XIV em Nuremberg (<i>Stobbe, Die Juden in Deutschland</i> , p. 58)	11ª Ordenação para a lei de Cidadania do Reich, 25 de novembro. 1941 (RGB1 I, 722)

Quadro 1 - Tabela

Fonte: STIVELMAN, 2001, p. 38-42

Análise do capítulo 1 e 2 de “A Marca dos Genocídios”

A análise de discurso dos capítulos 1 e 2 de “A Marca dos Genocídios” é marcada pela **repetição dos temas e das ideias de maneira orquestrada** como sistema central, mas combina-se com a busca do apoio a **atitudes pré-existentes**, as quais aparecem em seis passagens. Os autores empregam uma sucessão de eventos que se interligam a fatores religiosos, ao demonstrarem que a perseguição aos judeus ocorreu em diversos períodos históricos, fruto da intolerância religiosa, independentemente da complexidade peculiar a cada momento. O procedimento é o **argumentativo** se levarmos em conta que os autores buscaram contar sua versão dos fatos por uma sucessão de atitudes coerentes e socialmente corretas. A partir da passagem 3 do capítulo 1, o casal Stivelman mostra que os judeus foram acusados da prática de rituais macabros contra cristãos. E também de disseminar a peste negra na Idade Média, pelo envenenamento de poços. Atualmente, essas questões não passam de lendas urbanas, mas no passado funcionaram como pretexto para promover a perseguição étnica.

Portanto, o **apoio a atitudes pré-existentes** se confirma pela perseguição a judeus apoiada em preconceitos e sentimentos de intolerância relacionados com ódio religioso e questões de nacionalismo: judeus perseguem cristãos; judeus envenenam os poços dos cristãos; judeus são malvados e cometem crimes contra os cristãos. Os judeus devem ser castigados. Os judeus devem ser queimados na fogueira sempre dentro de uma coerência **argumentativa**.

A lógica exposta é esta. Mas os Stivelman processam outros dados em que constroem um quadro comparativo entre as leis canônicas e as medidas nazistas tomadas 500 anos depois, quando Hitler começa a sistematizar o arcabouço jurídico com o qual legalizou a perseguição aos judeus. É um quadro de **atitudes** (legais) **pré-existentes** que deram origem às leis de discriminação étnica do III *Reich*. Enumerei seis leis canônicas e seis medidas legais nazistas, todas pontuadas no campo do **apoio a atitudes pré-existentes** (ver quadro de compilação).

4.4.2 A Memória Traumática do Holocausto em “A Marca dos Genocídios” pelo segundo quadro de análise

II parte de “A Marca dos Genocídios” Capítulo 3

Passagem 1: A ilusão da emancipação na Europa Ocidental

Mas os judeus da Europa, a partir do século XIX não reagiram sempre da mesma maneira nos momentos em que se sentiram vítimas do ódio e do perigo. Alguns tentaram uma completa assimilação... A minoria do judaísmo europeu que vivia nos países da Europa ocidental pensava enxergar um novo futuro trazido pelos novos tempos. E não sem motivo. Perdurava, certamente, uma renitente corrente antissemita na Alemanha, na França e em outros países da Europa ocidental... (STIVELMAN, 2001, p. 45).

Exemplo típico dessa relação contraditória entre emancipação e antijudaísmo foi a solução adotada na França. A Assembleia Nacional emitira em 1789 a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, segundo a qual “todos os homens nascem iguais”. A ambiguidade na interpretação dessa resolução veio a ser resolvida em 1806 por Napoleão Bonaparte que se autoproclamara imperador da França em 1799. Ele convocou uma assembleia de judeus notáveis da França e da Itália. À assembleia foi apresentada uma série de perguntas sobre como encaravam os judeus seu papel de cidadãos e a integração com a sociedade da França... O Sinédrio manifestou eterna lealdade ao imperador e

declarou não obrigatória toda disposição de caráter religioso judaico que estivesse em conflito com as regras da cidadania francesa... (STIVELMAN, 2001, p. 46-47).

Passagem 2: E os Pogroms da Europa Oriental

Enquanto isso, na Europa oriental, especialmente na Polônia e com mais força ainda nas províncias ucranianas da Rússia czarista, a violência antijudaica explodia em conflitos, agressões físicas, perseguições, *pogroms* e massacres... (STIVELMAN, 2001, p. 47).

Passagem 3 Pogroms na Rússia

A vida judaica na Europa oriental era assim, uma vida de opressão e ameaça virtual, que se transformava periodicamente em perigo real e em *pogroms* e massacres. Em 1829, para cumprir os dispositivos da “Área de Estabelecimento”, os judeus foram expulsos de suas casas e de suas aldeias no distrito de Grodno e do litoral do Báltico ao Mar Negro. Em 1830, foram expulsos de toda região de Kiev. Outra medida antijudaica foi o recrutamento compulsório de jovens judeus para servir o exército durante 25 anos, às vezes mais... (STIVELMAN, 2001, p. 48).

Capítulo 4

Passagem 1 O Reichstag em Chamas incendeia a Alemanha

Hitler rapidamente ignorou seus compromissos de coalizão, e, com pasma conivência de quase todo o sistema político da Alemanha, e sob aplausos de uma opinião pública hipnotizada pela propaganda maciça que prometia o resgate da dignidade alemã e um futuro grandioso para o Terceiro Reich, e, ainda com a aprovação e o apoio das grandes indústrias e dos grandes empresários, preparou, estabeleceu e consolidou o fim da República de Weimar... Em 5 de fevereiro de 1933, apenas seis dias a posse de Hitler, o Reichstag aprovou um Decreto de Emergência, que expropriava todos os prédios e editoras do Partido Comunista... Ele encontrou oportunidade para um segundo e decisivo passo três semanas depois, quando em 27 de fevereiro de 1933, o prédio do *Reichstag* foi incendiado... (STIVELMAN, 2001, p. 63).

Passagem 2 – Capítulo 4 – A Alienação dos judeus na Alemanha

Na área científica e cultural a exclusão dos judeus ganhou aspectos dignos da Idade Média. Os judeus foram sumariamente expulsos das universidades e das instituições culturais e científicas... (STIVELMAN, 2001, p. 67).

Passagem 3 – Capítulo 4

Começa a expansão territorial: O Anschluss e o acordo de Munique

Mas em 12 de março de 1938, sob a aclamação da grande maioria da população austríaca, o exército alemão entrou em Viena, abolindo com fatos consumados a independência da Áustria e incorporando-a sem praticamente oposição ao universo da Grande Alemanha... Logo na primeira noite de Áustria nazista, os judeus de Viena, mais de

15% da população da cidade, foram privados de todos os direitos civis... (STIVELMAN, 2001, p. 71).

Passagem 5 – Capítulo 4

A Tchecoslováquia paga a conta em Munique

Hitler impunha aos governos da França e Inglaterra a aceitação de sua exigência de incorporar os Sudetos como condição para não invadir a Tchecoslováquia e obter pela força o seu propósito, o que significaria a guerra... Chamberlain e Deladier (primeiro-ministro da França) deixaram-se enganar, ou fingiram-se deixar enganar, pelas promessas de que aquela seria a última exigência da Alemanha... A forma como isso foi feito tornou-se um símbolo da traição política. Em 29 de setembro, no dia seguinte ao dia em que tudo indicava iria eclodir a inevitável guerra, em Munique os líderes da Alemanha (Hitler), de sua aliada fascista (Mussolini), da Inglaterra (Chamberlain) e da França (Deladier) se reuniram. A Rússia, terceira guardiã da integridade tcheca, não foi convidada. O acordo de Munique transferia os Sudetos para a Alemanha. Munique, afinal, não trouxe a paz. Ao contrário, deu força e estímulo aos nazistas... (STIVELMAN, 2001, p. 74).

Passagem 6 – Capítulo 4

Kristallnacht... A noite dos cristais (ou seja, dos vidros quebrados)

Um judeu alemão, Zindel Grynszpan, enviou da Alemanha um postal para seu filho Herschel, em Paris, descrevendo o que estava acontecendo com sua família e com os judeus da Alemanha. Ele estava entre os 10 mil judeus que seriam deportados para a polônia em vagões fechados. O jovem, perturbado, dirigiu-se à embaixada alemã em Paris, onde foi recebido pelo terceiro-secretário Ernst von Rath. O que Herschel queria era simples, e não dependia da boa vontade do funcionário alemão: ele sacou de uma arma e o atingiu mortalmente. Era 6 de novembro de 1938. Aproveitando o incidente, Hitler e os nazistas retomaram o discurso denunciatório de uma conspiração internacional dos judeus contra a Alemanha... E não ficaram no discurso. Em 9 de novembro, von Rath morria de seus ferimentos. Era o sinal e o pretexto que serviram para desencadear a maior onda de violência antijudaica até então ocorrida na Alemanha, cujas consequências físicas e psicológicas abalaram de vez os 300.000 judeus remanescentes, já inseguros e temerosos quanto a seu futuro e suas vidas. O comandante operacional foi ninguém menos do que o vice-comandante da SS, Reinhard Heydrich... Em milhares de ruas, os judeus eram perseguidos, insultados e agredidos... Noventa judeus morreram assassinados naquela noite. Trinta mil foram presos e mandados para campos de concentração... Outros 8 mil foram expulsos de Berlim... Em seu relatório a Goering (chefe das tropas de assalto), Heydrich menciona, além das sinagogas, 815 lojas destruídas e 171 residências incendiadas e destruídas. Mas, um dia depois, o próprio Heydrich fornecia um número diferente. O sucesso da operação media-se aos milhares: 7.500 lojas de judeus haviam sido atacadas e saqueadas. As três principais sinagogas, incendiadas simultaneamente, foram irreparavelmente tomadas pelas chamas. No cemitério judaico em Leipzig os nazistas profanaram túmulos e violaram sepulturas... (STIVELMAN, 2001, p. 75-76).

Capítulo 5 A Guerra Final –

Passagem 1 Os prenúncios da Guerra e o “Objetivo Final”

Falando em Berlim em 30 de janeiro de 1939 uma oficialmente hipotética, mas na verdade já programada guerra, Hitler declarou: “O resultado não será a bolchevização da

terra, e, conseqüentemente, a vitória dos judeus, mas o aniquilamento da raça judaica da Europa"... (STIVELMAN, 2001, p. 75).

Na esteira da nazificação da Boêmia e da Morávia, o governo húngaro chegou a suas conclusões e decidiu se antecipar ao que parecia inevitável a todo observador atento ao rumo dos acontecimentos. Assim, tornou as medidas necessárias no sentido de isolar os 500.000 judeus e os milhares de judeus trazidos para dentro de suas fronteiras pela anexação da Eslováquia do Sul e da Rutênia... Por motivos totalmente outros, mas com resultados igualmente catastróficos para os judeus... o governo inglês publicou um Livro Branco para a Palestina, fixando o limite de 75.000 para admissão de judeus na Palestina... Em 23 de agosto de 1939, um fato novo surpreendeu o mundo e mudou radicalmente a avaliação das possibilidades de uma cada vez mais improvável paz: anunciou-se a assinatura de um acordo de paz entre a Alemanha nazista e a união Soviética... (STIVELMAN, 2001, p. 80-81).

Passagem 2 do Capítulo 5

A Invasão da Polônia, a declaração de guerra e Novas Formas de Perseguição aos Judeus

A Segunda Guerra Mundial começou na madrugada de sexta-feira, 1^o de setembro de 1939, quando tropas alemãs cruzaram a fronteira, invadindo a Polônia... (STIVELMAN, 2001, p. 83).

Passagem 3 do Capítulo 5

Surge a Expressão “Objetivo Final”

Aos poucos, o futuro dos judeus sob o regime nazista foi deixando de ser confiado à aleatoriedade das perseguições locais... Em 21 de setembro de 1939, Reinhard Heydrich, chefe do Escritório de Segurança Central do *Reich* e segunda autoridade da SS, convocou comandantes de diversos grupos operacionais da SS na Polônia uma conferência em Berlim, onde foi discutido o futuro dos judeus da Polônia. A primeira preocupação de Heydrich era o sigilo absoluto: as chamadas “medidas globais planejadas (isto é, o “objetivo final”) deveriam ser “estritamente secretas”... (STIVELMAN, 2001, p. 84-85).

Capítulo 6 “A Solução Final”: A construção do Holocausto

Passagem 1 O “objetivo final” passa a ser a “solução final”

Em 7 de outubro (1940), Hitler nomeava Heinrich Himmler responsável pelo recém-criado Comissariado do *Reich* para o Fortalecimento da Nação Alemã, eufemismo para sua missão principal... Himmler e Heydrich dedicaram-se primeiro a tentar alcançar o “objetivo final”... pela emigração forçada dos judeus... O plano alternativo foi apresentado a Heydrich e recebido por ele com entusiasmo: transferir os milhões de judeus da Alemanha e das terras ocupadas por ela para a ilha de Madagascar, na costa Oriental da África... Essa foi também a última tentativa de atingir os “objetivos finais” pela emigração... Na falta dessa solução drástica... começou a tomar vulto a mais drástica das soluções, a “solução final”. Foi um oficial da Gestapo, Walter Schellenberg, quem lhe deu a primeira expressão em 20 de maio de 1941... (STIVELMAN, 2001, p. 97-99).

O primeiro passo oficial foi encomendado por Heydrich a seu especialista em assuntos judaicos, Adolf Eichmann: uma autorização que permitisse as ações antijudaicas

em toda a zona de influência alemã na Europa... O destino de 6 milhões de judeus estava lançado. (STIVELMAN, 2001, p. 99).

Passagem 2 do Capítulo 6

O início da Construção do Holocausto

Himmler e Heydrich tinham pressa em montar a base operacional que iria promover a “solução final”. Decidiram criar na Polônia um novo campo de concentração, cujo objetivo inicial era servir como local de punição para prisioneiros políticos poloneses (a primeira deportação para lá veio da cidade de Tarnow, eram 708 poloneses...). O campo seria organizado e administrado por oficiais da SS... e seria localizado na Silésia Superior, uma região que fora anexada pela Alemanha; a cidade tinha o nome de Oswiecim, mas era conhecida em alemão como Auschwitz. As leis antijudaicas agora eram comuns em vários países sob regime, controle ou influência alemães, como na Romênia, cujo governo as promulgou em 10 de agosto, causando em consequência uma onda de ataques aos judeus)... no regime de Vichy, na França, em 3 de outubro de 1940... (STIVELMAN, 2001, p. 97, 99,100-101).

Passagem 3 do Capítulo 6

O Gueto de Varsóvia

O plano alemão para a capital dividia a cidade em três “blocos”: um para alemães, outro para os poloneses e um para judeus. A transferência dos judeus para seu “bloco” era, evidentemente, a mais crítica, às vezes no limite da impossibilidade. Por exemplo, o principal hospital judaico em Varsóvia, Hospital Czyste, foi forçado a abandonar sua sede... O atendimento ficou precário, com sérias consequências nos tratamentos clínicos, cirúrgicos e de emergência. O gueto de Varsóvia passou a existir oficialmente em 15 de novembro de 1940 (STIVELMAN, 2001, p. 101).

Capítulo 7 A Operação Barbarossa e a “Solução Final”

Passagem 2 do Capítulo 7

Começa a montagem da máquina de extermínio

Ainda antes da invasão da Rússia, evidenciando claramente que tudo o que viria acontecer havia sido cuidadosamente planejado, líderes da SS haviam preparado esquadrões especiais de extermínio, os *Einsatzgruppen*... Ajudados por policiais e auxiliares lituanos, letões e ucranianos, os *Einsatzgruppen* avançavam rapidamente atrás das forças alemãs. Uma testemunha ocular lembrou como, na vila de Virbalis, na fronteira, os judeus “foram colocados vivos em trincheiras antitanque de mais ou menos dois quilômetros de extensão e fuzilados com pistolas. Somente as crianças não eram fuziladas (STIVELMAN, 2001, p. 112-113).

Passagem 3 do Capítulo 7

As marchas da morte

Os últimos dias de junho de 1941 viram a primeira de um sem-número de deportações das províncias romenas da Bessarábia. Os judeus, erradicados de suas cidades e vilas, eram coagidos a caminhar centenas de quilômetros para o leste, alguns a pé, outros de trem, em condições de dureza e violência inauditas. Em 27 de junho de 1941,

as vítimas foram os judeus de Falesti. Eles haviam sido aprisionados na Grande Sinagoga, onde as mulheres foram atacadas e violentadas por soldados alemães e romenos. Foram depois forçados a caminhar para leste... Todos os dias morriam judeus, de pura exaustão, ou eram mortos por guardas impacientes com o passo vagaroso dos doentes e idosos... (STIVELMAN, 2001, p. 119).

Passagem 4 do Capítulo 7

Tragédia de Israel Paricman

Um dos meus poucos amigos de infância que sobreviveram às marchas da morte foi Israel Paricman, nascido em 1927, atualmente radicado em Israel, professor de matemática aposentado... Depois de ter perdido toda sua família, Israel, então menino de apenas 14 anos, movido pelo instinto de sobrevivência, fugiu do Gueto de Obodovka para a zona onde moravam os ucranianos cristãos, onde foi acolhido e escondido por várias famílias até o retorno do exército russo, em abril de 1944 (STIVELMAN, 2001, p. 119).

Capítulo 14

A Engenharia da morte: a verdadeira indústria do Holocausto; matança em escala industrial

Passagem 1 Capítulo 14

Criatividade para um assassinato eficiente

No dia 14 de outubro de 1941, sob o comando de um médico, chegou a Kiev, um destacamento alemão trazendo consigo “veículos-matadouros”, até então nunca vistos. Eles estacionaram junto à Casa de Saúde. Em grupos de sessenta ou setenta, os enfermos eram metidos naqueles caminhões fechados, os motores eram ligados e o monóxido de carbono da exaustão era dirigido ao interior do baú, onde os doentes se espremiavam apavorados. Em quinze minutos estavam mortos... (STIVELMAN, 2001, p. 213).

Passagem 2 Capítulo 14

Os campos de extermínio

Em estudo detalhado, Aharon Weiss descreve as várias categorias de campos para prisioneiros criados e implementados pelo regime do Terceiro Reich... (STIVELMAN, Michael & Rachel – Rio de Janeiro, 2001, p. 213).

No primeiro, entre a subida do nazismo ao poder, em 1933, e a deflagração da guerra, em 1939, a principal função declarada dos campos seria a proteção ao novo regime... a maioria dos prisioneiros era constituída de adversários políticos, reais ou imaginários, como socialistas, comunistas, sindicalistas, anarquistas. Entre eles, é claro, muitos judeus... Havia campos “oficiais”, administrados pela SS dos quais o primeiro foi o de Dachau e (a maioria) “não-oficiais”, ou “selvagens”, instalados em fábricas, galpões ou quartéis abandonados, onde os membros da SA “cuidavam da custódia e dos interrogatórios... (STIVELMAN, 2001, p. 217).

O segundo período, na classificação de Weiss, vai de 1939 a 1942. Em plena guerra, além da defesa “interna” do Reich, os campos agora destinavam-se a defender

toda a política expansionista da Alemanha e seu esforço bélico. Significava a prisão de ativos ou potenciais (segundo os critérios nazistas). Com relação aos judeus, também, houvera drástica mudança de tática e de métodos... era agora considerada como principal ferramenta para atingir o “objetivo final”... A partir de 1941, esse processo ganhava uma arquitetura e uma engenharia nas várias formas de assassinato concebidas e executadas na frente leste...

Dentro dessa nomenclatura incluíam-se, além de alguns campos de funções específicas já citados, os de Auschwitz e Lublin-Maidanek, que somaram às funções genéricas de um campo de concentração as muito específicas funções de campo de extermínio (STIVELMAN, 2001, p. 218-219).

O número exato de judeus mortos nos campos de extermínio e nas formas de assassinato metódico do Holocausto ainda é motivo de discordâncias e polêmicas. Baseado em documentos e projeções, Weiss resume em uma estimativa o número provável de judeus assassinados nos campos de extermínio: Chelmo: 310.000; Belzec: 600.000; Sobibor: 250.000; Treblinka II 900.000; Maidanek: 200.000; Auschwitz-Birkenau: 2.500.000 = 4.760.000... Ainda segundo Weiss, pode-se estimar seguramente que o número mínimo de judeus assassinados nos campos de concentração é de cerca de 3.500.000. Considerando o número total de judeus mortos pelos nazistas em mais de 5.800.000, a contribuição dos campos de extermínio foi de cerca de 60% (STIVELMAN, 2001, p. 220-221).

Segunda parte da análise de “A Marca dos Genocídios”

Assim como na primeira parte de a “Marca dos Genocídios”, na segunda também predomina a **repetição de temas e idéias de maneira orquestrada**. A memória traumática começa a ser contada a partir da demarcação do antissemitismo estimulado na Alemanha e França, do século XIX. É a partir desta perspectiva que o casal Stivelman descreve o terreno entre os primeiros *pogroms*⁵ e a solução final.

O tema pode ser rediscutido desde os tempos de Napoleão (século XVIII), com a criação de leis de enquadramento e de restrição da atividade religiosa. O antissemitismo, como tema, revela a perseguição aos judeus da Europa do Leste, mais precisamente na Rússia dos czares e na Polônia do século XIX, como se percebe durante a passagem 2 da Parte II do Capítulo 3. Neste caso, a

⁵ Pogrom é uma palavra associada a perseguições de forma violenta a um grupo de pessoas por meio de repressão de suas atividades profissionais, culturais, legais e toda forma de restrição que atente contra o princípio dos direitos humanos. No caso específico dos judeus, eles consideram que sofreram diversos pogroms ao longo da História. O mais violento ocorreu por conta do Holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial.

sistematização da narrativa revela métodos violentos e massacres. Em outras palavras, um discurso construído organizadamente pelo procedimento **argumentativo**.

Na segunda parte do capítulo 3, Hitler rompe com a coalizão política e instaura a ditadura. Passa a perseguir os comunistas, e prontamente começam os ataques violentos aos judeus, como foi o caso do assassinato de um padeiro a socos e pontapés. Os fatos se sucedem. Os judeus são proibidos de frequentar ambientes escolares e acadêmicos, e são expulsos da comunidade científica.

Da mesma forma, a **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada**, no capítulo 4, produz nexos causais entre a assinatura do Acordo de Munique em que a Inglaterra aceita a invasão dos Sudetos pela Alemanha, a efetivação da entrada do exército alemão em território da Tchecoslováquia e a expansão da perseguição aos judeus a partir da Noite dos Cristais, sob ordem direta do vice-comandante da SS, Reinhard Heydrich. Caminhões transportando tropas paravam diante das casas e lojas de judeus, dezenas de homens desembarcavam, quebravam vidraças e invadiam os imóveis em busca de suas vítimas, que eram violentamente espancadas. Pianos, quadros e móveis eram atirados pelas janelas.

No capítulo 5, o casal Stivelman enfatiza como Hitler construiu a proeza sociológica de colocar numa mesma categoria, bolcheviques e judeus, ou seja: partia do pressuposto de que todo judeu é comunista, como forma de simplificar as coisas, criando atalhos para atingir objetivos. As perseguições tomam conta da Europa do Leste. A Hungria rapidamente adere ao nazismo.

A Inglaterra⁶, num primeiro momento, por acreditar que o alvo principal de Hitler era a União Soviética, permitiu a invasão da Polônia. Na sequência, surge a

⁶ A forma como a Inglaterra agiu no primeiro momento da consumação do nazismo, com leis de restrição judaica e apoio a invasão da então Tchecoslováquia, reforça a tese de algumas correntes de historiadores de que o Reino Unido acreditava que Hitler dirigiria seu alvo somente contra a União Soviética, uma vez que falava em destruir o bolchevismo. Os acontecimentos que se sucederam demonstraram que a realidade era muito mais rica do que o esquema do lord Chamberlain, o então primeiro-ministro da Inglaterra.

expressão “objetivo final”, a SS⁷ entra em cena como executora e a realidade dos fatos fica mais clara. No capítulo 6, surge a “solução final”. Estrutura-se o grupo de chefes capaz de concretizar tal projeto, o qual se desmembra na massificação das deportações. São iniciadas as marchas para a morte e o envio em massa dos judeus para os campos de extermínio. A estratégia de morticínio do Holocausto tem nomes: Himmler e Heydrich⁸. Os dois primeiramente tentaram forçar a emigração via “objetivo final”. Ao perceberem que o esquema não funcionaria, eles partiram para “a solução final”.

No mesmo contexto, o casal Stivelman reconstrói a memória do Holocausto, ao detalhar a expansão das deportações combinadas com a construção dos guetos, o recrudescimento das leis antijudaicas, a montagem da máquina de extermínio reconstituída no capítulo 7, em que reforçam a operacionalização da “solução final”. Percebe-se ainda a presença secundária da categoria denominada **apoio a atitudes pré-existentes**, na medida em que existe um senso comum dentro sociedade civilizada de que atos de genocídio são crimes contra a humanidade e imprescritíveis. Neste caso, a estratégia de **comunicação persuasiva** do casal Stivelman para finalizar sua memória traumática do Holocausto é a combinação da repetição de **temas e ideias de forma orquestrada** com o **apoio a atitudes pré-existentes**. No último capítulo de “A Marca dos Genocídios”, o casal Stivelman apresenta a estatística oficial reconhecida pela comunidade internacional acerca do número de judeus mortos durante a Segunda Guerra Mundial. Nas duas categorias persuasivas predomina o procedimento **argumentativo**.

⁷ SA eram as forças paramilitares também conhecidas tropas de assalto do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, denominação completa do Partido Nazista. Portanto eram grupos paramilitares que agiam ao arripio da lei contra os inimigos do *III Reich*. SS eram as tropas de elite do exército alemão durante o nazismo e se ocupavam da repressão mais violenta contra os inimigos do regime, execução, política operacional dentro dos campos de concentração e de extermínio. Eram tropas multinacionais. Existiam SS formadas por muçulmanos da Croácia assim como SS de nacionalidade francesa como o famoso batalhão Saint Germain, que defendeu o *Reichstag*, dias antes da tomada de Berlim pelo exército soviético.

⁸ Heinrich Himmler um dos principais mentores intelectuais do nazismo e da “solução final”, o projeto de extermínio dos judeus. Foi também comandante das SS um dos primeiros líderes nazistas a cometer suicídio ao perceber a aproximação da derrota da Alemanha. A execução da “solução final” coube a Adolf Eichmann que colocou em prática a retirada geral dos judeus da Europa e a montagem da máquina de extermínio em massa. No pós-guerra, Eichmann se escondeu na Argentina, de onde foi retirado por um grupo especial do Mossad, o serviço secreto israelense. Julgado em Israel foi condenado à morte pela força.

4.4.3 “Testemunho dos justos”: homenagem aos solidários

Em “A Marca dos Genocídios”, o casal Stivelman produz um texto repleto de informações sistematizadas, na busca de uma condenação dos crimes cometidos contra os judeus. Porém, em “Testemunho dos Justos”, Hugo Schlesinger afirma que a sua proposta é retratar a memória a partir da visão dos “sobreviventes”. Em seu livro, ele reproduz o relato daqueles que escaparam da morte, graças à ajuda de pessoas desinteressadas, que poderiam ter-se omitido, fazendo de conta que nada tinham a ver com aqueles eventos traumáticos. Entretanto, arriscaram suas vidas, ou morreram na tentativa de salvar seres humanos.

Segundo consta na contracapa de “O Testemunho dos Justos”, Hugo Schlesinger é jornalista e escritor, da Academia Cristã de Letras. Ele nasceu na Polônia em 1920 e radicou-se no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial. Dirigiu cinema, é doutor *honoris causa* em Economia e Filosofia, atua no âmbito do diálogo inter-religioso, tendo ocupado por três vezes a presidência da ala judaica do Conselho Cristão-Judaico.

Neste campo de aproximação e diálogo, escreveu algumas obras de destaque, entre as quais, “Quem Matou Cristo?”, “Raízes e Origens Judaicas do Cristianismo”, “Pequeno ABC do Pensamento Judaico” e, com o padre Porto, “Os Papas e os Judeus, Anatomia do Antissemitismo”. Schlesinger foi distribuidor de filmes de arte e concluiu a formação rabínica, a exemplo de seu pai.

Testemunho dos Justos

Passagem 1

A DINAMARCA

O povo dinamarquês em geral, ao longo de sua história jamais se deixou nortear por sentimentos antijudaicos... Acossados e desprotegidos, mil judeus foram asilar-se na Dinamarca ao tempo da II Guerra Mundial. O comitê de refugiados obteve autorização do governo para colocar os meninos e as meninas no aprendizado agrícola, visando à futura

fixação deles na Palestina... A Dinamarca inteira foi sacudida por irreprimível onda de protesto à vista dos revoltantes atos nazistas... (SCHLESINGER, 1978, p. 65).

Passagem 2

A NORUEGA

Desde o início da guerra demonstrou o povo norueguês o melhor do seu espírito de solidariedade, abrindo generosamente as portas do país aos refugiados da Europa Central. Para lá acorreram 500 judeus em busca de segurança... Na noite de 25 de novembro [1942], a batida policial estendeu-se às mulheres e crianças. Quase todas foram alojadas nos porões de um navio em Oslo... e daí para Auschwitz. Os deportados totalizaram 770 pessoas. Dessas pereceram 513 nos fornos e crematórios. Este terrível massacre causou o mais vivo estupor na Noruega... Entre os cristãos, houve uma manifestação aberta de repulsa... (SCHLESINGER, 1978, p. 62).

Passagem 3

A SUÉCIA

O governo sueco não ficou aquém das expectativas em matéria de solidariedade. Além da assistência que prestou aos necessitados, esboçou um gesto ousado e digno. Dirigiu a Berlim o seu veemente protesto contra a perseguição dos judeus, e assegurou-lhe que iria facultar-lhes o livre ingresso no país (SCHLESINGER, 1978, p. 68).

Passagem 4

NA POLÔNIA

Oscar Schindler era um alemão da região Sudetenland que em 1940 instalou na Cracóvia, já ocupada, uma usina junto à qual reservou um campo especial para os judeus que para ele trabalhavam. No verão de 1944, viu seu estabelecimento interdito e todos os operários transferidos para Plaszow. Schindler envidou todos os esforços para salvar os judeus, não só os de sua fábrica, como outros com os quais matinha contato. Pensou em abrir um estabelecimento em Brinitz. O comandante do campo quis também acompanhá-lo, mas as circunstâncias não o permitiram... Ao comandante acusaram de roubar alimentos e de ajudar os judeus, razão por que foi aprisionado sem apelação. O industrial regressou, mas o chefe do campo desapareceu por completo. Qualquer outra pessoa nessas circunstâncias teria certamente desistido da idéia de remontar a fábrica, cuja única razão de ser, afinal de contas, era a salvação dos judeus... Uns 700 homens e 300 mulheres foram por ele retirados de Plaszow e transportados para Brinitz. A 6 de agosto, as mulheres receberam ordens de se retirar sob a ameaça de serem enviadas a Auschwitz, Schindler entrou em contato com as autoridades para sugerir que todo o campo fosse transferido para Brinitz, nas elevadas montanhas da região dos Sudetos, a meio caminho da cidade de Brno, na Morávia. Era um lugar privilegiado entre as montanhas e invisível à mira de bombardeios inimigos. Estava tão fora da rota, que ali só terminou a 10 de maio, dos dois dias depois da capitulação alemã. A propósito de Schindler chegou a ser aceita, mas somente o primeiro transporte de homens logrou desembarcar em Brinitz. O segundo, planejado também por ele, jamais se concretizou. (SCHLESINGER, 1978, p. 87-88).

Passagem 5**MULHERES ALEMÃS**

De ponta a ponta do continente europeu as mulheres se destacaram pela corajosa doação à nobre causa humanitária, emprestando o melhor de sua sensibilidade e do seu amor em benefício de tantas pessoas injustamente perseguidas e maltratadas. Um dos primeiros nomes obrigatórios é o de Getrud Luchver, pelo seu valoroso exemplo de dedicação e disponibilidade total. Educada na Alemanha, pertencia à Liga de Paz dos Católicos Alemães... Gertrud consagrou-se de corpo e alma a essa tarefa. A base de segurança das operações residia nos grupos judaicos de Berlim e de outros lugares, com os quais ela manteve cerrado contato, desdobrando-se em servir e ajudar a todos os necessitados. Chegou-lhe também um dia a hora fatal. Foi a 5 de dezembro de 1943. Ao pretender levar 5 mil francos aos judeus, foi detida pela Gestapo... sofreu muito até o dia de sua morte a 3 de maio de 1945... (SCHLESINGER, 1978, p. 122).

Passagem 6**O TESTEMUNHO CRISTÃO**

Quando a Itália entrou na guerra, em 1940, a política do Vaticano tornou-se muito mais cautelosa e prudente. A ênfase era colocada no sentido da neutralidade em face do conflito, ao tempo em que era exigido tratamento humano para a população civil nos territórios ocupados. O Papa não quis adotar uma posição definida pró ou contra os beligerantes, pois milhões de católicos lutavam em ambos os lados opostos... Em outubro de 1940, houve um fato inesperado. A emissora oficial do Vaticano fez um franco ataque às doutrinas nazista e fascista: "O Cristianismo não pode reconhecer raças privilegiadas. Os sagrados direitos do homem, inclusive o credo religioso, devem ser respeitados. A ameaça e a coação devem ser condenadas como pecado"... De fato, pelo menos em duas circunstâncias, interveio o Papa publicamente em favor dos judeus. Em fins de 1943, recebendo um enviado alemão à Santa Sé, Herr von Weisäcker, protestou contra a deportações de judeus italianos... Os mencionados conventos de irmãs proporcionaram asilo e abrigo a um total de 2.775 refugiados... Na França, a Igreja tentou permanecer neutra, limitando-se à esfera religiosa. Mas no verão de 1942, o clero católico formulou protesto unânime ao governo de Vichy contra a entrega de judeus estrangeiros aos alemães... Os "Padres de Sion" de Paris foram os primeiros a serem visitados pela Gestado (SCHLESINGER, 1978, p. 141-148).

Passagem 7**O CASO DA ROMÊNIA**

A Igreja Católica da Romênia pode realmente orgulhar-se de seus representantes no tocante ao auxílio aos judeus. Observe-se que apenas 16% da população eram católicos, incluindo muitos chefes de estado... (SCHLESINGER, 1978, p. 154).

Passagem 8

SALVAÇÃO DA INOCÊNCIA

Não há palavras que possam traduzir a tragédia da criança judia. Não existem cores suficientemente negras para pintar o desespero dos filhos separados dos pais e dos pais separados dos filhos. Não há coração que resista à dor de uma mãe ao ver os filhos brutalmente exterminados. Se, por um lado, cerca de 15 mil crianças judias foram deportadas da França para os campos de extermínio, 12 mil delas, aproximadamente, lograram fugir aos nazistas; 4 mil puseram-se a salvo, transpondo ilegalmente as fronteiras suíça e espanhola, enquanto 8 mil ali permaneciam escondidas. Na zona norte da França, foram principalmente os Padres do Sion que cumpriram as obras caritativas relativamente às crianças. Desde 1943, vinham a eles menores de todas as regiões de Paris... (SCHLESINGER, 1978, p. 161).

Passagem 9

CLARÕES DE ESPERANÇA

Berlim Ocidental foi a primeira cidade que prestou homenagem aos judeus sacrificados na Grande Guerra. A Congregação Judaica de Berlim, no ano de 1958, pôs o prêmio "Herich Stahl" à disposição de um fundo de Amparo Espontâneo, instituído em benefício de pessoas que, com risco da própria vida, ajudaram judeus, na época hitleriana. Já em 12 de abril de 1960 foram liberados pelo Senado alemão 200.000 marcos para os berlinenses necessitados, que na época do nazismo, com sua conduta altamente humanitária, se fizeram merecedores. Em Berlim há mais de 300 "Unbensungen Helden" (heróis não decantados). Em Milão, no décimo aniversário do fim da guerra, numa cerimônia comovente, o governo italiano concedeu altas condecorações a 23 homens que, com coragem e heroísmo, salvaram homens, mulheres e crianças inocentes... Em Jerusalém, foi instituída uma organização especial Yad Vashem, que além da coleção de documentos desse trágico período da humanidade, homenageia esses "justos" que souberam dignificar suas vidas, enfrentando toda a sorte de perigos, pela causa do amor e dos direitos humanos... (SCHLESINGER, 1978, p. 173-174).

Análise "O Testemunho dos Justos"

Schlesinger acerta as contas com o passado pelo lado positivo em "O Testemunho dos Justos". Com relação à estratégia comunicacional, ele valeu-se do **apoio a atitudes pré-existentes**, a categoria em que o persuasor se apoia em elementos da religião, do nacionalismo, do patriotismo, e na recomposição de uma sistemática psicológica. O autor não está focado diretamente em denunciar o Holocausto, mas em agradecer àqueles que ao invés de se calarem estenderam as mãos para ajudar os perseguidos do regime nazista.

Dessa maneira, Schlesinger faz a sua justiça. Relata a abnegação de mulheres que esconderam pessoas e auxiliaram judeus na fuga. No mesmo contexto, homenageia Oscar Schindler, na passagem denominada “A Polônia”. Nos capítulos “Outros Testemunhos Femininos” e o “Testemunho Cristão”, ele apresenta questões de gênero e de religiosidade, novamente associadas à rede de solidariedade montada para livrar tantas pessoas quanto fosse possível do destino traçado pela solução final.

Mais adiante, relata “O Caso da Romênia”, país cuja comunidade católica acolheu os judeus que fugiam do terror nazista. Na sequência, descreve a associada à solidariedade inter-religiosa, ao relacionar a tragédia da infância judia sob o domínio nazista e as ações empreendidas por padres franceses no sentido de esconder os infantes das tropas de perseguição e execução.

Schlesinger relembra a homenagem prestada pela Congregação Judaica de Berlim, em 1958, ao colocar fundos financeiros à disposição de pessoas em situação de penúria econômica e que comprovadamente tenham lutado contra o Holocausto. Em “Testemunho dos Justos”, pela **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** pelo procedimento argumentativo – “seleção cuidadosa dos temas imprescindíveis para o sucesso da mensagem, adaptadas as variáveis argumentativas adotadas na estratégia.

4.4.4 As memórias dissonantes contadas por um negacionista do Holocausto

A visita do presidente do Irã ao Brasil, em novembro de 2009, gerou grande polêmica. Afinal de contas, Mahmoud Ahmadinejad é um negacionista do Holocausto, pelo menos publicamente. Estimulado por razões políticas e por odiar Israel, ele procura desfazer a memória do Holocausto e pregar a intolerância e a violência política entre os povos.

Entretanto, Ahmadinejad não está sozinho. O negacionismo e o revisionismo do Holocausto há muito tempo já suplantaram o núcleo da Espiral do Silêncio. Ninguém mais teme o isolamento. Muitos querem apresentar a sua versão

espelhada da História. Vilmar Diefrild-Krause (2000), professor da Universidade de Kassel, Alemanha, afirma que a "monstruosidade" desses crimes impõe compromissos permanentes no sentido de combater os que negam o Holocausto no seio da opinião pública mundial.

Krause foi painalista da conferência internacional realizada em Porto Alegre em 8 de agosto de 2000, intitulada "Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político". Ele afirma que o padrão de barbarismo praticado pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial é tão aterrorizante que a comunidade internacional tem dificuldades de construir uma memória a partir das informações oferecidas pela mídia que cobriu os conflitos da primeira metade do século XX.

Segundo Krause (2000), é comum aos grupos sociais não acreditar em fatos que, pelo caráter de atrocidade, transcendem o imaginário humano. Afirma que o revisionismo nasceu na França e posteriormente se disseminou pelos Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Bélgica e Canadá.

O primeiro revisionista descrito por Krause é Paul Rassinier, um ex-socialista francês, sobrevivente do campo de extermínio em Buchenwald. Ele polemizou ao apresentar um suposto exagero com relação às estatísticas dos crimes cometidos no seu local de confinamento. Rassinier responsabilizou os prisioneiros dos campos de concentração pelos atos de barbárie e isentou de culpa as SS. A partir dessa versão, correntes neonazistas ou antisemitas se encorajaram para produzir considerações sem base histórico-científicas, negando veementemente a existência do Holocausto, o número de pessoas assassinadas, às técnicas de extermínio e os documentos oficiais, inclusive colocando em dúvida a existência dos campos de extermínio (KRAUSE, 2000).

Krause culpa ainda o sistema judiciário alemão que permitiu a irradiação das manifestações revisionistas ao proferir um parecer negando a existência de assassinatos, especificamente em Auschwitz. Tal iniciativa fortaleceu as pregações do Partido Nacional Democrático da Alemanha (NPD), de orientação neonazista, que passou a justificar os crimes como uma consequência inevitável da guerra.

Outra forma de falsificar a história é reconhecer esses crimes, propondo a absolvição de Hitler pela alegação de que ele não sabia de nada.

Diante do exposto, analisamos aqui “Holocausto Judeu ou Alemão? nos bastidores da mentira do século”. Produzido pelo negacionista e revisionista brasileiro Siegfried Ellwanger Castan, o livro contempla trechos escritos pelo autor com compilações de outros colaboradores, estratégia também descrita pelo professor Krause. Esses livros foram proibidos no Brasil porque a Justiça os considerou como propaganda nazista, racista e antissemita.

Passagem 1

Declarações de Guerra

Vamos examinar agora como a imprensa sionista tratava a Alemanha. Em janeiro de 1934, o líder sionista Wladimir Jabotinsky declarou ao jornal “Tatscha Retsch”: Nossos interesses judaicos exigem o definitivo extermínio da Alemanha, do povo alemão também, caso contrário é um perigo para nós, por isso é impossível permitir, que a Alemanha sob governo autoritário, se torne forte!!!” ... No dia 16 de abril de 1936, (!) o jornal judaico “The Youngstown Jewish Times”, de Ohio, U.S.A. “Após a próxima guerra não existirá uma Alemanha. A um sinal a ser dado de Paris, a França e a Bélgica, assim como os povos da Tchecoslováquia, se movimentarão para envolver o povo alemão num mortal ataque... No dia 30 de abril de 1937 (!) o “American Hebrew”: “Os povos devem chegar à necessária conclusão de que a Alemanha nazista merece ser eliminada... (CASTAN, 1987, p. 45).

Passagem 2

República Socialista Soviética Judaica de Birobidjan

Quantos leitores saberão de que se trata? Raríssimos! Em 1934 a União Soviética proclamou como Região Autônoma Judaica, uma rica região de terras, às margens do Rio Amur, fazendo limite com a Manchúria, e atendida pela ferrovia transiberiana. Era a primeira vez que o povo judeu podia realizar seu maior sonho, ter uma Pátria, seu próprio Estado nacional. A nova República estava destinada aos judeus de qualquer parte do mundo... (CASTAN, 1987, p. 45).

Passagem 3

Novembro de 1938 – Escalada Contra a Alemanha

No dia 7 de novembro, às 9:00 horas da manhã, um jovem judeu polonês, chamado Herschell Grinszpan, que havia entrado clandestinamente na França e que acabava de receber uma ordem de expulsão, assassinou em Paris, o Conselheiro da

Embaixada Ernst von Rath, sobrinho do embaixador alemão Koerts. Houve em represália a depredação de vitrines e propriedades judaicas na Alemanha... (CASTAN, 1987, p. 48).

Passagem 4

Os Problemas Com a Polônia

O nacional-socialismo, sem nenhum tiro, tinha reunido o povo alemão do Sarre, da Áustria, da Boêmia e Morávia, dos Sudetos e de Memel, antes desmembrados, agora dentro da Alemanha. Pelo tratado de Versalhes (...) a cidade de Dantzig, totalmente alemã, foi declarada cidade livre, sob administração polonesa. A Alemanha achava certo a Polônia ter uma saída marítima, porém reivindicava um corredor rodo-ferroviário... **Relato da sessão do Parlamento, em que Hitler anunciou a invasão da Polônia pelas tropas alemãs (segundo Paris-Soir)** Berlim, 1º de setembro de 1939. As ruas de ligação da Wilhelmstrasse à Opera-Kroll estão vedadas a toda a circulação... O Führer-Chanceler chegou ao Parlamento do mesmo, às 10:07 horas no meio das aclamações... Troquei os meus pontos de vista com os homens do Estado polaco. Nada há de mais leal, de mais modesto que minhas propostas de então e sustento à face do mundo: sou o único homem que pode fazer tais propostas (CASTAN, 1987, p. 54-57).

Passagem 5

Inglaterra Declara Guerra à Alemanha

No dia 26/8/39 (**seis dias (!) antes de iniciarem os combates Polônia e Alemanha**), a Inglaterra havia assinado um Tratado com a Polônia, cujo Artigo 1º dizia o seguinte: “Se uma das partes contratantes se encontrar em guerra com uma potência européia por TER SIDO VÍTIMA DE UMA AGRESSÃO DESTA POTÊNCIA, a outra parte contratante dará imediatamente à primeira todo o seu apoio e assistência. Sem considerar que a Alemanha partiu em massa contra a Polônia após ter, num novo incidente de fronteira, um posto de fronteira da cidade de Gleiwitz, atacado por soldados poloneses, a Inglaterra deu à Alemanha um *ultimatum* para retirar suas forças da Polônia, até 3/9/39, caso contrário se consideraria em estado de guerra contra a Alemanha... (CASTAN, 1987, p. 76).

Passagem 6

A Vida na Polônia

Vamos examinar agora como era a vida na Polônia ocupada, bem como no Protetorado da Eslováquia, de acordo com depoimento do repórter brasileiro Alexander Konder, no livro “Um repórter brasileiro na Guerra Européia”. É de suma importância, por ser o depoimento pessoal de gente nossa e não de notícias ou jornais estrangeiros. “Para melhor localizar o israelita, ele anda provisoriamente marcado com uma braçadeira branca, dentro da qual aparece uma estrela branca com listas azuis...” (CASTAN, 1987, p. 94).

Passagem 7

Campos de Concentração

Todos sabem das histórias dos campos de concentração, das câmaras de gás e dos fornos crematórios de Dachau, Bergen-Belsen, Buchenwald, Mauthasen, Oranieburg, Sachsenhausen e tantos outros da Alemanha, onde apareciam pilhas de cadáveres... No "American Mercury". No 429 de 1959, o advogado norte-americano Stefan F. Pinter afirma. Eu estive após a guerra em Dachau, como delegado do Departamento de Guerra dos EE.UU., e atesto que não existiu em Dachau nenhuma câmara de gás. O que era mostrado aos visitantes e interessados como sendo câmara de gás, era um crematório... Referindo-se a Auschwitz e sua câmara de gás, o Sr Rassinier não tem dúvida em afirmar que se trata da MAIS MACABRA IMPOSTURA DE TODOS OS TEMPOS!!! (CASTAN, 1987, p. 137-143).

Passagem 8

Testemunha de Defesa

PROF DR. ROBERT FAURISSON: O catedrático da Universidade de Lion, de 56 anos, mais de 15 anos de profundos estudos sobre o dito "holocausto", afirma que DURANTE O GOVERNO DE HITLER NÃO EXISTIU NEM UMA CÂMARA DE GÁS... **TIUDAR RUDOLF**, alemão intérprete durante a guerra, afirmou que em 1941 uma delegação da Cruz Vermelha visitou os campos de Auschwitz, Monorowitz e as construções que estavam sendo realizadas em Birkenau, durante 2 semanas, sem notar nada de anormal" (CASTAN, 1987, p. 192-193).

Passagem 9

Declaração de Guerra Oficial Contra a Alemanha

Durante a celebração do XXV Congresso Sionista de Genebra, do dia 16 a 25 de agosto de 1939, o Dr. Chaim Wrizmann (sem dúvida nenhuma o maior batalhador pela causa sionista) exortou a TODOS OS JUDEUS DO MUNDO, INDEPENDENTE DE ONDE SE ENCONTRAVAM, A QUE PARTICIPASSEM DA LUTA CONTRA A ALEMANHA... (CASTAN, 1987, p. 210).

Passagem 10

82.000.000 de Alemães

A submissão de governantes alemães chega às raias de uma autêntica traição contra o Povo Alemão; no livro "A Alemanha de hoje", da Bertelsmann Lexicon Verlag, edição especialmente feita para o Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, além de distorcerem dados históricos, ajudam a abafar as perdas alemãs, para 4.000.000 de soldados e 500.000 civis. Enquanto isso calculam em 6.000.000 os judeus assassinados em campos de concentração (CASTAN, 1987, p. 263).

Análise de “Holocausto Judeu ou Alemão?...”

A **exploração dos sentimentos** em propaganda política ideológica, somente para recordar, é assim. O persuasor intercala informações de alto nível, bem formuladas por um grupo, para empregá-las na direção de um segundo mal informado sobre determinado tema. Pressupõe de boa ou má fé que os grupos sociais vivem sob uma dependência quase que absoluta de informações e igualmente da produção de um significado para as mensagens emitidas. A **exploração dos sentimentos** está vinculada ao distanciamento entre os emissores e os receptores da mensagem.

O objetivo é bloquear o interesse pelo questionamento de alguma interpretação incorreta. É uma argumentação exclusiva do emissor. O segundo objetivo é conquistar a aprovação dos receptores a partir de uma intenção manifesta em favor da mensagem, ou, numa situação mais poderosa, obter a adesão do grupo a uma causa. Neste aspecto o interessante é recorrer aos tópicos extraídos da obra revisionista para entendermos como se constrói essa estratégia de persuasão.

Castan articula-se a partir de um volume expressivo de fatos narrados em cadeia. Mas um texto aparentemente muito bem articulado pode esconder pequenas charadas. Inicialmente, ele se refere a uma manifestação da dita imprensa sionista norte-americana, apregoando o enfrentamento com a Alemanha. Mas esquece de dizer que, em 1934, os judeus da Europa Central já estavam sendo catalogados e perseguidos. Certamente, em Nova York, os judeus sentiam-se mais protegidos para responder aos ataques desferidos contra eles pelo regime nazista.

O título do tópico “DECLARAÇÕES DE GUERRA” corresponde à categoria denominada **exagero e desvirtuamento da informação**. Tecnicamente, uma declaração de guerra é realizada por um estado constituído. Uma simples manifestação de raiva promovida por uma entidade judaica indignada contra a perseguição aos judeus da Europa Central não foi exatamente um verdadeiro convite à beligerância.

O autor procura vincular judeus à ideologia comunista, ao citar que em 1934 havia nascido um território autônomo na União Soviética para ocupação por judeus. Essa era uma proposta que vinha sendo discutida desde a criação da União Soviética. De origem judaica, mas ateu convicto, o líder bolchevista Leon Trotsky chegou a formular uma proposta semelhante⁹, uma vez que em sua infância viu seu pai sofrer toda a sorte de humilhações com a perseguição aos judeus durante Rússia czarista. O pai de Trotsky era um pequeno agricultor, mas nunca recebeu posse de suas terras, porque no século XIX os judeus não podiam constituir propriedade, sendo obrigados a pagar pesados impostos e repassar a safra ao Estado. Mais adiante, Castan começa então a construir a sua versão dos fatos que precipitaram o Holocausto, como a Noite dos Cristais, nitidamente articulado a partir do **exagero e do desvirtuamento da informação**. Ele subtrai informações objetivas, tais como:

1) o assassino do diplomata alemão em Paris havia recebido correspondência com a informação de que sua família estava sendo vítima do pogrom na Polônia; 2) as razões da situação de clandestinidade do executor não foram explicadas. É provável que ele tenha se adiantado às perseguições e procurado refúgio no território francês. O procedimento adotado por Castan é o **psicológico**.

Na sequência, o estratagema é o mesmo. Castan promove o **desvirtuamento da informação** pelo procedimento **psicológico**. Hitler invadiu a Polônia porque o governo daquele país lhe negava condições de construir uma infraestrutura rodo-ferroviária em seu território. Como se um problema de logística fosse motivo suficiente para desencadear uma guerra mundial.

O autor se propõe a fazer uma discussão sobre a declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha. Segundo o raciocínio de Castan, a Alemanha nem havia

⁹ “É certo que não se trata de deslocamentos forçados, ou seja, da criação de novos guetos por certas nacionalidades, mas de deslocamentos livremente consentidos, ou melhor, exigidos por certas nacionalidades ou parcelas de nacionalidades. Os judeus dispersos que quiserem reunir-se na mesma comunidade encontrarão um lugar suficientemente amplo sob o sol. A mesma possibilidade abrir-se-á para todos os árabes, assim como para todas as nações dispersas. **A topografia nacional tornar-se-á uma parte da economia planificada**” - depoimento concedido em 1937 a Abraham Leon e publicado no Brasil sob o título Concepção Materialista da Questão Judaica (LEON, 1981, p. 189).

invadido ainda a Polônia e a declaração de guerra da Inglaterra já estava pronta. Como se as divisões Panzer não estivessem estacionadas há meses na fronteira da Alemanha com a Polônia, a esperar o estouro de um pneu como gota d'água.

Castan examina a situação dos judeus na Polônia e se refere ao jornalista brasileiro Alexandre Konder como “um dos nossos”. De fato, qualquer pesquisador, se digitar o nome Alexandre Konder em *sites* de busca da *web*, irá concluir que este cidadão nascido em Itajaí, Santa Catarina, era nazista. É citado como fonte confiável em diversos endereços eletrônicos semiclandestinos, costumeiramente empregados por neonazistas, revisionistas e negacionistas largamente veiculados na rede mundial de computadores.

Mas quando analisamos esse trecho de “Holocausto Judeu ou Alemão?”, junto com **exagero e desvirtuamento da informação**, percebemos a presença de outra categoria, notadamente a **simplificação**, que ocorre pela transmissão depauperada da mensagem, com o objetivo de confundir o receptor. Ora, sabe-se perfeitamente que, em primeiro lugar, a marcação de pessoas, como se fossem animais, é um grave atentado contra os direitos humanos. O fato é que, depois de identificados assim, os judeus eram conduzidos forçadamente para os guetos, campos de concentração e de extermínio. Em termos de procedimento, Castan aplica o **psicológico**, pois lança mão de vocabulário associado a questões raciais e religiosas, e de segregação étnica. Ele afirma que todos conhecem essa passagem da História e reabre o debate sobre a existência ou não de câmaras de gás em campos de extermínio.

Em outro ponto, Castan emprega um depoimento de autoridade militar norte-americana que afirma não ter existido câmaras de gás em Dachau e emenda com o depoimento de Rassinier, que, conforme já citamos por meio dos estudos do professor Krause, questiona o genocídio com relação às estatísticas. Mas, em sua argumentação, o posicionamento desse sobrevivente com relação a Buchenwald funciona como prova material, capaz de negar veementemente a existência das câmaras de gás, inclusive em Auschwitz. Neste caso, junto com a **exploração dos sentimentos**, encontra-se a **repetição de temas e ideias de maneira**

orquestrada. O persuasor encaixa dois temas, campos de concentração e câmaras de gás, e se apoia em depoimentos isolados, mas que se entrelaçam.

O texto de Castan se apoia ainda na **exploração do contágio psíquico**, pois nele transparece a vontade manifesta de produzir conformismo e informações perturbadoras. Sabe-se que, por mecanismos do inconsciente, a mente humana costuma negar e apagar da memória informações sinistras. Uma das estratégias dos revisionistas do Holocausto é tentar empregar justamente esta faculdade mental para construir uma memória coletiva de que uma atrocidade dessa natureza só pode ser obra do imaginário humano. O procedimento é **psicológico**, pois Castan usa elementos do inconsciente e da irracionalidade com o objetivo manifesto de conduzir o receptor a formar opinião em torno de seu ponto de vista.

O **exagero e o desvirtuamento da informação** volta a ocorrer na passagem em que Castan se apoia em dois depoimentos sem qualquer credibilidade científica. Um desses é o texto de Robert Faurisson, professor francês expulso das instituições em que lecionava, após ser condenado pela justiça da França, por fazer apologia ao nazismo. Castan confere credibilidade ao depoimento de um criminoso¹⁰.

Quanto ao depoimento do intérprete alemão que disse não ter visto nada demais em um campo em 1941, é provavelmente uma afirmação sincera: os projetos das câmaras de gás só saíram do papel a partir de 1942. As primeiras versões das câmaras eram itinerantes, pois funcionavam em caminhões. Além disso, uma câmara de gás não é um edifício construído e identificado com uma

¹⁰ O presidente francês, Jacques Chirac, pediu a abertura de uma 'investigação preliminar' sobre as manifestações do ex-catedrático da Sorbonne Robert Faurisson no seminário sobre o Holocausto organizado pelo regime iraniano, anunciou nesta sexta-feira o Palácio do Eliseu. Chirac pediu ao ministro da Justiça, Pascal Clément, que abra "uma investigação preliminar, após as declarações feitas por Faurisson em Teerã durante a conferência que questionava a realidade do Holocausto", segundo o comunicado do Palácio do Eliseu. Em Teerã, Faurisson assegurou que 'as câmaras de gás e o massacre dos judeus são uma mentira histórica' e elogiou a atitude do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, em relação aos Estados Unidos. Há dois dias, o ministro de Assuntos Exteriores francês, Philippe Douste-Blazy, tinha assegurado que o Governo avaliava a possibilidade de processar Faurisson por suas declarações sobre o Holocausto. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2006/12/15/e15122737.html>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

placa “Aqui funciona uma câmara de gás”. Uma instalação desse tipo pode ser adaptada em galpões, banheiros, vestiários e outros ambientes.

Castan volta a utilizar a **exploração do contágio psíquico**, baseado no fato de que os públicos querem cada vez mais informações novas, como, por exemplo, uma versão diferente da História, em que os judeus de 1939, sem nação, sem estado, sem estrutura militar, declararam guerra à Alemanha. Em outro trecho, aparece a **exploração do contágio psíquico**, em que o autor afirma que o número de alemães mortos na guerra nunca foi citado nos documentos originais do Tribunal de Nurenberg. Por outro lado, não valem para Castan as dezenas de confissões de criminosos nazistas que admitiram os atos que cometeram.

Ao concluir, Castan atinge o ponto a que se propôs chegar desde o começo de seu livro, isto é, transformar a Alemanha em vítima do Holocausto, embora o país tenha reconhecido sua culpa. Além disso, após a rendição, a Alemanha comprometeu-se a indenizar as vítimas dos crimes cometidos durante o período nazista. O autor emprega **procedimentos psicológicos** para fazer valer seu ponto de vista.

4.4.5 Ellwanger exige “SOS para a Alemanha”

Outra maneira de analisar a estratégia de propaganda ideológica de S. E. Castan é a angulação da narrativa em que ele transforma a Alemanha em vítima dos acontecimentos que redundaram na eclosão da Segunda Guerra Mundial. Essa artimanha é estampada em outro livro revisionista, “SOS para a Alemanha”, e resumida aqui em cinco tópicos centrais extraídos da segunda metade do texto.

SOS Alemanha

Passagem 1

Alemanha II

A Alemanha virou um paraíso de subversivos e terroristas estrangeiros. Sua imprensa e sua cultura estão entregues ao sionismo. Seria quase um milagre que sua indústria e comércio, na maioria, não tivessem passado para as mãos do capitalismo/sionismo internacional. O governo alemão não nomeia nenhum advogado para defender os alemães, que lutaram pela pátria, quando acusados como criminosos de guerra... mesmo a (sic) quase meio século após o término da guerra; pelo contrário, ainda prendem os advogados alemães que se apresentam para defender os acusados, como foi o caso de **Manfred Roeder** (CASTAN, 1990, p. 110).

Passagem 2

Alemanha Entrega as Cópias do Pacto

Este é o título do Correio do Povo, em junho de 1989, com o seguinte texto: “Bonn – Os documentos secretos datam de 1939 relacionados com a divisão da Europa entre Stalin e Hitler foram entregues pelo chanceler alemão, Helmut Kohl, ao presidente soviético, Mikhail Gorbachev... (CASTAN, 1990, p. 112).

Passagem 3

Richard Von Weizsäcker I

Antes de entrar nos pronunciamentos deste autêntico traidor da Alemanha, que é seu Presidente eleito pela segunda vez, torna-se necessário esclarecer que seu pai, Sr. Ernst von Weizsäcker, foi o titular do Ministério dos Assuntos Estrangeiros, no governo de Hitler de 1928 a 1943, sendo por este motivo condenado à prisão pelo Tribunal de Nuremberg. Winston Churchill quando soube da condenação exclamou que se tratava de **terrível equívoco**. Não encontrei meus dados sobre o tempo de prisão a que foi condenado, porém não deve ter sido muito longo... Seu nome estaria ligado a alguns dos participantes do atentado de 20/7/44 contra Hitler, ao qual teria de certa forma ajudado. O atual presidente-traidor era na época Capitão do IX Regimento de Granadeiros de Elite, do qual 19 outros oficiais foram fuzilados por terem participado diretamente do complô contra Hitler. É muito provável que ele também foi conspirador-traidor, escapando do fuzilamento por interferência do próprio pai... Para reforçar minha tese de que o governo de Bonn não passa de uma colônia sionista, apresento aos leitores a fotografia abaixo de uma moeda de 5 marcos, emitida em homenagem ao centenário do Reichstag – o Parlamento Alemão, contendo gravada a imagem do mesmo, as palavras “Dem Volke”, que significa “Do Povo Alemão... após a indicação desse ano vem aquilo que a maioria dos próprios alemães, que lidam com esta moeda diariamente, ainda não enxergaram: a Estrela de Davi!!! (CASTAN, 1990, p. 117-118).

Passagem 4

Richard Von Weizsäcker III

“Naturalmente será muito raro algum país, na sua história, não ter praticado atos condenáveis durante uma guerra. O extermínio de Judeus porém não tem similar na história... **(Para o leitor ter uma idéia dessa quantidade 6.000.000 de judeus, informo que corresponde à população da época, em 1940, de toda a cidade do Rio de Janeiro e da cidade de São Paulo, em conjunto, e ainda multiplicado por 2, ou ainda de todo o Estado de São Paulo, excetuando a capital...)** (CASTAN, 1990, p. 119-120).

Passagem 5

Plano de Paz de Stalin

Stalin enviou no dia 10/03/1952, portanto a (sic) 40 anos atrás, as demais potência vencedoras e de ocupação alemã, uma ampla **NOTA**, pedindo a assinatura da paz e a reunificação da Alemanha (CASTAN, 1990, p 112).

Gregor Gysi, chefe do partido dominante SED, é o representante da vida cultural judaica da DDR. Ele como judeu, declarou-se inimigo total contra a reunificação alemã. Desnecessário informar que esses dirigentes são contra qualquer tentativa de reunificação da Alemanha que não tenha governo sionista ou de sua mais absoluta confiança, por isso, acho que cabe o meu **SOS PARA A ALEMANHA** (CASTAN, S. E. Porto Alegre – 1990, p. 186).

Análise de “SOS para a Alemanha”

Aqui predomina a categoria da **simplificação**. O persuasor cruza informações aparentemente bem formuladas, mas que exigem poucos recursos mentais por parte do receptor. Ao se referir a Manfred Roeder, Castan não explica quem era a pessoa mencionada, se o advogado ou o cliente. Na realidade, Roeder é um neonazista condenado na Alemanha, nos anos 80. Por algum motivo não explicado, o advogado contratado para defendê-lo foi recusado pelos organismos de justiça da Alemanha. Mas esta explicação não aparece no material.

Castan acusa a Alemanha de ter-se transformado num paraíso de subversivos. De fato, durante as Olimpíadas de Munique, um grupo de terroristas atacou a Vila Olímpica. Só que as vítimas foram justamente atletas “sionistas”, pela ótica de Castan. Ao longo dos anos 70, o *Baden Meinhof*, organização armada de orientação comunista, promoveu ataques contra alvos do capitalismo, construiu aliança política com a Fatah, na época a mais importante guerrilha palestina e

inimiga número 1 do Estado de Israel. Portanto o ambiente hostil para judeus na então Alemanha Ocidental, durante o período de Guerra Fria, era uma realidade.

Posteriormente, o *Baden Meinhof* foi desmantelado, e suas lideranças presas, condenadas ou mortas pelas forças de segurança da Alemanha. Por esta razão, neste período, as organizações judaicas eram contra a unificação da Alemanha, na medida em que a Fatah era apoiada militarmente pela União Soviética e seus satélites.

Além disso, em “SOS para a Alemanha”, Castan já não discute mais a questão do Holocausto. Seu inimigo agora é a Alemanha democrática, não nazista. Ele emprega a **exploração dos sentimentos** para criticar a entrega de documentos secretos pela Alemanha para a então União Soviética. Destila ódio conta um ex-oficial alemão que participou de um dos trinta atentados reconhecidos contra Hitler e que posteriormente compôs o governo da Alemanha pós-guerra.

Curiosamente, no que deveria ser uma crítica a este oficial, agora presidente da Alemanha, o autor de “SOS para a Alemanha” volta à carga contra os números do genocídio judeu, a partir de uma estatística comparativa com as populações de São Paulo e do Rio de Janeiro, da época. Na Segunda Guerra Mundial morreram 50 milhões de civis. A população da Argentina, de hoje, é de pouco mais de 36 milhões. Nem por isso deixaram de morrer cinquenta milhões de pessoas na guerra. Estamos novamente diante de uma estrutura apoiada na **simplificação**, com base em mensagem pobre de informações, o que conduz a distorções e promove confusão.

Pela **simplificação**, a Alemanha é alçada à condição de sionista, dentro de um processo subjetivo. Sabe-se, à luz da ciência política, que o único estado nacional que oficialmente se identifica e assume posições sionistas é o Estado de Israel, fundado com base neste movimento. De certa forma, é crível inferir que, no final das contas, para Castan, tanto a Alemanha atual quanto os judeus fazem parte de um padrão de convivência que o incomodam.

Ele se ressentia do fato de que a Alemanha de Hitler, que ele tem defendido, não passou de um projeto derrotado. O discurso de S. E. Castan pode ser analisado ainda sob a ótica proposta em *Analising Ideas*, de Roderick Art e Suzanne Daughton, detalhado no livro *Modern Rhetorical Criticism* (2005). Os dois pesquisadores afirmam que a comunicação persuasiva, como um exercício de retórica, pode ser desconstruída por meio da identificação das ideias contidas ou escondidas no corpo do texto. Eles constatam que, de uma maneira ou de outra, os críticos estudam as ideias e explicam a maneira como ocorrem os apelos persuasivos.

Hart e Suzanne (2005) propõem a análise dos elementos de discurso que estão em contradição com o volume de citações e com a forma como as ideias estão distribuídas no texto. Essas ideias são relacionadas com maior ou menor ênfase. Existem atributos importantes para analisar no campo retórico, tais como questões relacionadas com o tempo necessário para prender o receptor ao conteúdo da mensagem, levando-se em consideração, ainda, a potência e a energia empregadas nas palavras, nas adjetivações, no encurtamento de frases e na supressão de expressões. Dentro da visão proposta por Hart e Suzanne, a retórica de Castan busca vincular os movimentos judaicos contemporâneos com a ideologia comunista. De certa forma, ele emprega a mesma estratégia argumentativa adotada por Hitler nos anos 30, durante o surgimento do nazismo, em que judeus e comunistas foram eleitos inimigos públicos da Alemanha.

Obra/ Categoria	Exploração do sentimento	Simplificação	Exagero e o desvirtuamento da mensagem	Repetição orquestrada de temas e ideias	Exploração do contágio psíquico	Apoio às atitudes pré- existentes
Araribá*						
História Hoje*						
A Marca dos Geno- cídeos**						
O testemunho dos justos**						
Holocausto judeu ou alemão? **						
SOS para a Alemanha? **						

*Persuasão cognitiva ** Comunicação persuasiva

Quadro 1 - Resumo da análise de discurso sobre o Holocausto

5 COMUNISTAS X MILITARES E A LUTA PELA MEMÓRIA PÓS-64

5.1 A DITADURA MILITAR NO BRASIL PELA PERSUASÃO COGNITIVA

Se em 2009 a História da Humanidade registra sete décadas do marco zero da Segunda Guerra Mundial – o que conduz a uma discussão sobre a luta pela memória daquele evento traumático – em território brasileiro também foi reaberto o debate sobre o período da ditadura militar, instaurada em 1964. Da mesma forma, analisamos a partir deste capítulo a guerra de versões sobre o tema, a começar pelo conteúdo dos livros didáticos.

Assim como a Segunda Guerra Mundial, a ditadura militar é matéria da oitava série do ensino fundamental. Em “Projeto Araribá: História”, de saída, os autores informam que – embora o estado democrático, o sufrágio universal e a livre manifestação sejam atualmente questões corriqueiras – o Brasil ficou sem eleições diretas para governadores e prefeitos de médias e grandes cidades por mais de uma década. Por um tempo maior não ocorreram eleições para presidente da República (MELANI, 2006).

Da mesma forma, Melani (2006) analisa a origem da ditadura a partir de acontecimentos políticos que a precederam. No entendimento dos autores do “Projeto Araribá: História”, as raízes do regime totalitário remontam a 1945, com o surgimento de siglas partidárias de ideologia mais transparente. De acordo com a narrativa, naquele ano foi criado o Partido Social Democrático (PSD), vinculado às “oligarquias estaduais”, e a União Democrática Nacional (UDN), claramente contrária a qualquer intervenção do Estado na economia.

Havia ainda o Partido Trabalhista Brasileiro, de orientação nacionalista, e o Partido Comunista do Brasil (PCB), pró-União Soviética, o qual só conseguiu operar na legalidade a partir da Constituição de 1946, e assim mesmo por um período muito curto, aproximadamente um ano. No mesmo contexto, é analisada a era Vargas, os sucessivos governos, tentativas de golpes e momentos de agitação

e de turbulência política. As tensões se vinculavam a temas novos, que surgiam devido à nacionalização do sistema de produção e distribuição de energia elétrica, e pela política de estatização da incipiente cadeia produtiva do petróleo, com a fundação da Petrobras.

A política desenvolvimentista de Vargas acentuou tensões. Acirraram-se as campanhas contra o presidente, que retornou ao poder depois de seis anos afastado. O atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, que acabou matando o oficial da Aeronáutica Rubens Vaz, esquentou o ambiente de conspiração política. Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954 (MELANI, 2006).

Posteriormente, chegaríamos aos Anos JK, com novo impulso ao processo de desenvolvimento e de industrialização. “Projeto Araribá: História” denomina esse período como os “Anos Dourados”, marcados pela fundação de Brasília – cidade criada nas pranchetas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, e construída por trabalhadores muito pobres vindos do Nordeste, denominados candangos – e por um novo movimento de industrialização pautado pela criação do setor automotivo.

O período seguinte corresponde ao governo Jânio Quadros. Ele tomou medidas impopulares, como a proibição do uso de biquíni, lança-perfume e brigas de galo. E, ao mesmo tempo, condecorou o ícone da revolução cubana Ernesto Che Guevara. No plano econômico, ocorreu a disparada dos preços dos produtos da cesta básica, principalmente o pão e os combustíveis, que subiram 100%. Jânio Quadros renunciou em 1961 e provocou ebulição nos quartéis.

Na visão do “Projeto Araribá: História”, a Campanha da Legalidade, irradiada a partir do Palácio Piratini, sob o comando do então governador Leonel Brizola, foi um fato importante para a manutenção do governo civil, que resistiria até 1964. Neste ano, os militares deram o golpe, sintonizados com o projeto político do segmento mais conservador da sociedade (MELANI, 2006).

Contudo, é a partir da página 202 que “Projeto Araribá: História” promove a narrativa dos Anos de Chumbo da ditadura militar no Brasil. O confronto entre as Forças Armadas e a guerrilha é contado a partir do tópico “O fim das liberdades

democráticas”. Nesta parte do livro, a memória traumática da ditadura militar é detalhada.

PROJETO ARARIBÁ Capítulo 7, TÓPICO 4

“O fim das liberdades democráticas”

Passagem 1

Um regime apoiado na repressão

“Durante o regime militar, os brasileiros viveram um período sombrio: perseguições, mortes e torturas nas prisões. A propaganda produzia a imagem de um país que ia para a frente”... O regime autoritário instituído em 1964 iria durar 21 anos. Nesse regime, a escolha dos governantes era feita pelos chefes militares. A aparência de democracia era garantida por votações no Congresso Nacional... (MELANI, , 2006, p. 202).

Passagem 3

Os anos de chumbo

Em 1968, manifestações populares reuniram 100 mil pessoas em protestos pela redemocratização e contra a morte do estudante Edson Luís... Diante da impossibilidade de manifestar qualquer oposição aos militares, vários grupos de esquerda se reuniram em ações armadas. Algumas ações audaciosas, como sequestros de representantes estrangeiros no Brasil, entre eles o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, serviam para libertar presos políticos e enviá-los ao exterior... A tática dos militares consistiu em associar os atos terroristas à oposição comunista radical. As mortes causadas pela tortura e as execuções sumárias eram sempre apresentadas como resultados de choque entre “subversivos” e as “forças da ordem”, ou como casos de misteriosos “desaparecimentos” (MELANI, 2006, p. 203).

Passagem 4

Repressão e abertura

“Na década de 1970, a luta contra a ditadura gerou as primeiras vitórias: nas eleições parlamentares, o MDB obteve grandes votações” (MELANI, 2006, p. 204).

Passagem 5

A luta armada

A luta armada contra o regime militar foi influenciada por vários outros movimentos revolucionários na América Latina, no início dos anos 1970. A principal fonte de inspiração para os revolucionários brasileiros era o triunfo da Revolução Cubana. Vários desses grupos revolucionários formaram-se nesse período, quando o Brasil era governado

pelo general Emílio Garrastazu Médici. Destacamos a ALN e a VPR... A luta armada contra o regime, além de seqüestros para libertar presos políticos, promovia também assaltos a bancos e a instalações militares para financiar e armar o movimento. Os militares reagiram criando novos mecanismos de repressão: em 1969, criaram a **Oban** (Operação Bandeirantes), com o propósito de organizar a repressão na Região Sudeste do país. Logo após, em vários estados, formaram-se os **DOI-CODI** (Destacamentos de Operações e Informações e Centros de Operações de Defesa Interna), locais onde eram torturados os suspeitos de envolvimento com os grupos revolucionários (MELANI, 2006, p. 204).

Passagem 6

Os descaminhos da abertura

Em 1974, outro militar assumiu o poder, desta vez com a promessa de encaminhar o retorno à **democracia**: o general Ernesto Geisel. O descontentamento com a ditadura e as denúncias de torturas e assassinatos políticos resultaram, nas eleições legislativas de novembro daquele ano, em importantes vitórias da oposição. Os militares contrários à abertura, como era chamada a redemocratização, reagiram. Em outubro de 1975, assassinaram, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, o jornalista Vladimir Herzog, do PCB. Em janeiro do ano seguinte foi assassinado o metalúrgico Manoel Fiel Filho. A mobilização contra o regime ganhou força: a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, iniciaram uma campanha para denunciar as torturas e os assassinatos (MELANI, 2006, p. 204).

Passagem 7

A caminho da democracia plena

O endividamento externo e a alta da inflação, durante o governo do sucessor de Geisel, o presidente João Figueiredo, tornavam cada vez mais difícil a manutenção da ditadura. Em agosto de 1979, o presidente decretou a **Lei da Anistia**, que permitiu o retorno ao Brasil dos exilados políticos. No mesmo ano, uma lei permitiu a reorganização de vários partidos (MELANI, 2006, p. 205).

Análise do Capítulo 7 de “Projeto Araribá: História” sobre a luta armada no Brasil

Este capítulo aborda os Anos de Chumbo, período de enfrentamento entre as Forças Armadas e a guerrilha. Dividimos a análise de discurso em dez passagens. Nos dois primeiros trechos, os autores descrevem os eventos que marcaram o regime em seu período de maior enfrentamento, com perseguições, tortura e morte. Um governo calcado na repressão em que classificamos a estratégia de persuasão cognitiva, denominada **exploração dos sentimentos**. Discute-se o regime, mas evita-se o contexto. Como se a repressão tivesse como

alvo um inimigo abstrato, sem identidade, sem a presença de pessoas com nomes, características físicas e dispostas a operar politicamente na base do confronto e da radicalização.

A mesma estratégia de **exploração dos sentimentos** é verificada em diversos trechos. Aparece, de maneira fragmentada, em fatos como o assassinato do estudante Edson Luiz, o sequestro de diplomatas e os protestos para libertar presos políticos. A luta armada surge como mecanismo contra a repressão. “Projeto Araribá: História” sonega a informação de que os grupos armados se manifestavam politicamente, eventualmente tomavam ações ofensivas e desafiavam o regime militar com ações radicais. Por exemplo, assaltos bancos, ataques armados a quartéis, expropriações, colocação de bombas e outras formas violentas de manifestação.

A mesma estratégia de **exploração dos sentimentos** ocorre nos trechos finais, em que o tema tratado é a abertura política. Os assassinatos de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI, combinam-se com o começo da saturação do projeto econômico do regime e são considerados fatos que contribuíram para a abertura política. Ainda assim, a **repetição de temas e idéias de maneira orquestrada** aparece como estratégia persuasiva secundária. Basicamente, os autores recorrem a procedimentos **argumentativos**.

5.2 A DITADURA MILITAR AOS OLHOS DE “HISTÓRIA HOJE”

Assim como o “Projeto Araribá: História” aborda o regime militar, o outro livro de oitava série analisado neste relatório dissertativo, “História Hoje”, remonta o passado do país sob os sucessivos governos de exceção, até a posse de José Sarney, em 1985, em lugar do presidente eleito pela via indireta, Tancredo Neves, que viria a morrer *a posteriori*. A partir da constatação de que o processo pedagógico também contempla argumentações persuasivas, efetuamos logo abaixo a reprodução de trechos do livro didático para promover a análise de

discurso. O objetivo é igualmente apontar a estratégia de propaganda ideológica adotada no material.

Capítulo 20 Brasil: a vitória da linha dura

Passagem 1

(1964-1969)

Muitos dos responsáveis pelo golpe de Estado de 1964 acreditavam que o movimento terminaria em janeiro de 1966, com o fim do mandato de Jânio Quadros. Pelo menos é isso que está escrito no Ato Institucional de abril de 1964. No entanto, uma vez no governo, os militares da chamada linha dura ficaram no poder por muito mais tempo. Alguns civis **golpistas**, como Carlos Lacerda (governador do Estado da Guanabara) e Julio Mesquita Filho (dono do Jornal o Estado de S. Paulo) passaram então a combater a **ditadura** que haviam ajudado a implantar... (CARDOSO, 2006, p. 224).

Passagem 2

Um ato in(con)stitucional não foi suficiente

Apesar de a eleição presidencial ter sido adiada por um ano, em outubro de 1965 houve eleições para governador. Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, e Magalhães Pinto, do estado de Minas Gerais, trabalharam para eleger os candidatos da União Democrática Nacional (UDN), mas o partido perdeu a eleição nos dois estados. A derrota foi vista pelos militares como uma crítica dos eleitores à ditadura. Como resposta, resolveram retirar o direito de votar para presidente da República. E publicaram, em outubro de 1965, mais um Ato Institucional, conhecido como AI-2. O AI-2 estabeleceu o fim das eleições para presidente da República, que passou a ser escolhido pelos militares e confirmado pelo Congresso Nacional. Essa confirmação foi chamada de eleição indireta... Em fevereiro de 1966, o presidente Castelo Branco editou mais um ato institucional, o AI-3, estabelecendo o fim das eleições para governador de estado... Em dezembro de 1966, Castelo Branco apresentou ao Congresso Nacional um projeto de Constituição que incorporava todas as resoluções dos atos institucionais. Pressionado pelo poder do presidente, o Congresso aprovou essa Constituição em janeiro de 1967. (CARDOSO, 2006, p. 227).

Passagem 3

O governo decreta o AI-5

A recusa da Câmara dos Deputados em permitir o processo contra o deputado Márcio Moreira Alves foi o pretexto que a linha dura esperava para fechar o Congresso Nacional e estabelecer um governo controlado apenas pelos militares. Para isso, Costa e Silva publicou mais um ato institucional em dezembro de 1968, o AI-5. Esse ato dava ao presidente poderes para governar sem ser controlado por nenhum civil. Essa demora em radicalizar de vez a ditadura no Brasil pode ser explicada pela contradição que os militares viviam. Segundo ele (sic), o golpe de 1964 foi necessário para garantir a democracia no

país, que estaria ameaçada pelos comunistas. Mas, para derrotar esses supostos comunistas, os golpistas acabaram com a democracia que afirmavam defender... (CARDOSO, 2006, p. 229).

Passagem 4

Guerrilha no país

Em 1969, surgiram movimentos armados para combater o governo. O ex-capitão Carlos Lamarca liderou um desses movimentos; Carlos Marighela, militante comunista, liderou outro. Os integrantes desses movimentos criaram núcleos de treinamento guerrilheiros, como ocorreu na região do Araguaia e do Vale do Ribeira, e organizaram assaltos a bancos para financiar a guerrilha. Em 1969, o embaixador estadunidense Charles Elbrick foi sequestrado por um desses grupos, que exigiu a libertação de quinze presos políticos, enviados para o México. Em março de 1970, em São Paulo, houve outro sequestro, dessa vez, do cônsul do Japão, Nobuo Okuchi, trocado por cinco presos políticos, que foram enviados ao México. Em junho de 1970, quarenta presos políticos foram enviados à Argélia, em troca do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben. Em janeiro de 1971, o embaixador da Suíça, Giovani Bücher, foi trocado por setenta presos políticos, que foram exilados no Chile. Esses acontecimentos, em geral, não eram divulgados pelos meios de comunicação, que estavam sob controle da censura... (CARDOSO, 2006, p. 230).

CAPÍTULO 21 Brasil: o “milagre econômico”

Passagem 5

(1969-1979)

“Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho.” Nas palavras do então presidente da **República**, general Emílio Garrastazu Médici, em março de 1973 o Brasil era uma ilha de tranqüilidade. Mas será que o país parecia tão bom assim para todos os brasileiros?... (CARDOSO, 2006, p. 234).

Passagem 6

Concentração de renda

Em 1969, com o general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, os militares da linha dura passaram a governar o país. Durante o governo Médici, os opositores foram perseguidos, presos ou mortos. Muitos deixaram o país... (CARDOSO, 2006, p. 236).

Passagem 6

A força da propaganda

Com empréstimos estrangeiros, os governos militares realizaram grandes obras, que eles consideravam necessárias ao crescimento da economia brasileira, Foram feitas principalmente obras de infraestrutura... Essas obras eram utilizadas também para fazer propaganda do governo, simbolizando sua grandiosidade. O governo usava a expressão “Brasil – grande potência” para traduzir a ideia de uma economia poderosa que poderia ser alcançada por meio de um crescimento acelerado... A propaganda dos governos militares também se aproveitava de acontecimentos esportivos, como o milésimo gol de Pelé e a vitória da Seleção Brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970. Depois do milésimo gol, marcado em novembro de 1969, Pelé desfilou em carro aberto em Brasília e foi recebido pelo presidente Médici, que lhe concedeu uma medalha e o título de comendador. Os vencedores da Copa do Mundo de 1970 receberam tratamento semelhante. As datas comemorativas como o 7 de setembro, também foram transformadas em ocasiões para louvar os militares. Era comum ver alunos marchando como soldados em cerimônias públicas. O dia 31 de março era festejado nas escolas, com os alunos em fila para ouvir discursos e cantar o Hino Nacional em comemoração à chamada “Revolução de 64” (CARDOSO, 2006, p. 237).

CAPÍTULO 22 Brasil: o fim da ditadura

Passagem 7

(1974-1989)

“É para abrir mesmo. Quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento.” Nessa frase atribuída em 1978 ao general João Baptista Figueiredo, o futuro presidente do país se refere à chamada abertura e manifesta sua visão sobre o fim da **ditadura** no Brasil. Apesar de não ter cumprido o que supostamente disse, deixando de punir alguns militares contrários ao fim da ditadura, Figueiredo foi o último presidente militar... (CARDOSO, 2006, p. 244).

Passagem 8

Lenta e Gradual

Com o fim do governo Médici e do “milagre econômico” brasileiro, os militares da linha dura deixaram o governo. O presidente da República escolhido pelos militares para governar o Brasil de 1974 a 1979 foi o general Ernesto Geisel, um opositor da linha dura. Geisel era partidário do primeiro presidente militar, Humberto Castelo Branco, e, assim como ele, defendia que os militares deveriam deixar o governo. (CARDOSO, 2006, p. 246).

Passagem 9

O governo Geisel contra a oposição civil

O governo Geisel propôs uma “abertura lenta, gradual e segura”, que pretendia garantir a saída dos militares e a volta dos civis de maneira tranquila. Geisel queria principalmente que os políticos afastados pelo **golpe de estado** de 1964 não retornassem

ao poder... Para controlar a velocidade da abertura, o governo Geisel tomou algumas medidas que impediram a oposição de ter maioria no **Congresso Nacional** e entre os governadores dos estados. A principal medida adotada foi a Lei Falcão, elaborada em 1976 pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. Essa lei impedia que os candidatos se apresentassem na televisão... O governo também criou os senadores “biônicos”, assim apelidados porque não eram eleitos, mas indicados pelos deputados estaduais. (CARDOSO, 2006, p. 246).

Passagem 10

O governo Geisel contra a oposição militar

Mesmo fora dos quadros do governo, os militares da linha dura continuaram agindo. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi preso em São Paulo e levado a um quartel para prestar depoimento sobre suas atividades. No dia seguinte, Herzog apareceu morto. Os militares informaram que ele havia se suicidado, mas logo foi provado que fora torturado até a morte. Em janeiro de 1976, o metalúrgico Manoel Fiel Filho morreu nas mesmas condições. Para evitar que a linha dura utilizasse os assassinatos como forma de pressão contra a abertura, o presidente Geisel afastou o comandante militar de São Paulo, general Ednardo d'Ávila Melo, suspeito de apoiar os militares da linha dura. Em setembro de 1977, o ministro do Exército, Silvio Frota, lançou-se candidato à Presidência, Geisel o demitiu do ministério. Limpa a área, os alinhados a Geisel escolheram o general João Figueiredo para próximo presidente, com a garantia de que ele iria continuar o processo de abertura. (CARDOSO, 2006, p. 246-247).

Passagem 11

O governo Figueiredo

Em agosto de 1979, o presidente João Figueiredo promulgou a Lei da Anistia, que devolveu os direitos políticos a todos os cidadãos prejudicados pelo golpe de 1964. Em dezembro, de 1979, com o objetivo de dividir e enfraquecer a oposição, o governo acabou com os únicos partidos que existiam (a Arena e o MDB), permitindo a criação de novos partidos políticos. Formaram-se então cinco partidos... Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mas mesmo durante o governo Figueiredo os militares da linha dura continuaram praticando atentados contra entidades que defendiam a abertura política e o respeito aos direitos humanos. Em agosto de 1980, a sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Câmara dos Vereadores e a redação do jornal *Tribuna da Luta Operária*, todos na cidade do Rio de Janeiro, sofreram atentados a bomba. Na OAB, uma mulher morreu e um homem ficou gravemente ferido. Mais pessoas ficaram feridas nos outros atentados. Em maio de 1981, duas bombas explodiram antes do início de um *show* no centro de convenções Riocentro, durante as comemorações do Dia do Trabalho (CARDOSO, 2006, p. 247).

Passagem 12

O governo Sarney

Tancredo Neves foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, mas não chegou a tomar posse. Desta vez, não havia oposição de

militares, mas sim uma enfermidade que o levou à morte em abril. Quem assumiu a presidência foi o vice-presidente José Sarney. Após assumir o governo, o presidente José Sarney cuidou de restabelecer a chamada normalidade democrática ou Estado de Direito. Uma das medidas adotadas permitiu a livre associação política. Com isso, novos partidos foram criados. Outra medida foi a convocação de uma **Assembleia Nacional Constituinte** para elaborar uma nova **Constituição** (CARDOSO, 2006, p. 249).

Análise de “História Hoje” (a ditadura militar no Brasil)

Como já foi constatado, a comunicação persuasiva produzida no sistema de ensino é denominada **persuasão cognitiva**. Na primeira parte encontram-se as origens civis do golpe militar, notadamente o apoio do principal porta-voz da elite paulista, o jornal O Estado de S. Paulo, que por meio do grupo fundador – a Família Mesquita – e das páginas de opinião, sempre externou sua maneira de ver o mundo, com base nos preceitos da livre iniciativa e dentro de uma conduta liberal. É citado o apoio ao golpe por parte do jornalista e político Carlos Lacerda. “História Hoje” propõe um conteúdo mais objetivo, sem a emissão de juízo de valor e evitando maiores adjetivações. O mesmo tom de discurso ocorre nas passagens seguintes.

Na segunda parte, são narrados os desdobramentos do golpe militar, com a contextualização das eleições para governadores em 1965 e a decretação dos Atos Institucionais 2 e 3. A situação se repete no trecho seguinte, sobre o AI-5, e na passagem 4, relativa ao surgimento da guerrilha. A seguir aparece a descrição de eventos relacionados com o governo Geisel.

O autor explica como funcionaram os planos econômicos do regime militar, largamente empregado como conteúdo de propaganda política. As cinco últimas passagens relatam a transição do governo Geisel para o de Figueiredo e o começo da abertura política, antecipada pelos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manoel Fiel Filho (1976). São mencionados, ainda, os últimos atentados terroristas organizados por setores dos serviços secretos das Forças Armadas. No mesmo trecho, os autores de “História Hoje” recordam as principais decisões políticas de Figueiredo, como a efetivação do projeto de anistia e a

promessa não cumprida de punir os oficiais comprometidos com a tortura e responsáveis por atentados.

No encerramento, o autor versa sobre a transição do último governo militar para o primeiro governo civil. Narra a eleição de Tancredo Neves pelo Congresso Nacional, sua morte, a posse de José Sarney na Presidência da República e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. O livro termina seu relato sobre o fim do regime militar ao mencionar que em 1988 o país ganhou sua primeira Constituição democrática, a segunda se levamos em conta a de 1946.

A partir dessa construção analítica, verifica-se que em “História Hoje” a categoria persuasiva denominada **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada**. O tema e as ideias do autor se sucedem de forma bem planejada para descrever didaticamente os desdobramentos da ditadura militar e dos chamados Anos de Chumbo. Predomina o procedimento **argumentativo**, porém, na sexta passagem, o procedimento é uma fusão do **psicológico** com o **semiológico linguístico** por conjugar elementos de captação de receptores por meio de produção de emoções acionados por jogos de palavras e figuras e estratégias de linguagem.

5.3 AS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE FREI BETTO EM “BATISMO DE SANGUE”

Carlos Alberto Libânio Christo, popularmente conhecido como Frei Betto, é um dos mais prestigiados intelectuais de esquerda da história recente do Brasil. Escritor, jornalista, orador de primeira linha, o religioso foi testemunha e participante ativo dos movimentos de contestação de esquerda criados a partir de 1964. Por meio do livro “Batismo de Sangue”, ele desvela o seu ponto de vista sobre vários temas que se desdobram em um tema principal: a morte do líder guerrilheiro Carlos Marighella. Mais adiante, a visão de Frei Betto se alinha com a do historiador Jacob Gorender.

No encerramento deste trabalho, analisamos os textos de dois oficiais que serviram ao regime militar durante os Anos de Chumbo, o tenente-coronel Licio Maciel e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Eles propõem outra visão histórica sobre os fatos que desencadearam a repressão política após a promulgação do AI-5, em 1968.

“Batismo de sangue”, por Frei Betto

I Carlos, o Itinerário

Passagem 1

Marighella aproveitou a estada em Havana para redigir o documento *Algumas Questões sobre a Guerrilha no Brasil*, posteriormente divulgado entre a dissidência do PCB que aceitou a sua liderança e formou, em torno dele, o Agrupamento Comunista de São Paulo. Dedicado à memória do “Comandante Che Guevara” e tornado público pelo *Jornal do Brasil*, na quinta-feira, 5 de setembro de 1968, o documento iniciava com a afirmação de que a guerrilha é “o caminho fundamental, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder”. À revolução cubana é atribuído o mérito de introduzir o “papel estratégico da guerrilha” no cenário da história, quando a inexistência de guerra mundial impedia que o imperialismo fosse derrotado pela guerra civil... Segundo Marighella, a guerrilha brasileira teria uma “liberdade de movimentos que não é permitida ao inimigo, lançado aos azares de uma perseguição interminável em áreas rurais tremendamente hostis e desconhecidas. Além disso, a diversidade de territórios e a variedade de ocupações da numerosa população do país possibilitam a guerrilha dispor de reservas estratégicas tais como: recursos de potencial humano, amplamente reforçados pelos contingentes de operários e camponeses; e recursos oriundos do potencial econômico das áreas urbanas... (BETTO, 2001, p. 45-46)

Passagem 2

Marighella não acreditava que a luta armada se desenvolvesse de um só jato... Ao descartar a concepção maoísta do fuzil subordinado ao Partido Marighella beirou a concepção foquista, ao formular que a primeira fase da guerrilha dependia da “existência de um pequeno núcleo de combatentes (...) imune ao convencionalismo dos partidos políticos de esquerda tradicional”... Caberia ao núcleo de combatentes complementar sua ação militar, levando a luta ideológica ao conhecimento do povo, expondo “as massas, com muita clareza, o objetivo da guerrilha”, tendo em vista “assegurar o apoio político e revolucionário das massas”. Obedecer um plano estratégico e tático global, com “base na realidade objetiva”, seria a condição para garantir que a guerrilha não venha ser uma iniciativa isolada”... (BETTO, 2001, p 47).

Passagem 3

A parte final do Pronunciamento identificava a concepção de partido com a experiência de imobilidade política tida por seu autor no PCB: “O Agrupamento Comunista

de São Paulo é contrário à organização de outro partido comunista. Não desejamos fazer outro partido, o que seria a volta a antigas discussões e até mesmo a repetição da velha estrutura partidária, em prejuízo da atividade revolucionária... A partir de 1968, o Agrupamento passou a constituir uma organização revolucionária, a ALN (Aliança Libertadora Nacional). O programa básico do movimento dirigido por Marighella propunha “derrubar a ditadura militar”... Carlos Eduardo Fleury, militante da ALN – hoje desaparecido, certamente assassinado pela ditadura – e meu companheiro no Presídio Tiradentes, disse-me um dia, num banho de sol, quando conversávamos sobre Marighella: – Veja Betto, ele teve o mérito de desatrelar a esquerda brasileira da burguesia e de passar da teoria à prática revolucionária. Mas a gente quis ir depressa demais, superestimou a própria capacidade e subestimou as forças do sistema... (BETTO, 2001, p. 52,53-54).

Passagem 4

Marighella era um homem temerário. Certa noite, fui aguardá-lo em um “ponto” na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio. Ele chegou numa Rural Willis, acompanhado de dois militantes. Conversamos à beira das águas escuras da Lagoa... Terminado meu relato, Marighella preparava-se para ir embora quando percebemos que um dos pneus da Rural esvaziara. Fomos trocá-lo e, ao ajeitar o macaco, um susto: uma viatura policial estacionou ao nosso lado. Os soldados da PM queriam saber o que se passava. Explicamos com calma que o pneu furara enquanto eles, discretamente, fitaram o interior da Rural. Perguntaram se precisávamos de ajuda. Agradecemos e dissemos que não era preciso, logo resolveríamos o problema. E, com um frio na espinha, respiramos aliviados quando partiram (BETTO, 2001, p. 71).

Passagem 5

Encontrei Marighella em pleno Jardim Europa, nos primeiros dias de maio de 1969. Esperei-o à noite, num ponto de ônibus da rua Colômbia. O bairro de mansões, guardado por seguranças particulares, dispensava a vigilância das viaturas policiais. Não foi difícil adivinhar que Marighella era o homem corpulento a caminhar lentamente pela calçada, como quem dá um passeio para o jantar. A troca de olhares bastou para que eu abandonasse o ponto de ônibus e o acompanhasse. Ninguém parecia atento a nós, o que se de um lado me tranqüilizou, de outro, deixou-me dúvida se, de fato, Marighella possuía um esquema de segurança. Aliás, achei precaríssima a peruca que ele usava. Temi que mais chamasse atenção do que disfarçasse. Era uma peruca de mulher, cortada rente às orelhas... (BETTO, 2001, p. 74).

IV, MORTE, A CILADA

Passagem 6

Frei Ivo queria passar o fim de semana com sua família, no Rio. No sábado, 1º de novembro de 1969, acertou com Frei Fernando que, por volta das oito da noite, deixariam o convento das Perdizes, em São Paulo, e tomariam o ônibus na rodoviária. Editor da Duas Cidades, Fernando pretendia encontrar-se no Rio com Sinval Itacambi Leão, editor da Vozes (anos mais tarde diretor da revista Imprensa), para discutirem questões de trabalho. Haviam combinado o encontro por telefone. O calor sufocante, pesado da manhã de domingo, molhava de suor as camisas de Ivo e Fernando ao desembarcarem na praça Mauá... Após o almoço tomaram o ônibus para ir à casa de Sinval no Catete. Desceram defronte ao antigo palácio presidencial, coroado por suas águias de bronze... Os dois religiosos caminhavam pela rua Silveira Martins quando foram segurados por trás e

empurrados para o interior de uma perua, que motor ligado os aguardava... Os três policiais – Rubens de Souza Pacheco, Alcides Paranhos Júnior e Luiz Zampolo – traziam armas à mão... Levados ao Cenimar, no quinto andar do Arsenal de Marinha... (BETTO, 2001, p. 169).

Passagem 7

Ingressou na sala em que se encontrava Fernando um homem gordo, alto, rosto redondo e macilento, no qual despontavam os olhos verdes. Pareciam cravejados de ódio. Era o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Filho de um médico-legista da polícia – morto por doença contraída ao necropsiar o cadáver de um preso –, Fleury, órfão de pai aos quatorze anos, tornou-se escrevente do DOPS paulista aos 19. Nascido em 1933, em Niterói, sua fama iniciou-se ao trabalhar como guarda-costas de Roberto Carlos, nos idos dos festivais de música popular da TV Record. A luta pelo monopólio do mercado de drogas da Grande São Paulo o levaria a chefiar o Esquadrão da Morte: grupo de policiais que, acobertado por magistrados, políticos e militares, promovia sistemática campanha de extermínio de traficantes e marginais, entre 1967 e 1974... Deflagrada a luta armada no país, Fleury passou a investigar atividades políticas... (BETTO, 2001, p. 170).

Passagem 8

Ao entrar na sala, o leão-de-chácara dos beneficiários do “milagre econômico” operado pelo regime sabia que jogava sua mais importante cartada. Vocês são base fixa de Marighella – afirmou Fleury, fixando os olhos reluzentes no prisioneiro acuado entre policiais... A mão do chefe do Esquadrão caiu forte sobre o rosto do prisioneiro – Tire a roupa, seu filho da puta! O religioso ficou de cueca, os acólitos da morte empurraram-no ao chão, enfiaram uma trave de madeira sob seus joelhos, curvaram-no, passaram as mãos por baixo da trave, amarraram seu corpo como um frango no espeto. No pau-de-arara, a cabeça e os ombros de Fernando pendiam para baixo, posição dilacerante para as juntas e para a coluna. Segundo consta, uma invenção escravocrata aperfeiçoada pela energia elétrica. – Como é que Marighella entra em contato com você? – indagou Fleury. Fernando não respondeu. Fios desencapados foram ligados em seu corpo e a corrente elétrica inoculada nos músculos, qual serpente mortífera desenrolando-se nas entranhas. As pontas dos fios prendiam-se às extremidades das mãos e dos pés... A sessão de choques prolongou-se pelo resto da tarde. Durante horas o prisioneiro resistiu, aspirando a morte... – Como Marighella entra em contato com vocês – berrava Fleury, enquanto seus auxiliares introduziam, lentamente, o fio na uretra de Fernando. A corrente elétrica, ligada, explodiu em dor os limites de sua resistência macerada pelas longas e atrozes sevícias... (BETTO, 2001, p. 171-172).

Passagem 9

Fleury queria explicações de como ele entrava em contato com Marighella. O prisioneiro respondeu que jamais soubera onde residia o comandante da ALN ou se possuía um número de telefone que pudesse ser chamado. Despejaram água em seu corpo e apertaram ainda mais o fio na uretra. Em convulsões o religioso disse que não tinha meios de chegar a Marighella... Era o líder revolucionário que ligava para a livraria onde Fernando trabalhava, marcando os contatos... – Aumentem a descarga até ele lembrar! – gritou o delegado para seus acólitos... O corpo do prisioneiro tentava, em vão, erguer-se no ar, fugir dos choques, estrebuchando em contrações, crivado por infinitas agulhas elétricas – Como Marighella se identifica ao telefone? – berrou o chefe do Esquadrão. – Por uma senha – Que senha? Como é a senha?... Diz que é “o Ernesto” e

marca hora em que devo encontrá-lo na “gráfica” – Onde fica a gráfica? indagou Fleury. Na Alameda Casa Branca, altura do número 800 (BETTO, 2001, p. 172-173).

Passagem 10

Apertadas pelas cordas, as mãos do Frei Fernando ficaram vermelhas e inchadas. Dir-se-ia que estavam cobertas por luvas de mancha rubra. O delegado Fleury estranhou o sintoma; com a prática que possuía, identificava reações anômalas de um organismo torturado. Os cursos da Academia Interamericana de Polícia, no Panamá – frequentada por militares e policiais brasileiros – davam instruções meticulosas sobre os métodos inquisitoriais e suas reações. De noite o prisioneiro foi descido do pau-de-arara, enquanto chegava o médico. O corpo suado, dilacerado, sangrava e ardia. O doutor examinou-o, constatou que não havia risco iminente de morte e, para tranquilidade dos policiais, permaneceu na sala, orientando quando deveriam parar de bater e quando podiam bater. Os chutes e as pancadas já não arrancavam qualquer ruído da boca de Fernando... (BETTO, 2001, p. 173-174).

Passagem 11

A frente de Frei Ivo, “Alemão”, assemelhava-se a um executivo tratando de seus negócios: abriu o fichário de aço, puxou uma pasta, espalhou sobre a mesa exemplares do jornal do diretório estudantil do Instituto de Filosofia e Teologia de São Paulo, do qual, há mais de um ano, o estudante dominicano fora redator-chefe... Logo, conduziram-no a outra sala: – Tire a roupa – ordenou um dos cinco policiais presentes. Ivo foi dependurado no pau-de-arara, e a serpente elétrica ligada a seu corpo. Entre convulsões e dor, percebeu quando Fleury e “Alemão” ingressaram na sala. As perguntas se multiplicavam: Você é da ALN? Conhece o Marighella? Como faz para chegar no Marighella? Fez política estudantil? Tem amantes? O que sabe da vida íntima de padres e bispos?... Fleury insistia: Vocês são base-fixa do Marighella... O fio desencapado foi introduzido no pênis do dominicano... As perguntas sucediam-se: – Onde mora o Marighella? Quem pôs vocês em contato com ele?... Ivo lembrou-se da cena evangélica de Jesus sendo espancado, sob a indagação dos soldados: “Adivinhe quem bateu em você?” (Lucas 22,64)... A dor aguda, provocada pelos golpes no estômago e nos órgãos genitais, suspendia a respiração de Ivo... A resistência do religioso chegou aos limites. Ivo admitiu que conhecia Marighella... (BETTO, 2001, p. 174-175).

Passagem 12

– Confesse que você esteve com ele há 15 dias, seu filho da puta! Ivo imaginou que Fernando deixara escapar a informação – Onde foi o encontro? – indagou o policial... Na Alameda Casa Branca, altura do número 400... (BETTO, Frei, São Paulo, 2001, p. 176)... Após o banho, Fernando e Ivo foram reunidos em outra sala, frente a um aparelho de videoteipe, apesar das marcas de tortura que traziam no corpo. Cortesia dos programas da AID (Agência Internacional de Desenvolvimento). “Alemão” ou “Mike” explicou que a gravação seria remetida ao presidente Médici, e que eles deveriam responder de acordo com os esquemas preparados pelos “técnicos”, caso não quisessem retornar ao pau-de-arara. Os “técnicos” eram, com certeza, os oficiais do Cenimar. Um deles fazia as perguntas e outro ditava as respostas. Quando um dos frades dizia algo que não lhes agradava, a cena era repetida sob ameaças... Mais tarde, essa gravação foi exibida a vários bispos como prova de nossa “cumplicidade com o terrorismo” (BETTO, 2001, p. 174-176-177).

Passagem 13

Não dependia apenas do depoimento dos religiosos a descoberta dos pontos de apoio aos que lutavam ao lado de Marighella na capital bandeirante. A pista dessa rede começou a ser levantada pela repressão desde setembro de 1969, após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos... O Frei Domingos Maia Leite, provincial dos dominicanos no Brasil, dormia tranquilamente em seu quarto ao ser acordado por fortes batidas na porta. Olhou o relógio: três da madrugada... O delegado Fleury, acompanhado por vários policiais, acabava de invadir o convento, prendera Frei Tito de Alencar Lima e Frei Giorgio Callegari e queria que o provincial e o vice-prior, Frei Sérgio Lobo, fossem também ao DOPS... Giorgio e Tito ficaram presos. Foram torturados por Fleury com palmatórias e choques elétricos. O delegado mostrava-se incansável no seu sadismo... Os encontros do Frei Fernando com o comandante da ALN eram sempre marcados pelo próprio Marighella... Pode-se aventar a hipótese de que havia um encontro marcado para a noite do dia 4... a ser confirmado por telefonema à livraria... Segundo essa hipótese, mediante torturas, Fleury teria arrancado essa informação dos frades... No quarto andar do DOPS Ivo e Fernando permaneceram, sem comer e dormir... Puderam perceber que os agentes policiais estavam de sobreaviso. O clima era de nervosa expectativa... (BETTO, 2001, p. 179, 181-183).

Passagem 14

Carlos Marighella encontrava-se em São Paulo nos primeiros dias novembro de 1969. Não viajara e decidira, naquela tarde de 4 de novembro, antecipar seu próximo contato com Fernando, exatamente para a noite do mesmo dia... Antônio Flávio Médici de Camargo, então próspero corretor de imóveis e proprietário da Distribuidora Paulista de Valores, em cujo apartamento Marighella se hospedava... Camargo possuía um Mercedes Benz, no qual costumava servir de motorista para o comandante da ALN. No início da noite de 4 de novembro, Marighella deixou o apartamento de Camargo ao lado do anfitrião para dirigir-se à Alameda Casa Branca... Na tarde de 4 de novembro, Marighella esteve reunido com dois dirigentes da ALN: Otávio Ângelo, metalúrgico que sabia transformar sucata em armas, e a militante Guiomar Silva Lopes... “durante a reunião fora citada a queda de padres dominicanos”... Frei Ivo foi retirado da cela em torno das sete da noite de 4 de novembro de 1969 e conduzido ao segundo andar do DOPS. Havia grande movimentação de policiais fortemente armados... No térreo, Ivo entrou no Volks azul em que Fernando se encontrava... (BETTO, 2001, p. 185, 186-187).

Passagem 15

De dentro do Volks, Ivo reparou quando Marighella, sozinho, caminhava do outro lado da rua... Apesar da peruca que usava, o comandante da ALN foi reconhecido pelos policiais antes de se aproximar do carro. O tiroteio teve início, enquanto policiais abriam a porta do Volks e retiravam bruscamente os religiosos, pelo lado esquerdo... Deitados na calçada, os dois ficaram com o rosto virado para o chão. Não viram Marighella tombar morto. Apenas ouviram o tiroteio intermitente que não deve ter durado mais de três ou quatro minutos. Cessada a fuzilaria, Fernando viu sair de uma caminhonete estacionada perto do Volks um homem moreno, alto, elegantemente vestido, que foi trazido pelos policiais e algemado junto com os frades. Os três foram embarcados no camburão e conduzidos ao DOPS. Tudo seria simples e confirmaria a versão policial que pesa sobre os dois dominicanos – a exclusiva responsabilidade pelo assassinato do famoso combatente comunista... “Operação Bata Branca foi bem mais complexa do que se supõe (BETTO, 2001, p. 188).

Passagem 16

O cerco à Alameda Casa Branca só foi levantado uma hora após a morte de Marighella... Ao ser liberado o acesso à rua, a imprensa pôde constatar que ali se passara algo mais do que o fuzilamento de Marighella: a investigadora Estela Borges Morato fora atingida por um tiro na testa, do mesmo calibre usado pelo delegado Fleury. Veio a falecer três dias depois. O protético alemão Friederich Adolf Rohmann, que se recusara a parar seu Buick (era neurótico de guerra e estivera em campo de concentração), estava morto. O delegado Rubens Cardoso de Mello Tucunduva, um dos responsáveis pela operação fora baleado na coxa direita. Cinco automóveis estavam crivados de balas, conforme registra a perícia do Instituto de Polícia, assinada em 11 de novembro de 1969 por Vladimir Zubkovsky e José Márcio Miranda... Tantos feridos e estragos comprovam a hipótese de tiroteio sem alvo fixo. Marighella movia-se quando foi atingido, o que contraria a versão policial de que já se encontrava no interior do carro... (BETTO, 2001, p. 188-189).

Passagem 17

Segundo parecer de Nelson Massini, professor de medicina legal da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marighella foi mesmo assassinado antes de entrar no carro em que se encontravam Ivo e Fernando. O parecer demonstra que o disparo que atingiu Marighella nas nádegas não ficou alojado em seu corpo nem tem correspondente na entrada da lataria do veículo. Quanto à posição do corpo de Marighella no carro, o professor Massini verificou “que a posição do cadáver não é natural e sim forçada, revelando claramente que o corpo foi colocado no banco traseiro do veículo”... Hoje não há mais dúvida: Marighella foi abatido fora do carro em que se encontravam os frades... *A nossa pergunta se os frades deveriam ser tidos como traidores de Marighella, o delegado Benedito Nunes [diretor do DOPS à época] nos respondeu categoricamente, que não. E explicou que os freis Fernando e Ivo, presentes no local da morte de Marighella, haviam sim marcado o encontro, mas ignoravam o cerco policial em que morreria tragicamente o líder terrorista. Nem mesmo era intenção das autoridades policiais a morte de Marighella, mas a sua prisão e enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Quando esboçou resistência é que foi baleado. Os dominicanos foram envolvidos pela trama muito bem tecida pelos delegados do DOPS.* (BETTO, 2001, p. 174, 175-189).

Análise de “Batismo de Sangue”

O tema central escolhido por Frei Betto em “Batismo de Sangue” é o ex-guerrilheiro Carlos Marighella, sobre o qual ele propõe algumas questões¹¹. Por exemplo, o líder comunista esteve em Cuba, para aprender táticas de luta armada, onde redigiu um documento intitulado “Algumas Questões sobre a Guerrilha no Brasil”. Por intermédio de Frei Betto, é possível conhecer melhor o pensamento de

¹¹ Carlos Marighella nasceu na Bahia nos anos 30. Era filho de um imigrante italiano com uma brasileira. Ingressou na Juventude Comunista, aderiu ao PCB e morou na China pós-revolução, onde aprendeu técnicas de guerrilha. No Brasil, fundou a Aliança Libertadora Nacional e liderou a criação dos grupos armados de pregação marxista. Foi morto em 1969, numa emboscada montada em zona nobre de São Paulo, em circunstâncias polêmicas descritas neste trabalho.

Marighella. Ele desacreditava na luta armada construída rapidamente, era contra a subordinação dos exércitos guerrilheiros a um partido comunista e, portanto, havia rompido com a chamada linha maoísta, que se apoiava nas estratégias adotadas pela revolução comunista da China, em 1949. Marighella era um “foquista”. Estava mais para Che Guevara, pois acreditava numa combinação de ações armadas com pregação ideológica como forma de angariar apoio popular.

Frei Betto assinala que, na parte final do manifesto, Marighella reafirma sua concepção em favor da manutenção da esquerda em torno do Partido Comunista Brasileiro, alinhado com a tradição soviética. Mas, para facilitar a mobilidade da revolução, grupos armados poderiam ser constituídos de forma independente para conduzir o “Partidão” ao poder.

Assim, Marighella fundou o Agrupamento Comunista de São Paulo, ressaltando sua lealdade ao PCB. Em 1968, a organização liderada por Marighella foi convertida em Aliança Libertadora Nacional (ALN), e a plataforma política principal passava pela derrubada da ditadura militar. Frei Betto também realiza um *flash back* de sua própria atuação política e expõe sua capacidade de conciliar a atividade na instituição dominicana com procedimentos clandestinos de enfrentamento contra o governo de exceção.

Repetindo, o tema central de “Batismo de Sangue” é Marighella. O autor chama atenção para o fato de que o ex-guerrilheiro descuidava da própria segurança, o que ficou evidente em um episódio narrado sobre um encontro em que ele chegou à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, a bordo de um veículo com problemas de manutenção. Num outro encontro, em pleno Jardim Europa, em São Paulo, no começo de 1969, de acordo com Frei Betto, Marighella compareceu sem qualquer esquema de proteção.

Na parte 4, denominada “Morte, a Cilada”, o cenário muda. Surge a realidade da tortura. Frei Betto reproduz com riqueza de detalhes a captura dos colegas de seminário, encurralados no Rio de Janeiro e conduzidos à prisão e à violência física nas dependências do Arsenal da Marinha. O autor de “Batismo de Sangue” detalha o modo de agir do então chefe do DOPS de São Paulo, o

delegado Sérgio Paranhos Fleury, deslocado ao Rio para arrancar dos dois religiosos uma informação que considerava muito importante: como Carlos Marighella procedia para se esconder da repressão e, ao mesmo tempo, manter contato pessoal com seus colaboradores.

Frei Betto descreve Fleury como um sádico. Fleury – filho de um médico-legista da polícia, morto por doença contraída ao necropsiar um cadáver – se tornara órfão de pai aos 14 anos, tornando-se escrevente do DOPS aos 19. Na mesma passagem, é feita uma menção ao fato de que, no meio artístico, o policial já era conhecido por agir com truculência, como guarda-costas do cantor Roberto Carlos, durante os festivais promovidos por emissoras de televisão.

Num dos trechos de “Batismo de Sangue”, Frei Betto detalha a sessão de tortura sofrida por Frei Fernando e conduzida por Fleury. O objetivo era forçar, a qualquer preço, o prisioneiro a prestar informações que permitissem a captura de Marighella. A violência contra o religioso incluiu socos, pontapés, choques elétricos e pau-de-arara. A tortura cometida contra Frei Ivo é igualmente detalhada.

Os quatro últimos trechos descrevem a situação de Marighella horas antes do tiroteio. Houve uma emboscada seguida da fuzilaria que redundou na morte do guerrilheiro na região dos Jardins em São Paulo. Segundo Frei Betto, um dos laudos periciais, assinado por técnico de credibilidade, atesta que Marighella foi executado antes de ser colocado no Volkswagen azul, onde o corpo foi apresentado à imprensa pela polícia.

O autor reforça a tese de que os dois dominicanos agiram mediante tortura e foram envolvidos num simulacro montado por Fleury. À época, as forças de segurança e o governo militar lançaram a versão de que Ivo e Fernando delataram e ajudaram a montar a cilada contra Marighella.

O discurso de Frei Betto é uma narrativa intercalada entre primeira e a terceira pessoa, e notoriamente uma versão parcial dos fatos. Defende um lado, e, portanto, busca um convencimento. Trata-se da comunicação persuasiva genuína. Frei Betto é um intelectual diretamente ligado à fundação da chamada Teologia da

Libertação, isto é, o encontro de Jesus Cristo com Karl Marx. Sua retórica é construída sobre uma sucessão de fatos bem encadeados, enfatizando as ideias e justificando os argumentos. No caso dos trechos analisados, estamos diante de uma competente produção textual com **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada**.

Os temas repetidos: Marighella revolucionário, Marighella até certo ponto despreocupado com sua segurança, Marighella perseguido e morto, Sérgio Paranhos Fleury, um truculento torturador a brutalizar dois frades como forma de obter confissão. A maneira como os padres foram conduzidos ao ponto de emboscada, os depoimentos e os laudos técnicos demonstram que a polícia armou um esquema para incriminar os dois frades, envolvendo-os artificialmente na morte de Marighella. Pela **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** por procedimento **argumentativo**, Frei Betto busca a absolvição dos dois religiosos na emboscada contra Marighella. De acordo com sua versão, essa emboscada foi arquitetada pela mente ardilosa e perversa de Sérgio Paranhos Fleury.

5.4 AS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE “COMBATE NAS TREVAS”

Outra maneira de fazer aflorar as memórias dissonantes ou traumáticas é produzir conteúdo bibliográfico híbrido entre a comunicação persuasiva e persuasão cognitiva. É a estratégia de discurso percebida ao penetrarmos no universo de lembranças de Jacob Gorender. Professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, ex-militante comunista, dono de texto tecnicamente irrepreensível, ele estabelece nexos causais entre os fatos.

Gorender detalha e esclarece questões de domínio público e, ao fim de cada capítulo, lança mão da produção de referências bibliográficas e de depoimentos de personalidades com credibilidade junto à opinião pública brasileira. Dentre as 127 páginas do livro “Combate nas Trevas”, destacamos dez passagens por meio das quais nos propomos a avaliar a estratégia discursiva de Gorender.

Passagem 1

Imersão na luta armada (Capítulo 21)

Ao iniciar-se o ano de 1969, a ALN e a VPR concluíram que o comprometimento prático com a luta armada se confirmou acertado diante do fechamento completo da ditadura militar. O capítulo das lutas de massas estava encerrado. Nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas. As vanguardas revolucionárias não podiam ser partidos políticos com braços armados, mas organizações de corpo inteiro militarizadas e voltadas para as tarefas da luta armada... Enquanto a ditadura militar bloqueava o acesso às massas e as ações da ALN e da VPR se prestigiavam pela publicidade, subia a pressão pelo imediato engajamento na luta armada dentro das organizações da esquerda radical... Já iniciada nas ações no final de 1968, a Ala Vermelha praticou mais três assaltos a agências bancárias, o confisco de dinamite de uma pedreira e a expropriação de máquinas gráficas... No 1º de Maio de 1969, o pessoal da Ala Vermelha ocupou a estação emissora Rádio Independência, em São Bernardo, e difundiu uma proclamação... No PRT, a pressão pela realização das ações expropriatórias provocou aguda luta interna e uma situação de divisão das facções... Processo de luta interna de natureza idêntica se desenvolveu no PCBR. O começo da imersão na luta armada partiu do Comitê Regional de Pernambuco. Pra despistar, um grupo de fogo se deslocou a João Pessoa e, em maio de 1969, arrebatou de dois funcionários do Banco da Lavoura a valise com um depósito da Companhia Souza Cruz... A 10 de outubro de 1969, o assalto a um transportador de dinheiro da Souza Cruz, em Olinda, deixou o rastro trágico da morte de Nilson Lins, funcionário daquela empresa... (GORENDER, 1998, p. 167-169).

Passagem 2

O súbito aumento da escalada da luta armada pôs à mostra a incapacidade do aparelho policial para o enfrentamento das novas organizações revolucionárias. Além de funcionarem no ritmo burocrático das repartições públicas, os DEOPS se achavam minados pela corrupção. Ganharam fama delegados paulistas com predileção por prisões de gente rica para extorquir dinheiro... Uma vez que em São Paulo mais se multiplicavam as ações de guerrilha urbana, fundou-se ali, a 29 de junho de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN), iniciativa conjunta do general Canavarro Pereira, comandante do II Exército... e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré... Uma vez que não constava em nenhum organograma do serviço público, a OBAN tinha caráter extralegal... O êxito alcançado pela experiência-piloto de São Paulo venceu as objeções de oficiais que julgavam indevido ou inconveniente o envolvimento institucional do Exército em missões policiais. Em setembro de 1970, por decreto do Presidente Médici, a OBAN se integrou no organograma legal sob a denominação de DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações da Defesa Interna do II Exército). Assumiu o comando do DOI/CODI paulista o major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficial de Estado-maior. Ustra sistematizou as operações de investigação, captura, interrogatório e análise de interrogatórios, fichário, cruzamento de informações... (GORENDER, 1998, p. 170-171).

Passagem 3

Os assaltos confiscatórios de dinheiro e de armas produziam ainda outro efeito extremamente negativo, a respeito do qual as direções clandestinas formavam uma idéia falsa. Repetiam-se os episódios em que humildes vigilantes de bancos e soldados, que

resistiam à tomada de suas armas, saíam feridos ou mortos nos choques com guerrilheiros. Tais fatos ganhavam estrondoso alarde na imprensa e na televisão e fomentavam a animosidade da opinião pública... (GORENDER, 1998, p. 173).

Passagem 4

Capítulo 23

Golpe de mestre: sequestro do embaixador dos Estados Unidos

No final de agosto de 1969, o Congresso ainda fechado, o general Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral. Devia sucedê-lo o vice-presidente Pedro Aleixo, de acordo com a Constituição de 1967. Mas o vice-presidente civil foi enxotado e assumiu a Presidência a junta constituída pelos três ministros militares: Lyra Tavares, da Guerra, Augusto Rademacker, da Marinha, e Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica. Como se não bastasse o estupro da Constituição do próprio regime, a 4 de setembro, em plena Semana da Pátria, a Junta Militar se viu colocada em xeque: um comando revolucionário sequestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick... (GORENDER, 1998, p. 181).

Passagem 5

Capítulo 26

Assassinato de Mário Alves e implosão do PCBR

Confirmou-se o pressentimento. Escondido no lugar combinado, os agentes do I Exército o imobilizaram e conduziram até o quartel da rua Barão de Mesquita. As câmaras de tortura ainda não eram vedadas e à prova de som. Por isso, alguns presos – entre eles, Antônio Carlos de Carvalho e Raimundo Teixeira Mendes – puderam ouvir o interrogatório horas seguidas. Horas de cassetetes de borracha, pau-de-arara, choques elétricos, afogamentos. Mário Alves recusou dar a mínima informação e, naquela vivência da agonia, ainda extravasou o temperamento através de respostas desafiadoras e sarcásticas. Impotentes para quebrar a vontade de um homem de físico débil, os algozes o empalaram usando um cassetete de madeira com estrias de aço. A perfuração dos intestinos e, provavelmente, da úlcera duodenal, que suportava há anos, deve ter provocado hemorragia interna. Cedo pela manhã, alguns presos o reconheceram estirado no chão, o corpo cheio de hematomas, arquejante, sangrando pelo nariz e pela boca, moribundo. O nome de Mário Alves de Souza entrou para lista dos “desaparecidos” que nunca teriam sido presos (GORENDER, 1998, p. 203).

Passagem 6

Datado de 30 de junho de 1970, o escrito assinado por Cláudio (Lamarca), sob o título *Frente – A grande tarefa*, apresentava, o esboço histórico de uma coligação de organizações da esquerda armada. No final de 1969, marcou-se uma reunião entre dirigentes da VPR e da ALN para 6 de novembro... Operante no decorrer de 1970, a Frente evoluiu no sentido da fusão orgânica... À associação VPR-ALN se somaram o MRT e a

REDE. Ao MRT se agregou o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), um grupúsculo de pessoal migrado de Minas para São Paulo, também desprendido da Ala Vermelha... Em julho, representantes do MR-8 e do PCBR compareceram a reuniões da cúpula da Frente em São Paulo e aceitaram a aliança na atuação prática. Também o POC teve alguma ligação com a Frente... Muito ativa nas ações expropriatórias e na propaganda armada em São Paulo, deveu-se à Frente o assalto que produziu o maior resultado financeiro, com exceção da apropriação do cofre de Adhemar. A 15 de setembro de 1970, um carro blindado da transportadora de valores Brink's foi interceptado, na Rua Estados Unidos, por destacamento de quinze elementos, entre os quais se achavam alguns dos melhores homens da *linha de frente*... A continuação dos assaltos acentuou a imagem negativa da esquerda armada no meio da população... 1970 foi o ano em que o sequestro teve a maior utilização e chegou ao esgotamento como forma de luta... (GORENDER, 1998, p. 215-217).

Passagem 7

Capítulo 30

A guerrilha abafada

Para a esquerda, a guerrilha urbana devia ser preparatória da guerrilha rural. Nenhuma das organizações empenhadas na guerrilha urbana chegou à guerrilha rural... Unicamente o PC do B conseguiu preparar e efetuar verdadeiras operações de guerrilha rural... Ao começar o ano de 1972, três destacamentos de guerrilheiros estavam treinados e arregimentados para luta... Naquele momento, a guerrilha urbana já se achava em extinção... Assim, o começo da luta por iniciativa do Exército, a 12 de abril de 1972, antecipou de pouco tempo o que estava planejado pela Comissão Militar no Araguaia... O relatório Arroyo atribuiu a delação a Pedro Albuquerque, estudante cearense que, junto com sua companheira (grávida na ocasião), abandonou a guerrilha... tendo sido preso no aeroporto de Fortaleza.. Cercados, colocados na defensiva, sem qualquer possibilidade de reposição de baixas (ao contrário do inimigo), os guerrilheiros iam sendo dizimados... Nos últimos dias de dezembro de 1973, os paraquedistas penetraram no reduto da Comissão Militar. Maurício Grabois e Haas Sobrinho morreram em combate. Já haviam tombado Dinalva Teixeira (Dina), José Francisco Chaves, operário comunista desde 1935, André Grabois, filho de Maurício. Os sobreviventes foram sendo abatidos inapelavelmente... (GORENDER, 1998, p. 234-237).

Passagem 8

Capítulo 31

Sem nenhuma idéia de quedas do PCBR no Rio e em São Paulo, fui à casa de um companheiro na noite de 20 de fevereiro de 1970, conforme combinado. Chovia e eu segurava o guarda-chuva aberto, quando a janela do apartamento térreo se escancarou e apareceram à minha frente uma carabina, uma metralhadora e um revólver 38. A função começou por uma dose de choques elétricos. O delegado Ivair distribuía instruções com profissionalismo. Vez por outra, reclamava do exagero do serviço... Mas o serviço prosseguia. Depois de pontapés e *telefones*... alguns aplicados pelo próprio Ivair, chegou a vez do pau-de-arara. Trailer, o especialista, na hora se gabou de já ter pendurado até um pernetá. De pés e mãos atados por cordas, seguro à trave de face para cima, eu ia recebendo choques elétricos em várias partes do corpo, queimaduras na planta dos pés, *telefones*... (GORENDER, 1998, p. 245-246).

Passagem 9

Capítulo 32

A violência do opressor

Violência não é fenômeno extraordinário na sociedade burguesa. Faz parte do cotidiano. Nas situações de pretensa normalidade democrática, quando a hegemonia burguesa parece alcançar consenso generalizado, as classes subordinadas e exploradas podem até não ter a percepção... O golpe direitista de 1964 arrancou os véus que disfarçavam a violência do Estado burguês no Brasil. O poder militarizado fez questão de torná-la demonstrada. O combate sem trégua e sem regra às organizações de esquerda foi um dos aspectos – não o único – dessa violência ampliada e exibicionista. Para começar, lembremos a militarização dos julgamentos por crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional, a partir do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965. Depois, os acusados de crimes políticos tiveram suspensa a prerrogativa do *habeas corpus*, a partir do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968... A militarização judicial acompanhou a militarização do combate direto às organizações de esquerda. Elaborada na Escola Superior de Guerra, a doutrina da segurança nacional colocou este combate na categoria de *defesa interna*, de *casus belli* da responsabilidade das próprias forças armadas. Em 1964, só a Marinha possuía um centro de informações – o Cenimar. Em 1967 e 1970, respectivamente, surgem o Centro de Informações do Exército (CIE) e o da Aeronáutica (CISA). Por iniciativa do general Golbery do Couto e Silva, fundou-se, em 1964, o SNI, cérebro do sistema de inteligência... (GORENDER, 1998, p. 256-257).

Análise do “Combate nas Trevas”

Planejamento, sustentabilidade das ideias e dos temas caracterizam e pontuam a **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada**. Trata-se da estrutura de discurso detectada como categoria de comunicação persuasiva predominante em “Combate nas Trevas”. Na primeira passagem, a narrativa versa sobre um posicionamento claro da extrema-esquerda dos anos 60 e 70, não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, em particular, e em diversas partes do mundo, em geral: a luta de classes como estratégia para a tomada do poder pelo proletariado e a instauração de um regime comunista de partido único.

Se a ditadura militar “bloqueava o acesso às massas”, a resposta política deveria ser enérgica. Registram-se a radicalização da luta armada, o surgimento de novos organismos de repressão sob o comando das Forças Armadas e o começo do desgaste dos grupos armados junto à opinião pública, a qual rejeitava as ações violentas, como assaltos a bancos, a veículos de transporte de valores,

principalmente quando essas operações redundavam na morte de vigias e policiais. O sequestro do embaixador norte-americano é elevado ao posto de “golpe de mestre”. O governo militar decreta o AI 5. Na passagem 8, Gorender detalha os estertores da guerrilha no campo, numa sequência de fatos desencadeados em 1972, e finaliza ao confirmar a presença decisiva dos paraquedistas do Exército, treinados especialmente para o combate na selva, como elemento responsável pela dizimação dos guerrilheiros.

Na sequência, ele conta a sua experiência pessoal como torturado. Descreve a tortura como resultado de um sistema perverso que funcionava em linha de produção. Conforme o padrão de brutalidade entrava em cena um especialista: o homem do choque elétrico, o torturador do pau-de-arara e assim por diante. Essa lógica de brutalidade, no entendimento de Gorender, criou uma cultura de violência implícita na sociedade brasileira da época. A descentralização do processo repressivo, inicialmente restrito ao Cenimar¹², e à doutrina da segurança nacional como sustentáculo filosófico, forjada na Escola Superior de Guerra, são contadas pela **repetição de temas e idéias de maneira orquestrada** pelo procedimento **argumentativo**.

Entretanto, a repetição de temas e ideias de maneira orquestrada, no caso de “Combate nas Trevas”, pode ser considerada como sistema estrutural do texto. Isoladamente, o emprego de substantivos com finalidade adjetiva, o uso de chavões e de linguagem ideológica, nos permitem buscar outras classificações isoladas. Para exemplificar, numa das passagens, a expressão “organizações revolucionárias” aparece como procedimento **linguístico-semiológico**, na medida em que o termo é empregado dentro de uma visão subjetiva. O que é revolucionário para Gorender não o é para os militares que chamam de “revolução” justamente o golpe militar de 1964. Da mesma forma, a expressão “estupro da Constituição” é uma forma de dizer que a Constituição foi desrespeitada. Para

12 Cenimar – Centro de Informações da Marinha. Foi o primeiro organismo de informações e inteligência instaurado no âmbito das Forças Armadas, criado durante o governo Juscelino Kubitschek pelo decreto 42.688, de 21 de novembro de 1957. Posteriormente, ao longo dos governos militares pós-64 seriam criados centros semelhantes dentro da estrutura do Exército e da Aeronáutica. No auge do regime militar foi criado o Serviço Nacional de Informações, que centralizava a atuação dos organismos internos das Forças Armadas. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=173722>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

descrever a mesma situação. Poderia ser substituída por outra expressão vulgar como jogaram a Constituição na lata do lixo.

Na quinta passagem, Gorender usa a expressão “ações expropriatórias”, repetida na seguinte. Por ações expropriatórias, subentende-se a ocorrência de assaltos a mão armada, numa linguagem típica da esquerda. O mesmo ocorre com “grupúsculo”, palavra usada para desmoralizar um pequeno grupo, sob o aspecto quantitativo e qualitativo. Como foi dito, a categoria persuasiva de “Combate nas Trevas” é a **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** pelos procedimentos **argumentativo e linguístico-semiológico**.

5.5 AS MEMÓRIAS DISSONANTES DE UM ANTICOMUNISTA

A complexidade da memória traumática do período da ditadura militar no Brasil estabeleceu uma guerra de retórica por meio da mídia. Assim como ex-militantes de esquerda escrevem livros para promover sua versão dos fatos, denunciar a tortura e tentar, por determinada angulação, fazer valer a sua versão da história, seus inimigos também trocaram o método violento por canetas, processadores de textos e outros recursos para apresentar a sua perspectiva. Em geral são militares da reserva, cujos livros são editados ou patrocinados por clubes de oficiais.

É o caso de “Guerrilha do Araguaia, relato de um combatente”, escrito pelo tenente-coronel Licio Maciel, que serviu às forças especiais do exército brasileiro, durante o período de repressão à guerrilha, na região do Araguaia. Maciel é um anticomunista confesso e tem a sua maneira de relatar os acontecimentos do período de radicalização da luta armada.

Capítulo 1 – PRIMÓDIOS

A imprensa tem sistematicamente publicado versões fantasiosas e mentirosas de alguns combates e incidentes da guerrilha do Araguaia. São versões “por ouvir dizer”, escritas maliciosamente por quem não tem a mínima idéia do que seja um combate, muito menos na selva. Sem exceção, são todos eles, jornalistas de esquerda, comunistas e inocentes úteis. Os anticomunistas e realistas desapareceram e silenciaram... Se os poucos militares combatentes ainda vivos, participantes, se omitirem, ficará valendo a versão dos derrotados. Deixo aqui o meu convite, verdadeiro apelo, aos reais combatentes para que deixem seu depoimento... Os primeiros mortos na luta do Araguaia foram quatro militares e um morador que tinha servido de guia para a primeira patrulha que entrou na selva; só depois começaram as baixas entre os guerrilheiros. Isto é uma demonstração irrefutável de que os militares agiam com comedimento... Hoje tentam tornar crível uma série de mentiras, que sugerem aos moradores da área, com interesses pecuniários, que repetem. Mas contra fatos não há argumentos. O PC do B tem por emblema a foice e o martelo, além do próprio emblema revelador... Todos os componentes do grupo militar da guerrilha, encabeçados por Zé Carlos (André Grabois), foram formados em terrorismo nos países comunistas. E, mesmo assim querem convencer que lutavam contra a ditadura. Já estavam em treinamento muito antes de 64, logicamente para tomar o poder. Em 1952, Marighella estava na Academia Militar de Pequim... (MACIEL, 2008, p. 29-30).

Passagem 2

Capítulo 2 – DESCOBERTA DA GRANDE ÁREA

*“Nós somos da Pátria a guarda. Fiéis soldados, por ela amados.
Nas cores da nossa farda, rebrilha a glória, fulge a vitória”*

Pedro Albuquerque Neto (“Jesuíno”), preso pela Polícia Federal em Fortaleza, CE, por vagabundagem (sem documentos), declarou ter fugido de um campo de treinamento de guerrilha localizado no sudeste do Pará. A verdade, declarou ele, é que sua mulher, Tereza Cristina (Ana), engravidou e eles receberam ordem de fazer o aborto. Inconformada, ela resolveu desertar e os dois realizaram a fuga juntos. Tereza subornou um morador com algumas jóias, e conseguiram sair da selva, indo para Fortaleza, onde foram presos pela polícia. Prestaram declaração e foram recolhidos ao xadrez. Arrependido por ter falado e principalmente por saber que seria justicado pelos companheiros (como declarou posteriormente), tentou suicídio... Por sorte o depoimento de Pedro Albuquerque foi remetido diretamente ao CIE/ADF, Brasília... A grande área presumida foi bloqueada por tropa da 8ª RM... A grande área presumida foi bloqueada por tropa da 8ª RM nos principais pontos da Trans-Amazonica (Marabá) e Belém-Brasília, Araguaína e Imperatriz... (MACIEL, 2008, p. 37).

Passagem 3

Capítulo 4 – COMBATE COM O GRUPO MILITAR

“A paz queremos com fervor. A guerra só nos causa dor. Porém, se a Pátria amada for um dia ultrajada lutaremos sem temor”

O combate do dia 25 de dezembro de 1973, o chafurdo de Natal, também foi muito mais importante que um simples combate terminado, em que uma guerrilheira

fanática acerta dois militares. Com o combate contra o grupo militar da guerrilha, os bandidos ficaram desmoralizados, e, na realidade, foi o começo do fim... (MACIEL, 2008, p. 52).

Passagem 4

Capítulo 5 – COMBATE COM O GRUPAMENTO A

*“Com ânimo forte, se for preciso, enfrenta a morte.
Afronta se lava com fibra de herói gente brava”*

Incidente com a guerrilheira Lúcia Maria de Souza, a “Sônia”. “Atirar em mulher é muito difícil. Temos que mudar as formas das silhuetas no stand de tiro”... Sombra e água fresca, a paz continuava para eles na mata, uma vez que os militares “derrotados”, tinham se retirado. Para nós, atividade febril, estava começando a fase de caça aos guerrilheiros, que teria de ser final, a dos combates na mata, já que eles não aceitaram a proposta para se entregarem... Não achei o revólver dela em meio à densa folhagem... Eles continuavam fugindo e atirando. Atravessaram o córrego. Como anoitecia – a mata já ficando por demais escura – dei o sinal para a equipe parar de voltar; atravessar o córrego seria muita exposição ao inimigo. Difícil decisão, abandonar a perseguição depois de estabelecido o contato, sangue quente. Voltamos. Aproximando-me de “Sônia”, caída, já quieta, ela abriu fogo a queima-roupa quando me agachava para vê-la melhor. Tinha conseguido achar a arma. Caí desacordado. Curió, que vinha atrás de mim, foi atingido no braço. A equipe reagiu no reflexo, atirando no vulto, que já era bem difícil de distinguir... (MACIEL, 2008, p. 58-59).

Passagem 5

Capítulo 6 – COMBATE DECISIVO

*“Você sabe de onde eu venho?
Venho do morro, do Engenho,
Das selvas, dos cafezais”*

Foi o denominado “Chafurdo de Natal”, o combate que marcou a derrocada da guerrilha. Sobre este combate, de 25/12/1973, escrevo segundo informações de participantes e pelo que li a respeito ao longo de todos esses anos. Embora existam várias versões, todas são semelhantes, diferindo apenas na hora do combate e no número dos mortos imediatos. Considerei esta versão a mais provável, ligando os fatos, juntando as partes... Eram 16 guerrilheiros, sendo que 9 foram, mortos e 7 conseguiram fugir na confusão do tiroteio... Osvaldão foi um dos que escaparam por estar um pouco distante do local no momento do combate. Sua base da Gameleira já havia sido destruída... (MACIEL, 2008, p. 64).

Passagem 6

Capítulo 7 – MORTE DE OSVALDÃO

*“Venho das praias sedosas, das montanhas alterosas.
Dos pampas, do seringal. Das margens crespas dos rios,
Dos verdes mares bravios de minha terra natal”*

No início de fevereiro de 1974, os militares estavam seguindo os rastros dos guerrilheiros e sabiam que Osvaldão estava por perto (o tamanho da “prancha 48 bico largo”, solado de pneu, o denunciava nos rastros deixados na trilha). O morador Arlindo “Piauí”, mateiro de uma patrulha, pressentiu sua presença, chamou pelo nome e o derrubou com um tiro de chumbeira. Estava assim morto o “valente guerrilheiro”... (MACIEL, 2008, p. 66-67).

Passagem 7

Capítulo 8 – LIMPEZA DA ÁREA

*“Nós somos estes infantes cujos peitos amantes.
Nunca temem lutar; vivemos, morremos,
Para o Brasil nos consagrar!”*

Limpeza da área, no linguajar militar, corresponde a assegurar que não há mais inimigo na área, destruídas todas suas armadilhas, seus acampamentos, pontos de abastecimento, enfim, área limpa de inimigos... Em final de fevereiro de 1974, caem os guerrilheiros “Nelito”, “Pedro Carretel”, “João Goiano”, “Rosa”... Restavam 15 guerrilheiros em toda a área... Em seguida, caíram “Josias”, Lauro” e “Cristina”... Em abril morrem “Simão” e “Raul”... O Arroyo foi morto em São Paulo... A cúpula do PC do B, o Comitê Central, de apoio logístico à guerrilha, tinha sido neutralizada em São Paulo e Rio de Janeiro... Dada a ordem de ataque, o militar é avesso a dar contra-ordem, principalmente na guerra na selva... É incompreensível que os guerrilheiros não tivessem executado um plano de fuga, “uma retirada estratégica”... O pessoal do Grupo da Ilha tentava contato com os guerrilheiros, mas os que escaparam fugiram para o exterior; Jane Vanini, por exemplo, foi morta no Chile. Seu marido, Sérgio Capozzi, deve ter levado a mesma breca. Outros do bando muitos outros, devem estar por aí disfarçados, sem terem necessidade de fazer plástica (MACIEL, 2008, p. 68-71).

Passagem 8

Capítulo 9 – O HOMEM PERANTE A GUERRA

“Senhor, tu que ordenaste ao guerreiro de selva: “Sobrepulai todos os vossos oponentes. Dai-nos hoje da selva a sobriedade para persistir; a paciência para emboscar; a perseverança para sobreviver; a astúcia para dissimular; a fé para resistir e vencer; e dai-nos também, Senhor, a esperança e a certeza do retorno. Mas, se defendendo esta brasileira Amazônia tivermos que perecer, ó Deus, que façamos com dignidade, e mereçamos a vitória. Selva!”...

Desde jovem, vendo filmes de guerra, sempre fiquei surpreso, espantado e desapontado em constatar que, mesmo em verdadeiros paraísos, como Havaí e Filipinas, Midway, Java, Sumatra, Tailândia ou muitos outros exemplos, os homens só enxergavam uma guerra, atirando e matando uns aos outros, como se fossem bestas enfurecidas... (MACIEL, 2008, p. 74).

Análise de “Guerrilha do Araguaia: Relato de um combatente”

Estruturalmente, o texto do tenente-coronel Licio Maciel é baseado na estratégia persuasiva da **repetição de temas de ideias de maneira orquestrada**. Maciel, um combatente de primeira hora das forças especiais, ou unidades de elite do Exército, participou do enfrentamento nas selvas da Amazônia, iniciado em 1969 e finalizado, como ele explica, ao final de 1974, ano em que os últimos guerrilheiros tombaram crivados por balas de soldados e, em pelo menos um caso, aqui contatado, por meio de tiro de chumbo grosso, desferido por um “mateiro”.

Maciel relata os “primórdios” da guerrilha, qualifica a imprensa brasileira de “fantasiosa” e afirma que, bem antes do golpe de 1964, André Grabois e Carlos Marighella já recebiam treinamento em países de bandeira comunista, como Cuba e China. O objetivo era a realização de ações armadas no país. Com isso, Maciel sustenta a tese de que a montagem de grupos armados para enfrentar a ditadura militar era apenas um pretexto. Os guerrilheiros sonhavam com o Brasil comunista muito antes do golpe de 1964.

A sucessão de capítulos revela como um desertor (Jesuíno) forneceu as primeiras pistas para levar os militares ao esconderijo dos guerrilheiros. O resultado foi um combate ferrenho no qual dois militares foram feridos. Maciel revela as dificuldades psicológicas para alvejar mulheres, o que exigiu treinamento específico em estande de tiro, e relata o tiroteio acirrado no qual morreu a guerrilheira Sônia. Antes de ser morta por um militar, Sônia atingiu Maciel com um tiro à queima-roupa. Ele caiu desacordado. O “Chafurdo de Natal”, de acordo com a narrativa de Maciel, resultou na derrocada da guerrilha e na morte do guerrilheiro Osvaldão a tiros de espingarda de caça por “Piauí”, mateiro contratado pelos militares para servir de guia na selva.

A análise de discurso sobre “Guerrilha do Araguaia, relato de um combatente”, nos remete também à **exploração dos sentimentos**. Só para recordar, algumas características dessa classificação persuasiva: é largamente usada em textos políticos; é uma comunicação de domínio exclusivo do persuasor; trata-se de comunicação em que o emissor e a mensagem estão distantes do

receptor; bloqueia a possibilidade de reinterpretação de alguma informação incorreta, ou relacionada com versões conflitantes. Dessa maneira, o autor, numa linguagem muito particular, mistura textos descritivos com poemas, hinos militares, palavras de ordem, orações e outros recursos. No caso de Maciel, a **exploração dos sentimentos** aparece vinculada a procedimentos **psicológicos e de linguagem**.

5.6 “A VERDADE SUFOCADA” DO CORONEL USTRA

“Comandei o DOI-CODI¹³ II Exército, de 29/09/1970 a 23/01/1974, período em que as organizações terroristas atuaram com maior intensidade. Neste livro conto como os órgãos de segurança as derrotaram.” Em “A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, o atual oficial da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra argumenta que “esta guerra” matou aproximadamente 500 combatentes de ambos os lados. Segundo ele, esses números são insignificantes se comparados com o resultado de enfrentamentos semelhantes ocorridos em outros países da América Latina.

Na opinião do ex-comandante do DOI-CODI, existe, atualmente, no país, um ambiente de vingança por parte dos remanescentes da esquerda contra os militares. O coronel Ustra expressa uma visão comum a amplos setores das Forças Armadas: a versão da esquerda sobre o golpe militar, a repressão e a tortura, não passam de propaganda daqueles que saíram derrotados. Em trecho não incluído na análise de discurso desta pesquisa, mas mencionado aqui, Ustra polemiza com os remanescentes da esquerda a partir de 1985, quando foi acusado pela ex-deputada federal e atriz Beth Mendes de tê-la torturado nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo.

¹³ DOI-CODI era a sigla do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna. Tratava-se de organismo repressivo instaurado para combater os opositores de regime militar. Doutrinariamente, pautava-se pelos conceitos de segurança nacional elaborados no âmbito da Escola Superior de Guerra. Havia dois escritórios centrais do DOI-CODI, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, com ramificações nos demais estados.

Passagem 1

Intentona Comunista

Em 11 de junho de 1935, o governo Vargas decretou a extinção da ANL, e de outras organizações de cunho marxista-leninista. Embora setores mais esclarecidos da sociedade reagissem às primeiras atividades desenvolvidas pelos comunistas – infiltração, propaganda e aliciamento – e o Brasil não estivesse preparado para uma revolução, os dirigentes da Internacional Comunista não pareciam se preocupar com tais fatos. O Komintern exigia ação. O grupo chefiado por Luís Carlos Prestes tinha a missão de implantar no Brasil uma ditadura comunista. Ordens vieram de Moscou para que o PCB agisse o mais rápido possível. Luís Carlos Prestes concordou com o desencadeamento do movimento armado que vitimou centenas de civis e militares. Os recursos de Moscou, para o financiamento da revolução, eram destinados a Celestino Paraventi, velho conhecido de Prestes no Café Paraventi... A polícia, convencida de que o dinheiro vinha pelo Uruguai, jamais descobriu. Paraventi recebia as remessas regularmente por sua conta no Banco Francês e Italiano... O movimento deveria eclodir, simultaneamente, no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Por erro de interpretação de um código, a insurreição, começou prematuramente, no dia 23 de novembro de 1935, em Natal, quando dois sargentos, dois cabos e dois soldados do 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), cerca de 300 homens da extinta Guarda Civil e poucos civis assumiram o controle da cidade. Foram três dias de violência e terror. Saques, estupros e arrombamentos foram a tônica das ações desencadeadas pelos revoltosos... (USTRA, 2007, p. 47).

Passagem 2

“Tribunal Vermelho e os julgamentos do PCB”

Segundo a esquerda radical, revolucionário comunista não é assassino. Os assassinatos de pessoas – inclusive de seus companheiros de partido – são chamados de “julgamentos”, feitos em nome da “liberdade e da democracia”. Em nome desses valores distorcidos, um “Tribunal Vermelho”, composto às vezes por duas ou três pessoas, julgava sumariamente, todos os que desejavam abandonar as fileiras da organização, desiludidos com a ideologia, ou aqueles que se tornavam suspeitos de uma possível delação... Os “julgamentos”, abaixo relacionados, sugerem que muitos outros podem ter sido cometidos, sem que seus autores e suas vítimas chegassem ao conhecimento público... **Tobias Warchavski, Walter Fernandes da Silva – 1935, Bernardino Pinto de Almeida – “Dino Padeiro” – 1935, Afonso José dos Santos, Elvira Cupelo Colônio ou Elza Fernandes – 1936** [Ustra cita detalhadamente como estes ex-militantes do PCB, ou colaboradores dos anos 30, foram executados dentro do esquema de julgamento] (USTRA, 2007, p. 47).

Passagem 3

Carlos Marighella, o ideólogo do terror

Carlos Marighella nasceu em Salvador, Bahia, em 05/12/1911. Sua trajetória revolucionária remonta à década de 30. Em 1932, ingressou na Juventude Comunista e na Federação Vermelha dos Estudantes. Em 1936, abandonou o curso de Engenharia, cumprindo ordens do partido, foi para São Paulo reorganizar o PCB. Em 1939, foi preso

pela terceira vez e encaminhado para Fernando de Noronha... No manifesto de agosto de 1950, Marighella já pregava a luta armada, conduzida por um Exército de Libertação Nacional. Como membro da Executiva, chefiou a primeira delegação de comunistas brasileiros à China em 1952... Em julho de 1967, foi convidado, oficialmente, para participar da 1ª Conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), onde se discutiria um caminho para a difusão da luta armada no continente. Desautorizado pelo partido e contrariando as linhas de ação adotadas pelo PCB, Marighella embarcou para Havana com passaporte falso... Terminada a conferência, Marighella ficou alguns meses em Cuba com a certeza do apoio de Fidel a um foco guerrilheiro no Brasil. Em fins de novembro foi expulso do PCB... (USTRA, 2007, p. 166-167).

Passagem 4

Marighella e o clero

Outras adesões viriam. No convento dos dominicanos, na Rua Caiubi, nº 126, no bairro de Perdizes, São Paulo, vários religiosos aderiram ao AC/SP, Frei Oswaldo Augusto de Resende Júnior liderou várias reuniões congregando frades dominicanos, que se interessavam por política. Participavam dessas reuniões, entre outros, frei Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), frei Fernando de Brito, frei Tito de Alencar Lima, frei Luiz Felipe Ratton... e Ives do Amaral Lesbaupin (frei Ivo)... No segundo semestre de 1968, frei Betto foi encarregado do setor de imprensa – difundir o jornal *O guerrilheiro* e textos de Marighella –, e manter contato com Joaquim Câmara Ferreira, “Toledo”, que coordenava as ações em São Paulo... (USTRA, 2007, p. 168-169).

Passagem 5

Morte de Marighella

Marighella foi morto na noite do dia 4 de novembro de 1969, dentro de um carro, na Alameda Casa Branca, zona nobre de São Paulo... Frei Fernando e frei Ivo foram ao Rio e combinaram, por telefone, um encontro. Ao comparecerem ao “ponto” foram presos. Interrogados, entregaram o esquema. Marighella marcava os “pontos” com ligações telefônicas para frei Fernando, na livraria Duas Cidades em que ele trabalhava, usando a senha: “Aqui é da parte de Ernesto. Esteja hoje na gráfica”... O dispositivo para prender Marighella foi armado. Homens escondidos nos edifícios em construção e numa caminhonete observavam tudo. Do outro lado da rua, o delegado Fleury fingia namorar. Mais adiante, outro casal também “namorava”... Marighella chegou pontualmente às 20h00, dirigiu-se ao fusca e entrou na parte traseira. Frei Alves e Fernando saíram rapidamente do carro e se jogaram no chão. Percebendo a emboscada, imediatamente reagiu à prisão e foi morto. Marighella seguiu as normas de seu manual. Portava um revólver e duas cápsulas de cianureto. Na ocasião, em meio ao intenso tiroteio, morreram também a investigadora Stela Morato e o protético Friedrich Adolf Rohmann, que passava pelo local do tiroteio... Em 1996, um dossiê da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça contestou a versão oficial de sua morte e homologou a decisão de conceder o pagamento de indenização à sua viúva Clara Charf... (USTRA, 2007, p. 170-171).

Passagem 6

Sonho de uma guerrilha rural

O sonho de implantar uma região de guerrilha vinha de longe. Mesmo antes da Contra-Revolução, militantes comunistas eram encaminhados a Cuba e a Pequim para fazer cursos de guerrilha... Em junho de 1966, no Rio de Janeiro, a VI Conferência Nacional do PC do B elegeu os membros do comitê central: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Diógenes de Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Cordeiro Oest e Elza Lima Monnerat. Nessa conferência foi aprovado um documento, em que se destacava o chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo, do qual extraí o trecho abaixo:

“A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular... que implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilha e na criação de bases de apoio no campo... A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas...” (USTRA, 2007, p. 173).

Passagem 7

Recrutamento dos jovens

Aproveitando o idealismo dos jovens, sua ousadia, sua esperança de poder reformar o mundo, o PCB reunia grupos e, discutindo política, inculcava nos jovens as idéias do Manifesto Comunista de Marx e Engels. As organizações de esquerda, tendo como suporte experientes militantes comunistas, sempre dispensaram especial atenção ao recrutamento dos jovens – mesmo aqueles no início de sua adolescência -, conhecedores de sua impetuosidade, da alma sonhadora, inquieta e aventureira da juventude. A penetração de idéias subversivas era feita no momento em que o jovem sentia problemas sociais no meio em que vivia... (USTRA, 2007, p. 173).

Passagem 8

Assalto ao Hospital Militar 22/06/1968

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) procurava aumentar o seu material bélico. Eduardo Leite, o “Bacuri”, e Wilson Egídio Fava deram a idéia de assaltar e roubar armas dos soldados que davam guarda no Hospital Militar do Cambuci. Wilson Fava, quando soldado, já dera guarda no hospital e conhecia as instalações. Seria uma operação sem risco, porque o hospital ocupava uma grande área e nela existiam dois postos de sentinela: um na entrada principal e outro nos fundos. O acesso aos dois postos era bem fácil, pois cada um tinha um portão e o trânsito de veículos era pouco intenso. Segundo a VPR, além dos roubos das armas, a ação serviria, também para a propaganda da luta armada no Brasil. Feito os levantamentos, foi escolhido o dia 22 de junho de 1968, à 1 hora da madrugada, exatamente no horário da troca de guarda... O primeiro grupo cumpriu facilmente a missão. Ao chegar ao portão, piscou os faróis, o “tenente” saiu do carro e a sentinela, sem qualquer pergunta, o deixou entrar, assim como o Fusca do segundo grupo. Após dominarem o soldado, seguiram até o alojamento onde estavam sentados, conversando, sete soldados que também foram rendidos. O segundo grupo chegou ao portão principal... Na operação nenhum tiro foi efetuado, pois todos os soldados se

renderam... Sem dúvida, foi uma operação bem planejada e com êxito... (USTRA, 2007, p. 189-190).

Passagem 9

Atentado ao QG do II Exército 26/06/1968

Na madrugada fria e nublada do dia 26 de junho de 1968, no Quartel General do II Exército, o silêncio e a tranquilidade eram visíveis. Oficiais, sargentos e soldados dormiam e descansavam. Nos seus postos as sentinelas estavam atentas... Quando assumiram o serviço de guarda no QG, foram instruídos quanto aos procedimentos em caso de um ataque às instalações do quartel. Todos estavam tensos e ansiosos... Mal sabiam que um grupo de dez terroristas, entre eles duas mulheres, rodava em um pequeno caminhão, carregado com 50 quilos de dinamite, e mais três fuscas, na direção do QG. Tinham a intenção de causar vítimas e danos materiais... Por medo e por covardia não tiveram a coragem de atacá-lo de outro modo que não fosse por um ato de terror... O soldado Mário Kozel Filho, pensando que se tratava de um acidente de trânsito saiu do posto com a intenção de socorrer algum provável ferido. Ao se aproximar, uma violenta explosão provocou destruição e morte num raio de 300 metros... Passados alguns minutos, quando a fumaça e a poeira se dissiparam, foi encontrado o corpo do soldado Kozel, totalmente dilacerado (USTRA, 2007, p. 191-192).

Passagem 10

“Tribunal Revolucionário” e novas sentenças

1. Major do exército alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen

Em 1968, o capitão do exército boliviano Gary Prado fazia o Curso de Estado-Maior, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, junto comigo. Ele ficara conhecido internacionalmente como o oficial que teria participado da perseguição e morte, nas matas da Bolívia, do guerrilheiro Che Guevara... O “Tribunal Revolucionário” foi convocado e o oficial boliviano condenado a morte. Para a ação ter êxito, o levantamento começou nas saídas da Escola de Estado-maior (ECEME), seguindo o oficial até sua residência na Gávea... No dia 1º de julho de 1968, João Lucas Alves, Severino Viana Collon e mais um terceiro militante, até hoje não identificado, todos do Comando de Libertação Nacional (COLINA), em Fusca, ficaram à espreita na Rua Engenheiro Duarte, na Gávea... ao avistarem o oficial executaram-no, fria e covardemente, com dez tiros... Mais tarde ao abrirem a pasta, verificando os documentos do “justiçado”, constataram o terrível engano. Gary Prado fora salvo por um levantamento malfeito... haviam assassinado o major alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen, colega de Gary Prado... (USTRA, 2007, p. 197).

Passagem 11**Capitão do Exército dos Estados Unidos Charles Rodney****Chandler – 12/10/1968**

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) desejava realizar uma ação que tivesse repercussão no exterior, ao mesmo tempo em que a projetasse no âmbito das organizações terroristas nacionais... Foi discutida a possibilidade de assassinar o capitão do Exército dos EUA Charles Rodney Chandler, aluno bolsista da Universidade de São Paulo... Fazia um curso de Sociologia e Política da Fundação Álvares Penteado, em São Paulo... Concluído o levantamento, os dados foram entregues ao grupo de execução, formado por: Pedro Lobo de Oliveira – VPR; Diógenes José de Carvalho Oliveira – VPR; e Marco Antonio Braz Carvalho – ALN... O grupo de execução o espreitava com uma metralhadora INA e dois revólveres calibre 38. O carro usado foi um Volkswagen, que impediu a passagem do carro do capitão. Diógenes José Carvalho Oliveira descarregou à queima roupa os seis tiros do seu revólver. Em seguida, Marco Antônio Braz Carvalho desferiu-lhe uma rajada de metralhadora. No interior do carro, crivado de balas, estava morto Charles Rodney Chandler. (USTRA, 2007, p. 197, 198-199).

Passagem 12**Lamarca rouba as armas que a nação lhe confiou****24/10/1969****Lamarca antecipa a ação**

A presença da tropa em Itapecerica da Serra, a incursão no sítio onde era pintado o caminhão, a prisão dos quatro terroristas e a captura do Fusca bege influíram na mudança de planejamento, levando o capitão Lamarca, o sargento Darcy Rodrigues, o cabo Mariani e o soldado Zanirato a anteciparem para as 18h30 do dia 24/01/1969, sexta-feira, a primeira parte do “Plano 4 RI”. Assim, Lamarca, com sua Kombi, retirou da Companhia que comandava sessenta e três fuzis FAL, três metralhadoras INA e uma pistola 45... (USTRA, 2007, p. 203-208).

Passagem 13**Operação Bandeirantes****27/06/1969 a 28/09/1970**

O governo federal continuava preocupado com a escalada do terrorismo em São Paulo. Graças ao trabalho conjunto da 2ª Cia PE e da Secretaria de Segurança Pública, muitos atos de terror foram elucidados e identificados os seus autores... Essa preocupação com a coordenação e a centralização das atividades de combate à guerrilha urbana não era só das autoridades em São Paulo. Com essa finalidade, entre 6 e 8 de fevereiro de 1969, havia sido realizado o I Seminário de Segurança Interna em Brasília, sob os auspícios do Exército, que reuniu os secretários de Segurança, os comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal... No dia 27 de junho de 1969, data oficial da criação da OBAN, o II Exército elaborou um documento CONFIDENCIAL intitulado Operação Bandeirantes... (USTRA, 2007, p. 220-222).

Passagem 14

Batismo de Sangue

05/12/1970

Em novembro de 1970, o delegado Pedro Carlos Seelig prendeu, no Rio Grande do Sul, Delci Fensterseifer, do Comando Regional da VPR. Delci fugira da área de treinamento da guerrilha, no Vale da Ribeira, em 20/04/1970. Submetido a **interrogatório** “entregou” um “ponto” com Yoshitame Fujimore, seu colega de organização, que havia fugido da área no Vale da Ribeira um pouco mais tarde... O delegado Seelig, de posse desses dados, entrou em contato comigo. Acertamos a vinda de Delci para o DOI-CODI II Ex., a fim de cobrir o “ponto” com Fujimore... A nossa expectativa era grande e tínhamos a esperança de que Fujimore “entrasse no ponto”. O local era amplo, uma praça sob um viaduto, na Zona Sul de São Paulo. Pedi ao delegado Sérgio Paranhos Fleury que nos auxiliasse com sua equipe. Essa foi a primeira ação em que tomei parte... (USTRA, 2007, p. 345).

Passagem 15

Governo Geisel

15/03/1974 – 15/03/1979

Ernesto Geisel nasceu em 03/08/1908, em Bento Gonçalves/RS. Aos 13 anos, foi para o Colégio Militar de Porto Alegre. Ao concluir, o equivalente ao segundo grau, foi matriculado na Escola Militar do Realengo, sendo declarado aspirante a oficial em 1928. Apoiou a revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder... lutou contra a Revolução Constitucionalista de 1932... Foi adido no Uruguai e chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército, participando ativamente da Contra-Revolução de 1964. Foi chefe do gabinete militar da Presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobrás no governo Médici. Eleito presidente da República em 15 de outubro de 1973 pelo Congresso Nacional... No início de 1974, havia terminado o prazo de suspensão dos direitos políticos dos primeiros cassados pelo AI-1 em 1964... A oposição começava a ganhar espaço, embora o governo mantivesse uma maioria folgada da maioria na Câmara dos Deputados e no Senado... **O jornalista Vladimir Herzog, sob suspeita de integrar uma célula comunista, foi intimado a comparecer ao DOI/CODI/II Exército. Ao apresentar-se, foi detido para interrogatório. Depois de prestar depoimento, deixado só em uma cela, suicidou-se, no dia 25/10/1975, com o cinto do macacão que usava...** (USTRA, 2007, p. 345).

Passagem 16

Um final feliz

Em 1976, eu chefiava a Seção de Operações do CIE. No mês de outubro, o general Antônio da Silva Campos, meu chefe, recebeu do general Reynaldo Mello de Almeida, então comandante do I Ex, um preocupante telefonema. Segundo o general Reynaldo, uma presa do PCdoB tinha tentado o suicídio, procurando se enforcar com uma meia amarrada ao pescoço. Ele temia que ocorresse um novo caso Herzog... Dado o alarme, o pessoal de serviço correu à cela e encontrou-a quase morrendo por asfixia. Cortaram a meia que apertava o pescoço, que ficou com uma grande marca. Imediatamente, fui para a sede do DOI-CODI e, naquela mesma noite, já conversava com a presa. Foi uma longa conversa, que se estendeu até a madrugada... Nesses diálogos, descobri o carinho e a saudade que ela tinha da mãe... Depois de alguns dias, fui ao

general Reynaldo e sugeri levá-la ao filho e depois, com ele, entregá-la à mãe... Conversamos na calçada da casa. Não me convidaram para entrar. Enquanto conversávamos, alguns vizinhos, talvez avisados pelo casal, nos espreitavam, de longe. Disse-lhe tudo o que tinha ocorrido com a mãe, desde que fora presa. Esclareci que as autoridades haviam tomado a decisão de colocá-la em liberdade, desde que se comprometesse a não mais manter contato com seus antigos companheiros de militância subversiva... (USTRA, 2007, p. 438).

Análise de “A Verdade Sufocada: A História que a Esquerda não quer que o Brasil conheça”

O livro escrito por Carlos Alberto Brilhante Ustra transcorre por meio da **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada**, e da maneira mais racional possível: por intermédio do procedimento **argumentativo**, porém é um livro provocador, na medida em que rebate em tom desafiador o senso comum da opinião pública brasileira. Ele não parte de 1964. Para Ustra, 1935 é o marco zero da luta comunista pela tomada do poder. Luiz Carlos Prestes, em sintonia fina com o chamado Komintern, ou Internacional Comunista, começa o movimento construído sobre dois pilares: recrutamento de militantes de baixa patente das Forças Armadas, operários urbanos com orientação esquerdista e captação de dinheiro para patrocinar o abastecimento material e logístico do que a historiografia do país denomina Intentona Comunista.

Ocorreram atos terroristas em capitais do Nordeste. Foram “três dias de violência e terror, saques, estupros”. Ustra reproduz fatos históricos de um intrincado quebra-cabeças. Ele conta a história dos “justiçamentos”, o sistema de julgamento sumário imposto pelos comunistas contra traidores da causa, inimigos, pessoas que eles entendiam que, assassinadas, gerariam impacto favorável. Na terceira passagem, Ustra dá um salto de 20 anos e apresenta um novo líder radical, iniciado no movimento estudantil baiano dos anos 30, mas catapultado a líder terrorista após treinamento de guerrilha na China e em Cuba, a partir dos anos 50, Carlos Marighella. O herói de Frei Betto é o “ideólogo do terror” de Ustra.

Sua versão dos fatos forma memória dissonante com a de Frei Betto sobre a maneira como Marighella foi executado em 1969, em São Paulo. Para Ustra, vale

a versão oficial. Os frades franciscanos delataram o líder guerrilheiro e participaram da emboscada. São fatos que se encadeiam cronologicamente. O autor condena o aliciamento de jovens para reforçar as fileiras do movimento comunista. Ustra relembra o assalto contra um hospital militar, no dia 26 de agosto de 1968, para continuar construindo a ideia de que os terroristas não brincavam em serviço e deveriam receber tratamento à altura.

A seguir, ele descreve o acirramento da guerra, o surgimento de um perfil de inimigo mais ousado, capaz de cometer atos de extrema audácia, como explodir um quartel-general. A arma, um caminhão-bomba. Na passagem seguinte, Ustra procura desmoralizar a guerrilha, ao mencionar o assassinato de um militar alemão em missão de paz no país, em lugar de um participante da execução de Ernesto Che Guevara, na Bolívia, em 1967.

Em outra ação, a vítima foi o capitão norte-americano Chandler, oficialmente em atividade civil no Brasil como estudante de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Ustra acerta as contas com o inimigo número 1 do Exército Brasileiro. Ele denuncia o esquema montado pelo desertor e traidor Carlos Lamarca, o ex-capitão das Forças Armadas que aderiu à guerrilha e voltou à caserna para subtrair um pequeno arsenal de fuzis automáticos leves, submetralhadoras e uma pistola 45.

Ao relatar esses fatos, o autor justifica a criação dos organismos de cooperação entre as Forças Armadas, Polícias Civis, Forças Militares dos Estados e a Polícia Federal para articular a repressão definitiva à guerrilha. O sistema foi batizado de Operação Bandeirantes (OBAN)¹⁴, coordenada pelo Exército e posteriormente desmembrada nos DOI-CODI. Ustra intitula um dos capítulos de sua obra com a expressão “Batismo de Sangue”. Por coincidência ou ato consciente, empregou o mesmo nome do livro escrito por Frei Betto.

Chama atenção a maneira como o oficial emprega a palavra interrogatório. Na quinta passagem, ele afirma que os frades delataram Marighella durante

¹⁴ Operação Bandeirantes: foi a primeira operação de repressão à esquerda armada, anterior aos DOI-CODI, sob coordenação do CIE (Centro de Informações do Exército) desencadeada a partir dos escritórios do DOI-CODI, de São Paulo, com capilaridade no Rio de Janeiro e estados do Nordeste, para combater os opositores do regime militar. Foi desencadeada em 1969.

interrogatório. Segundo ele, da mesma forma como Delci Fensterseifer, da liderança da VPR, entregou o ponto de encontro com o guerrilheiro Yoshitame, depois de ser interrogado pelo delegado Pedro Carlos Seelig¹⁵, em Porto Alegre.

Ustra revela ainda que seu “batismo de sangue” teve a cobertura do delegado Fleury, que nunca negou os métodos brutais com que tratava tanto prisioneiros comuns quanto prisioneiros políticos. Mais adiante, Ustra aborda um tema delicado. Ao comentar a morte do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, em 1975, usa a expressão “interrogatório seguido de suicídio”. Entretanto, em 1978, ainda sob o governo Ernesto Geisel, a União reconheceu que Herzog morreu após uma sessão de tortura a qual não resistiu, provavelmente em decorrência de problemas cardíacos pré-existentes.

Poderia definir aqui uma classificação não prevista por Miguel Celix: a **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** por aplicação do eufemismo como figura de linguagem. Pela interpretação dos movimentos de esquerda e dos organismos de defesa dos direitos humanos, é possível inferir que Ustra emprega o termo interrogatório para substituir a expressão sessão de tortura.

Nas últimas passagens, Ustra refere-se a uma suposta presa política que teria tentado se enforcar com uma meia e a qual ele libertou da prisão, após convencê-la a romper com o movimento de esquerda. Neste caso, procura passar a ideia de que tentativas de suicídio por enforcamento seriam comuns entre presos

¹⁵ A filha do ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira, Neusah Maria Romanzini Pires Cerveira, que transformou o episódio do sequestro do pai na tese de doutorado em história na USP "Memória da Dor: A Operação Condor no Brasil", concluída em 2007. Ela consultou e reproduziu dezenas de documentos oficiais que tratam de seu pai, desaparecido desde 1974; - Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, a ser designado pela comissão; - Jair Krischke, representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, autor do livro "Brasil e a Operação Condor"; - João Leivas Job, ex-secretário de segurança do Rio Grande do Sul; - Marco Aurélio da Silva Reis, ex-delegado e chefe do DOPS; - Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) no Rio Grande do Sul; e - Átila Rohrsetzer, ex-diretor da Divisão Central de Informações (DCI). - Pedro Carlos Seelig, ex-chefe da Divisão de Segurança Política do DOPS no Rio Grande do Sul - Universindo Rodriguez Diaz, sequestrado em Porto Alegre em 1978 - Lilian Celiberti, sequestrada em Porto Alegre em 1978 - Luiz Claudio Cunha, jornalista, autor das reportagens que denunciaram os sequestros da Sra. Lilian Celiberti e do Sr. Universindo Rodriguez Diaz. Sala da Comissão, senador Cristovam Buarque. Disponível em: <http://www.cristovam.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=286>. Acesso em: 05 dez. 2009.

políticos. É uma estratégia para tentar convencer a opinião pública de que o mesmo fato poderia ter ocorrido com Vladimir Herzog.

Ustra quer vincular a morte do jornalista ao tema da presa política por **simplificação**, pelo procedimento **argumentativo**. A hibridização de categorias persuasivas em alguns textos não é incomum. Em “A Verdade Sufocada”, a **repetição de temas e ideias de maneira orquestrada** é predominante, mas, como detectamos aqui, a **simplificação** também está presente. Verificamos a prevalência dos procedimentos **argumentativos** e **psicológicos**.

Obra/ Categoria	Exploração do sentimento	Simplificação	Exagero e o desvirtuamento da mensagem	Repetição orquestrada de temas e ideias	Exploração do contágio psíquico	Apoio às atitudes pré- existentes
Araribá*						
História Hoje*						
Batismo de Sangue**						
Combate nas Trevas**						
Guerrilha do Araguaia**						
A Verdade Sufocada **						

*Persuasão cognitiva ** Comunicação persuasiva

Quadro 3 – Prevalência dos procedimentos argumentativos e psicológicos

Fonte: O Autor, 2010.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISCUSSÃO

A comunicação persuasiva como estratégia para o controle da memória coletiva e, por decorrência, das memórias dissonantes é o objeto do presente trabalho que, para isso, apresenta dois estudos de caso: o primeiro diz respeito ao Holocausto Judeu durante a Segunda Guerra Mundial; o segundo se relaciona à troca de acusações entre os remanescentes da guerrilha, no Brasil e os militares, os quais produzem livros a partir de um contexto de confronto de ideias. Trata-se de uma guerra virtual paginada no universo midiático.

Neste estudo, realizamos uma pesquisa qualitativa por técnica de análise de discurso para promover o debate sobre os dois temas aqui mencionados. Foram extraídos trechos ou passagens de dez livros relacionados com o objeto de estudo, a conexão entre comunicação persuasiva e memórias dissonantes. Colocamos frente a frente pontos de vista opostos para verificar como funcionam as estratégias de produção da informação dos diversos atores. Como constatamos anteriormente, procuramos esquadrihar os antagonismos políticos convertidos em dissonância.

Chegamos às seguintes conclusões sobre o conjunto do trabalho: existe uma memória biológica, basicamente dividida em duas categorias, como pontifica Ivan Izquierdo: as memórias de curta duração e as memórias de longa duração. Numa analogia, nosso sistema neurológico memorial funciona como os computadores, que armazenam dados importantes nos discos rígidos – memória de longa duração – e empregam a área de memória virtual para guardar as informações durante o período de trabalho – memória de curta duração.

No plano sociológico, o conceito de memória é debatido no âmbito da memória coletiva e tem como precursor o sociólogo francês Maurice Halbwachs. A partir de estudos da atualidade, a memória coletiva e suas relações com a mídia ganharam força, como sinaliza Poole. Quando gera polêmica e contradições, a memória coletiva torna-se dissonante ou traumática. Essas memórias engendram versões diferenciadas e conflitantes. O estudo das memórias dissonantes, a partir de uma perspectiva midiática, exige necessariamente a adoção dos preceitos das

teorias da comunicação. Compreendemos que a Teoria da Espiral do Silêncio é adequada para explicar essa guerra de versões, pois seus atores partem de uma situação de medo do isolamento, antes de procurar o apoio da opinião pública por meio de recursos de comunicação. Outras teorias circulares estão adequadas aos estudos das memórias coletivas dissonantes. Empregamos como teoria secundária a proposta de Hallin, utilizada para analisar a cobertura da mídia norte-americana na guerra do Vietnã.

Para analisar o fenômeno midiático dos discursos, estabelecemos seis categorias persuasivas: exploração dos sentimentos; simplificação; apoio a atitudes pré-existentes; repetição de temas e ideias de maneira orquestrada; exploração do contágio psíquico; exagero e desvirtuamento da informação. Essas categorias se interligam a procedimentos. Ao examinar livros didáticos estávamos diante da estratégia de discurso denominada persuasão cognitiva. A persuasão cognitiva está vinculada ao conceito de violência simbólica, produzido por Bourdieu e Passaron. Eles definem a prática pedagógica como um sistema repressivo que visa à destruição do universo espontâneo do ser humano.

Em “Projeto Araribá: História”, o Holocausto é contado na terceira pessoa, assim como em “História Hoje”. Aos autores interessa construir uma corrente de nexos causal entre os fatos ocorridos. O Holocausto foi um trágico episódio da Segunda Guerra Mundial, que, por sua vez, foi consequência da Primeira Guerra Mundial. Depois veio o *crash* da bolsa de Nova York, uma crise econômica mundial, os papéis de investimento da Alemanha em Dow Jones viraram lixo, o desemprego arrasou a Europa e eclodiu a crise da República de Weimar.

Daí surgiu o nazismo como movimento político. Foi criado o Partido Nacional Socialista, Adolf Hitler chegou ao poder, a Polônia e os Sudetos foram invadidos, e a Inglaterra declarou guerra à Alemanha. A Segunda Guerra Mundial deu origem a toda espécie de atrocidades: destruição de centenas de cidades, 50 milhões de mortos civis, entre os quais de cinco a seis milhões de judeus exterminados nos campos, nos guetos ou ao tentar fugir. O conflito causou estagnação econômica, propagou doenças e levou a Alemanha à derrota. Posteriormente, a Europa foi reconstruída.

A segunda parte da análise do Holocausto confronta as palavras de sobreviventes com as de um negacionista. Os textos do casal Stivelman (ele sobrevivente de um campo de concentração), no livro “A Marca dos Genocídios”, e de Hugo Schlesinger, autor de “Testemunho dos Justos”, se contrapõem à pregação de Siegfried Ellwanger Castan, o grão-mestre do revisionismo do Holocausto no Brasil, que se manifesta basicamente em livros e em *sites* da *web*. Desse autor, analisamos especificamente os livros “Holocausto Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século” e “SOS para a Alemanha”.

“A Marca dos Genocídios” detalha as execuções de pessoas, principalmente a partir de 1942, quando foi deflagrada a “solução final”. Em “Testemunho dos Justos”, Schlesinger prefere contar o Holocausto por um ângulo diferente e mostra como os judeus construíram uma rede de solidariedade, com pessoas que muitas vezes entregaram suas próprias vidas para ajudá-los a fugir ou a se esconder.

Em “Holocausto Judeu ou Alemão?”, Castan apresenta a sua versão dos fatos. Para o revisionismo, aquilo que a história consagrou como genocídio não passa de ficção. Castan se propõe a reescrever a História e, em seu segundo livro, “SOS para a Alemanha”, se apresenta como um saudosista do nazismo. Condena a Alemanha do pós-guerra, que para ele se resume a um estado “judaico-comunista”.

“Projeto. Araribá: História” e “História Hoje” também descrevem o Brasil do golpe militar, dos movimentos populares, da radicalização, do surgimento da guerrilha, da repressão, da abertura e da redemocratização. Na continuação, analisamos os livros de dois expoentes da esquerda brasileira: Frei Betto e seu “Batismo de Sangue”, e Jacob Gorender, o intelectual do “Combate nas Trevas”. Em “Batismo de Sangue”, estudamos basicamente os trechos em que o autor narra em detalhes a fuzilaria que resultou na morte de Carlos Marighella, em novembro de 1969, na Alameda Santos, em São Paulo. A versão tem como objetivo absolver seus colegas de seminário, Frei Ivo e Frei Fernando, ao afirmar que os dois

religiosos jamais emboscaram Marighella. Foram submetidos a sessões de tortura e colocados na cena do crime de forma arbitrária e violenta.

Gorender relata os assaltos a mão armada cometidos por guerrilheiros urbanos. Porém, reconhece que, frente à opinião pública do país, os ataques a carros-fortes, semelhantes aos realizados por bandidos comuns, desgastaram essa forma de movimento político. A consequência foi a falência da guerrilha urbana. Com isso, houve a transferência da luta armada para o campo, onde o sonho acabou pela repressão, tortura e morte.

O autor de “Combate nas Trevas” denuncia a tortura como um método de interrogatório institucionalizado, principalmente com a montagem da Operação Bandeirantes, posteriormente convertida em DOI-CODI. Para o historiador e pesquisador, essa operação tinha como principais lideranças quatro generais: Emílio Garrastazu Medici (presidente da República); Orlando Geisel (ministro da Guerra); Syzeno Sarmiento (comandante do I Exército); Canavarro Pereira (comandante do II Exército).

Nas palavras de Gorender, a partir de 1968 a Justiça passou a tratar os trabalhadores com mais severidade do que tratava os estudantes. No mesmo período, o suborno e a corrupção eram largamente empregados e poderiam aliviar a pena de quem tivesse condições de pagar pela liberdade. Entretanto, a partir de 1969, com o recrudescimento da guerrilha, aproximadamente 55 % dos presos políticos eram estudantes. O assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, tornou-se o símbolo dessa perda de “imunidades costumeiras”, como afirma Gorender.

Os Anos de Chumbo também foram analisados neste trabalho, a partir das versões de dois oficiais do Exército que combateram a guerrilha. O tenente-coronel da reserva Licio Maciel defende a estratégia dos militares nas ações de campo em seu livro “Guerrilha do Araguaia, relato de um combatente”. Ele afirma que esses militares que combateram a esquerda são verdadeiros heróis da pátria, pois enfrentaram com bravura os “inimigos da nação”.

Em “A Verdade Sufocada: A História que a Esquerda não quer que o Brasil conheça”, o polêmico ex-comandante do DOI-CODI, o oficial da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra considera que a repressão fez parte de uma guerra. “Tombaram 500 soldados de ambos os lados”, afirma. Para Ustra, os derrotados são remanescentes da esquerda que tentam reescrever a história como se tivessem vencido a guerra. Em seu entender, os militares saíram vencedores, mas existe uma tentativa desses inimigos em desmoralizá-los. Ele nega que tenha havido tortura e diz que tudo se resumiu a interrogatórios.

Mesmo assim, Ustra está no centro de uma polêmica que parece longe de ser encerrada. Enquanto escrevia o livro, foi condenado pela 23ª Vara Cível do Estado de São Paulo, em ação movida pela família de Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha. A edição *on line* de O Globo relata que Amelinha foi presa, em dezembro de 1972, em São Paulo, na presença dos filhos pequenos e da irmã, Criméia. Posteriormente, foi torturada no prédio da OBAN.

A sentença em favor de Amelinha foi proferida pelo juiz Santini Teodoro. Ainda segundo O Globo (2008), a família Teles ingressou com ação declaratória, em 2005, com uma única solicitação: que o coronel fosse reconhecido como torturador. Por ocasião da sentença, Criméia se disse satisfeita, porque a única intenção da família era o reconhecimento de que integrantes do grupo haviam sido vítimas de tortura em que Ustra era o mandante.

Em sua resposta, Ustra se declarou inocente e injustiçado. “Estou sendo julgado numa Vara Cível por um crime que não foi cometido em dependência do Exército e na qualidade de seu comandante. Estou sendo julgado, apesar da Lei da Anistia, que penso muito em breve será revogada, mas que ainda está em vigor. Estou sendo julgado por um crime que não cometi” (USTRA, Carlos Alberto Brilhante, 2007, São Paulo, p. 551).

O ponto crítico desta dissertação de mestrado foi impedir que se empreendesse aqui um debate histórico e ideológico e que, ao final da discussão, perdêssemos o foco do trabalho, centrado na pesquisa em comunicação. Diante do exposto podemos verificar que, em se tratando de comunicação persuasiva, ou

persuasão cognitiva – no caso de livros de finalidade pedagógica – sobre a memória coletiva e as memórias dissonantes, nos deparamos com discursos que alternam momentos de comunicação e de incomunicação. Em outras palavras, as partes interessadas afirmam algumas questões, enfatizam outras, ou simplesmente se calam diante de determinados fatos.

Com relação ao tema tratado aqui como comunicação persuasiva do regime militar, é fato que, em 1978, o então presidente Ernesto Geisel já havia ordenado o afastamento da denominada linha dura do regime militar, a qual ainda praticava crimes de tortura. Mesmo assim, atentados isolados ocorreram.

Não podemos esquecer que, em 1980, uma carta-bomba foi remetida à sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro. Na ocasião, morreu uma secretária da entidade e outros funcionários resultaram feridos. Em 30 de abril de 1981, com a Lei da Anistia em vigor, dois subalternos do Centro de Informações do Exército e do Serviço Nacional de Informações montavam uma bomba-relógio no estacionamento do Riocentro, Rio de Janeiro. No local ocorria um *show* de música popular brasileira em comemoração ao Dia do Trabalhador. O artefato explodiu no colo do militar que preparava o detonador, matando-o e ferindo o outro.

Sob o silêncio e a incomunicação, permanece a pergunta sobre o paradeiro de 141 desaparecidos do regime militar no Brasil no momento de aprofundamento da polêmica em torno do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). O debate ocorre num terreno movediço. Feridas que aparentemente estavam cicatrizadas foram reabertas. O principal ponto de divergência são as diretrizes 23 e 25 da última versão do PNDH. Os militares alegam que esses dispositivos revisam a Lei da Anistia (nº 6.683 de 1979) e criam a possibilidade de abertura de processos contra os responsáveis pela repressão da guerrilha.

Segundo informações do serviço brasileiro da BBC de Londres na internet, membros das Forças Armadas, entre os quais os comandantes do Exército, Enzo Martins Peri, e o da Aeronáutica, Juniti Saito, chegaram a anunciar suas demissões em protesto por trechos considerados polêmicos do PNDH. A mesma iniciativa tomou o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

O clima de tensão trouxe à cena ainda os presidentes dos clubes militares, da Marinha e da Aeronáutica. Eles lançaram documento contra a Comissão da Verdade, pois acusam uma tentativa de regulamentar a perseguição política aos colegas das Forças Armadas, citados nos relatórios produzidos pelas entidades representativas de pessoas que foram perseguidas ou morreram durante a ditadura. Por outro lado, os defensores da Comissão da Verdade alegam que os militantes de esquerda que cometeram crimes durante a ditadura foram punidos com prisões e com a morte, e, portanto, já pagaram a sua conta.

Simultaneamente, conforme notícia da Agência Estado, a comunidade judaica da Itália, aumenta a pressão sobre o atual chefe da Igreja Católica, Papa Bento XVI, para abrir alguns documentos secretos do Vaticano. Querem saber o tamanho da responsabilidade ou do que se considera como omissão do Papa Pio XII na perseguição aos judeus. Eles alegam que Pio XII, silenciou, principalmente diante das deportações do Gueto de Roma, em 1943, e que este líder religioso deveria ter-se manifestado contra o genocídio, ainda que fosse impotente para impedir os trens da morte (AE 2010).

"O silêncio de Pio XII antes do *Shoah* ainda machuca, porque alguma coisa deveria ter sido feita", disse o líder da comunidade judaica romana Riccardo Pacifici. Em seu discurso ao papa, Pacifici prestou homenagem aos católicos italianos, padres e freiras que viveram durante a guerra, e disse que seus esforços fazem o 'silêncio' de Pio XII doer ainda mais.

A reportagem conta que desde sua ascensão ao cargo máximo da Igreja Católica, Bento XVI já realizou três visitas a sinagogas da Itália. Ele tenta vencer a resistência da liderança judaica, no sentido de aceitar a santificação de Pio XII. O Vaticano alega que Pio XII optou por realizar uma operação de bastidores, pois acreditava que sua intervenção pública poderia piorar ainda mais o tratamento dispensado pelos nazistas aos judeus e aos católicos, opositores do nazismo (PULLELLA, 2010).

Ao encerramos este espaço de conclusão e discussão, verificamos que as memórias dissonantes aqui debatidas a partir de uma visão midiática, com base na propaganda ideológica (ou comunicação persuasiva), nos desafia a lançar algumas questões pertinentes ao tema tratado. Conforme o que foi exposto, pontuamos as seguintes observações:

1) A luta pelo controle da memória coletiva está diretamente associada ao conceito de comunicação persuasiva e persuasão cognitiva.

2) A luta pelo controle da memória coletiva é um processo perene, em outras palavras, interminável.

3) Com o passar dos anos, os descendentes das testemunhas dos acontecimentos e os seguidores de teses se encorajam e deflagram a guerra de versões.

4) Essa guerra de versões é o que denominamos memórias traumáticas e dissonantes. Ao invés de encerrar debates sobre os eventos, a difusão das memórias dissonantes acirra os ânimos e encoraja o aparecimento de versões divergentes e espelhadas à luz da espiral do silêncio.

5) A propaganda ideológica, para efeito de estudos de emissão, a partir da Teoria da Espiral do Silêncio, nos permite concluir que, no caso de memórias dissonantes, os pontos de vista são contraditórios. Nossa proposta pode ser visualizada no desenho abaixo, em que as setas representam a transmissão de mensagens de diversos atores de pontos de vistas opostos.

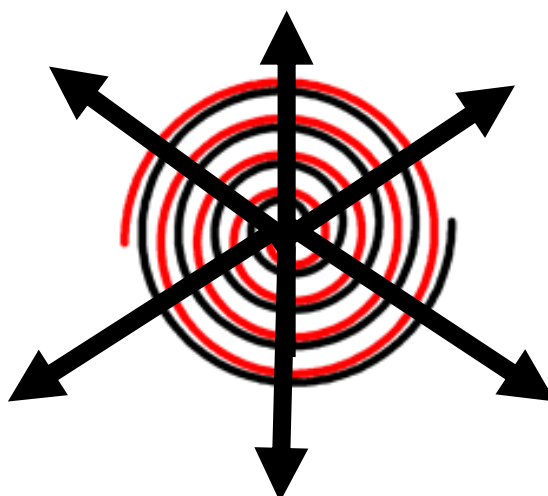


Figura 2 - Transmissão de mensagens de diversos atores de pontos de vistas opostos
Fonte: O Autor, 2010.

REFERÊNCIAS

BBC Brasil. **Entenda a polêmica sobre a comissão nacional da verdade.**

Disponível em

www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100112_comissao_qanda_cq.shtml.

Acesso em 20/01/2010

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue.** São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 17-21.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto Nº 42.688, de 21 de novembro de 1957.**

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=173722>>.

Acesso em: 15 dez. 2009

BUARQUE, Cristovam. **Íntegra do requerimento para audiência pública que irá investigar a Operação Condor.** Disponível em:

<http://www.cristovam.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=286>.

Acesso em: 05 dez. 2009

BURUMA, Ian. **Ocidentalismo: O Ocidente aos olhos de seus inimigos.** Ian Avishai/Nuruma Margalit, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARDOSO, Odimar Pontes, **História Hoje.** São Paulo: Editora Ática, 2007.

CASTAN, S.E. **Holocausto Judeu ou Alemão?.** Porto Alegre: Revisão, 1987.

_____. **SOS Alemanha.** Porto Alegre: Editora Revisão, 1990.

_____. **Acabou o gás.** Porto Alegre: Editora Revisão, 2001.

CELIX, Miguel Roiz. **Técnicas modernas de persuasión.** Madrid: Ediciones Pirámides, 1996.

CONTEMPORÂNEA - PSICANÁLISE E TRANSDISCIPLINARIDADE, Porto Alegre, n.01, Jan/Fev/Mar 2007 Disponível

em:<<http://www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php>>. Acesso em: 07 jan. 2010.

GORENDER, Jacob, **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

HACKETT, David. **O Relatório Buchenwald** - O dia a dia em um campo de extermínio nos depoimentos dos sobreviventes, Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

HALLIN, Daniel. **The Uncensored War**. Hardback, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro Editora, 2006.

HART, Roderick P. **Modern rhetorical criticism**. In: HART, Roderick P. and DAUGHTON, Suzanne. Boston: Person, 2005.

ITO, Mamoru, **Television and Violence in the Economy of Memory**. Waseda University, 2002.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JB ONLINE. **Chirac pede investigação sobre palestra de professor no Irã**. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2006/12/15/e15122737.html>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

LANGER, Johnni. **O Perigo dos Esteriótipos**. 2005, São Paulo. Disponível em <<http://www.2.uol.com.br/historiaviva/artigos/operigodosestereotipos.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2009

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACIEL, Licio. **Guerrilha do Araguaia**: Relato de um combatente. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2008.

MELANI, Maria Raquel Apolinário. **Projeto Araribá**, São Paulo, Moderna, 2006 (Ver páginas em análise de discurso referente ao livro a partir do capítulo III até o IV).

MILMAN, Luís e VIZENTINI, Paulo. **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

NEUMANN, Elisabeth-Noelle. IN capítulos 1, 4, 5, 8, 12, 17, 20. **La espiral del silencio - opinión pública: nuestra piel social**. Barcelona: Paidós, 1995.

POOLE, Ross. **Memory Studies**. New York: New School for Social Research, 2008.

O GLOBO. **Corone Ustra é declarado torturador pela Justiça**. Disponível em http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/10/09/sp_coronel_ustra_declarado_torturado_r_pela_justica-548643050.asp, acesso em 5 de/03/2010.

PULLELLA, Philip. **Líder judeu de Roma pressiona papa sobre 'silêncio' de Pio 12**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,lider-judeu-de-roma-pressiona-papa-sobre-silencio-de-pio-12,497155,0.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

SCHLESINGER, Hugo. **O Testemunho dos Justos**. São Paulo: Paulinas, 1978.

STIVELMAN, Michel e Raquel. **A Marca dos Genocídios**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

TUNBRIDGE, J.E. and ASHWORTH, G.J.. **The Management of the Past as Resource in Conflict**. [s.l.]: Wiley & Sons, 1996.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: SER, 2007.

WAINBERG, Jacques. **A pena, a tinta e o sangue: a guerra das idéias e o Islã**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 65.

ANEXOS

ANEXO A – Fotos

ANEXO B – Modelo teórico-metodológico para análise da comunicação persuasiva para memórias dissonantes

FOTOS



Foto1

Bernauer Strasse

Na foto mais acima um ponto de observação norte-americano em Berlim East (o enclave governado pelas forças da OTAN em plena Cortina de Ferro em tempos de Guerra Fria, até 1989), hoje transformado em memorial multimídia. A área conserva o terreno original dos tempos do bloco comunista, com arames, restos de cercas eletrificadas e outras armadilhas montadas pelo governo pró-União Soviética para impedir fugas. Entretanto, os registros mostram que algumas dezenas de pessoas fugiram, outras morreram tentando passar para a administração norte-americana. Provavelmente, a maior parcela de dissidentes do regime stalinista que tentou atravessar as paredes foi presa e ficou nesta condição até o começo da derrocada do comunismo na virada da década de 80 para os anos 90 do século XX. Fotos Fernando Cibelli de Castro



Foto 2

A woman and her child are killed as they run across the fields

Gilbert, Martin. Final Journey: The Fate of the Jews in Nazi Europe. New York: Mayflower Books. 19 p. 61

Disponível em: <<http://www.nizkor.org/hweb/orgs/german/einsatzgruppen/esg/documents/g61.html>>. Acesso em: 28 out. 2009



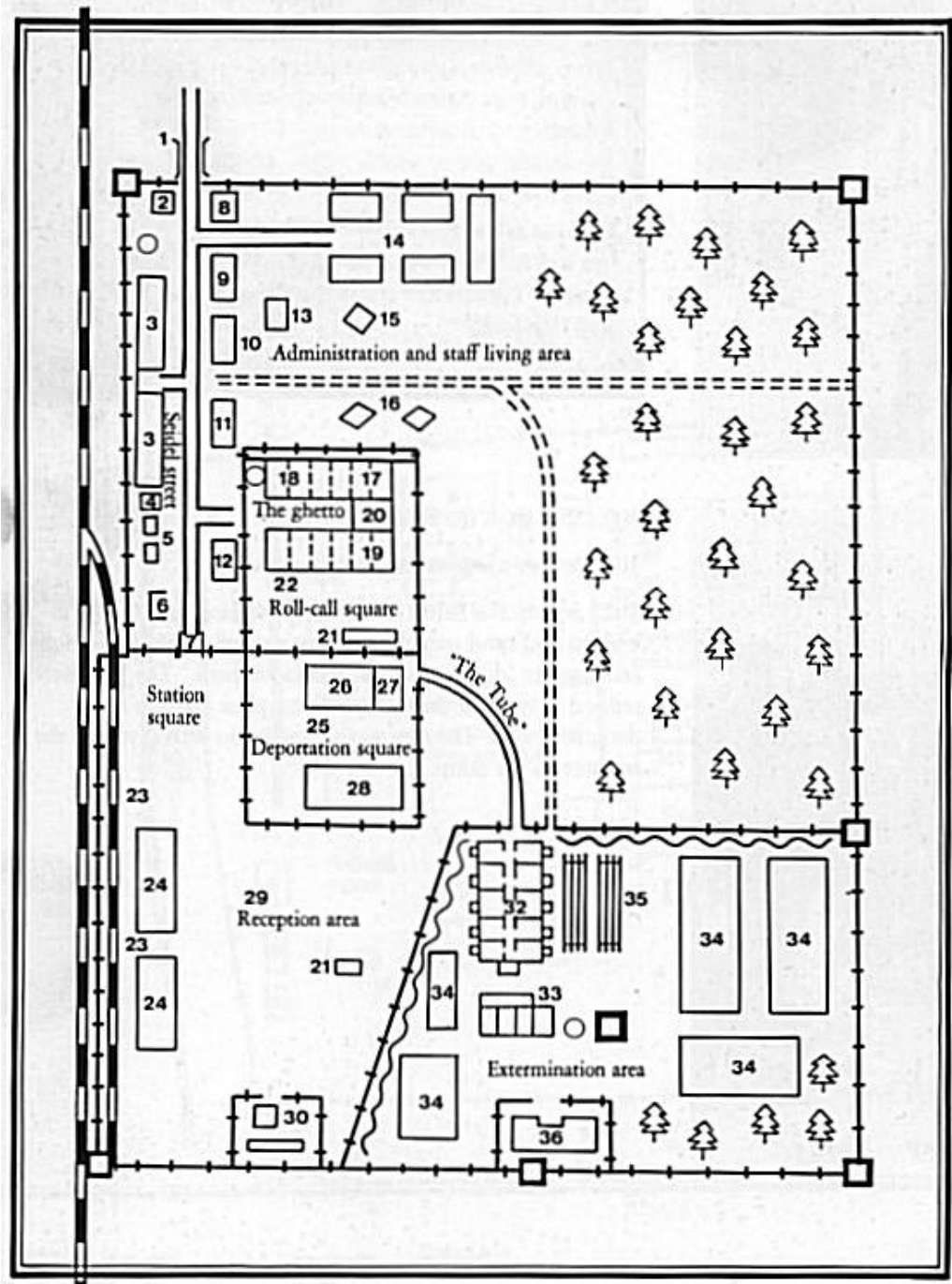
Foto 3



Foto 4

Sachsenhausen – Um dos primeiros campos de concentração abertos na Europa era uma fábrica de cerveja abandonada. Na foto 3) o portão com o *slogan* de todos os campos – “O Trabalho Liberta”. Na foto 4, o necrotério. Fotos: Fernando Cibelli de Castro

TREBLINKA EXTERMINATION CAMP Spring 1943



- | | | | |
|-----------|------------|-------|-------------|
| ——— | Main road | □ | Watchtower |
| - - - - - | Minor road | —+—+— | Railway |
| 🌲 🌲 | Woods | —+—+— | Barbed wire |
| ○ | Well | ~~~~~ | Earth wall |

Administration and Staff Living Area

1. Entrance to the camp near Seidel Street
2. Guard's room near the entrance
3. SS living quarters
4. Arms storerooms
5. Gasoline pump and storerooms
6. Garage
7. Entrance to the Station square
8. Camp command for Stangl's living quarters
9. Services for the SS - barber, sick bay, dentist
10. Living quarters for the domestic staff (Polish and Ukranian girls)
11. Bakery
12. Foodstore and supply storeroom
13. The barrack in which the "gold Jews" worked
14. Ukranian living quarters - "Max Bialas barracks"
15. Zoo
16. Stables, chicken coop, pig pen
17. Living quarters for capos, women, tailor shop, shoe repairs, carpentry shop and sickroom
18. Prisoners kitchen
19. Living quarters for men prisoners, prisoner's laundry and tool room
20. Locksmith and smithy
21. Latrine
22. Roll-call square

Reception Area

23. Station platform (ramp) and square
24. Storeroom for belongings taken from victims - disguised as station
25. Deportation square
26. Barrack in which the women undressed and relinquished their valuables
27. Room in which the womens hair was cut
28. Barrack in which the men undressed, also used as storeroom
29. Reception square
30. "Lazarett" - execution site
31. "The Tube" - the approach to the gas chambers

Extermination Area

32. New gas chambers (10 chambers)
33. Old gas chambers (3 chambers)
34. Burial pits
35. "The Roasts" for burning bodies
36. Prisoners living quarters, kitchen and latrines

Disponível em: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://holocaust-info.dk/treblinka/imgs_treblinka/map.jpg&imgrefurl=http://holocaust-info.dk/treblinka/imgs_treblinka/map.htm&usq=__H5AtpLq6FFsRflfxc_ih2Ymo9FA=&h=921&w=558&sz=84&hl=ptBR&start=34&um=1&tbnid=d1MBPY0ixwo9RM:&tbnh=147&tbnw=89&prev=/images%3Fq%3DTreblinka%26ndsp%3D18%26hl%3Dpt-BR%26client%3Dfirefox-a%26channel%3Ds%26rls%3Dorg.mozilla:pt-BR:official%26sa%3DN%26start%3D18%26um%3D1>. Acesso em: 28 out. 2009.

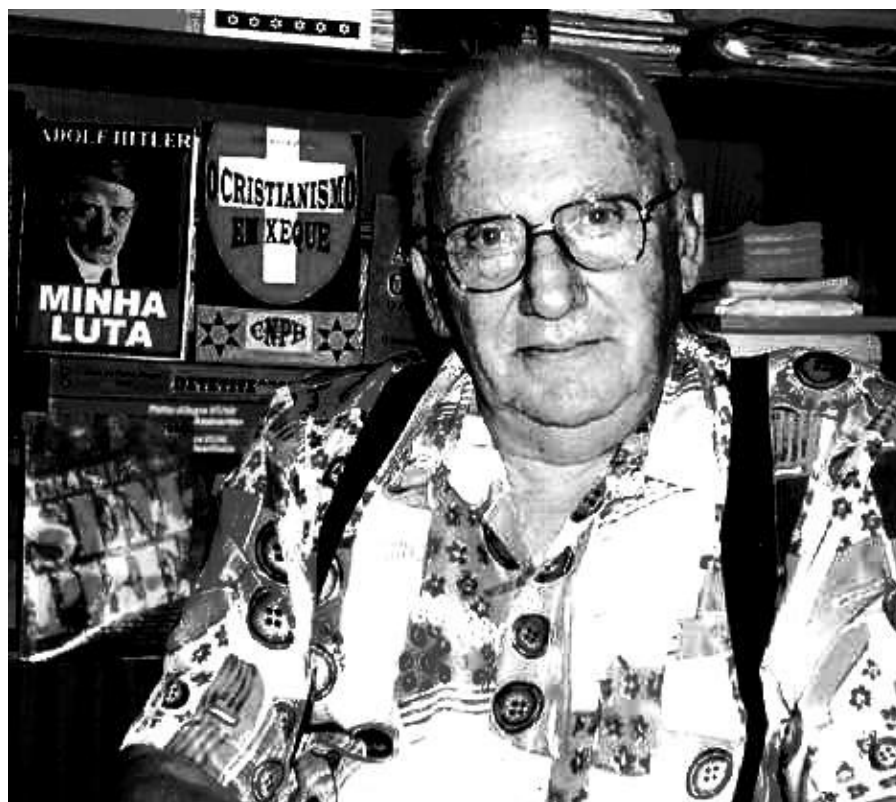


Foto 5

Siegfried Ellwanger Castan
Disponível em: <<http://verdadehistorica.files.wordpress.com/2009/01/siegfriedellwanger.jpg>>. Acesso em: 28 out. 2009.



Foto 6

Carlos Marighella

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/carlos-marighella.htm>>. Acesso em: 28 out. 2009.



Foto 7

Grupo de guerrilheiros e opositores do regime militar resgatados em troca da devolução com vida do embaixador norte-americano no Brasil. Disponível em: <http://www.expo500anos.com.br/img_paineis/painel06-5-3-full.jpg>. Acesso em: 28 out. 2009.

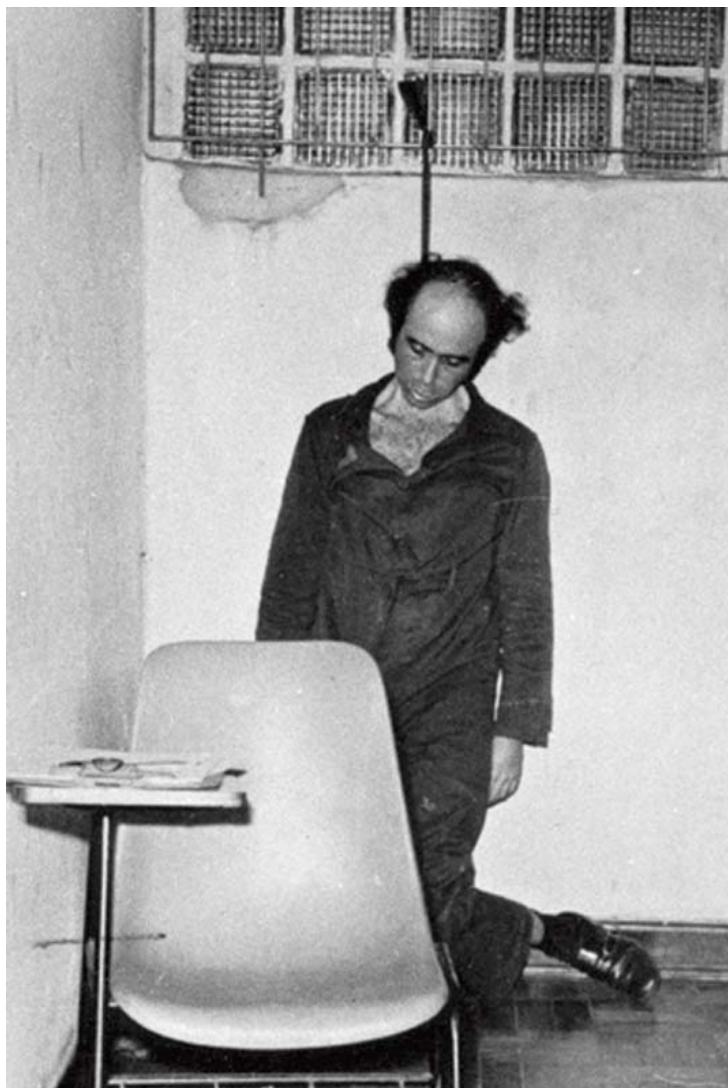


Foto 8

Vladimir Herzog morto no DOI-CODI de São Paulo. Uma das principais alegações técnicas, contesta a versão de suicídio porque distância de suas pernas do chão é insuficiente para provocar enforcamento.

Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://veja.abril.com.br/saladeaula/211107/imagens/herzog.jpg&imgrefurl=http://veja.abril.com.br/saladeaula/211107/p_02.html&h=522&w=350&sz=119&tbnid=0O_GyAdKsOOgjM:&tbnh=275&tbnw=184&prev=/images%3Fq%3DFotos%2Bde%2Bvladimir%2Bherzog&hl=pt-BR&usg=__usYBnEJBqeqlH445JlnYQCFRlt0=&ei=JDpGS9HKOoS wIAfB4qUc&sa=X&oi=image_result&resnum=1&ct=image&ved=0CAcQ9QEwAA>. Acesso em: 28 out. 2009.



Foto 9

Capitão do exército norte-americano (Rodney Chandler) executado sumariamente por um comando guerrilheiro em São Paulo



Foto 10

Sérgio Paranhos Fleury morreu ao cair de sua lancha em Angra dos Reis. Provavelmente foi envenenado para queima de arquivo.

http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://flitparalisante.files.wordpress.com/2009/05/fleury.jpg&imgrefurl=http://flitparalisante.wordpress.com/2009/05/04/convite-de-falso-filho-do-delegado-sergio-fleury/&usq=sdCp2Y3X1HLP8j0TI_0NLtcLz7s=&h=303&w=212&sz=45&hl=pt-BR&start=2&sig2=KT_NXlqLha7_s_Wt3rEqhw&um=1&tbnid=GycrpN-P7vwA8M:&tbnh=116&tbnw=81&prev=/images%3Fq%3DS%25C3%25A9rgio%2BParanhos%2BFleury%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DX%26um%3D1&ei=nGVLS66qD5XQ8Qbq6MH7Ag

**O MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO
PERSUASIVA PARA MEMÓRIAS DISSONANTES**

